

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Cooperativa de Habitação de Massarelos

Da criação coletiva ao projeto

José Afonso Santos Bernardo e Silva



2026



Esta dissertação foi defendida publicamente no dia 21 de maio de 2026, perante um júri constituído pela Prof. Doutora Teresa Manuel Almeida Calix Augusto, na qualidade de Presidente, pela Doutora Maria Alexandra Correia de Castro, na qualidade de Arguente, e pelo Prof. Doutor António Luís Pereira da Silva Neves, na qualidade de Orientador. A classificação final atribuída foi de 20 (vinte) valores.

nota prévia

A presente dissertação foi redigida segundo o novo acordo ortográfico utilizado em Portugal. As citações em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor sempre que tal se revelou necessário para a clareza do texto, encontrando-se devidamente referenciadas; quando se recorreu aos textos originais, estes foram mantidos na sua grafia própria.

O documento organiza-se a partir de folhas em formato A4 destinadas ao texto, intercaladas com documentos, fotografias e outros materiais visuais de natureza diversa, permitindo a leitura do texto em proximidade com o respetivo material gráfico. A versão digital da dissertação procura, tanto quanto possível, replicar a estrutura, a sequência e a lógica de leitura da versão física.

As imagens incluídas foram tratadas pelo autor exclusivamente para efeitos de apresentação - através de ajustes de escala, enquadramento ou contraste. Para além destas, a dissertação integra também fotomontagens elaboradas pelo autor, devidamente identificadas enquanto tal.

Os anexos incluem documentação original da Cooperativa de Habitação de Massarelos - atas, registos administrativos - reproduzida tal como consta nas fontes consultadas. Integram, igualmente, imagens do arquivo fotográfico da Associação de Moradores de Massarelos. Estes materiais são apresentados exclusivamente para fins académicos e de preservação documental, sem qualquer tratamento posterior ou tentativa de identificação adicional.

Todas as entrevistas realizadas no âmbito desta investigação respeitam o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Foi sempre solicitada e obtida autorização explícita para a gravação, utilização e publicação dos conteúdos recolhidos. As transcrições apresentadas resultam de um trabalho de edição ligeira, com correções mínimas da oralidade, realizado exclusivamente com o objetivo de garantir uma leitura mais fluida e acessível, sem prejuízo do sentido, do tom ou do conteúdo das entrevistas.

agradecimentos

Aos associados e à Associação de Moradores de Massarelos, pela generosidade com que acolheram as minhas perguntas, ideias e chamadas, e pela disponibilidade constante para partilhar memórias e tempo.

Aos moradores do edifício da Cooperativa de Habitação de Massarelos, pela abertura e pelas histórias que tornaram este trabalho possível.

Ao Sr. Henrique, a Rosa Almeida e a Teresa Aveiro, por partilharem comigo as suas histórias e experiências.

Ao meu orientador, Tó Neves, este percurso não foi fácil; obrigado pela paciência e pela amizade.

Ao Professor Hélder Casal Ribeiro e ao Arq. Manuel Fernandes de Sá, pela ajuda fundamental na construção da narrativa e da história do edifício.

Aos funcionários da FAUP - Sr. João, Lúcia, D. Conceição, Sr. Valentim e Carolina Medeiros - pela disponibilidade, atenção e apoio ao longo de todo o percurso académico.

Aos professores que me marcaram e que, com o tempo, se tornaram amigos.

Ao Pina e à Sofia, por me mostrarem que o mundo laboral pode ser saudável.

Aos meus amigos de Coimbra, porque, apesar da distância, posso sempre contar convosco.

À Eva, pela paciência infinita e por todo o carinho.

Aos amigos mais velhos, pela partilha e fomento do pensamento crítico sobre o ensino, a cidade e a vida.

À Catarina, à Patrícia, à Sara e ao Rodrigo, por todos os bons momentos que vivemos.

Ao “Rumo”, amigos que me acompanham, literalmente, desde o primeiro dia da faculdade.

À Sofia, à Ana e à Maria Eduarda, as três que mais me criticam construtivamente e me fazem crescer.

Ao RAR, pelas todas as viagens feitas e planeadas, obrigado pela introspecção que proporcionam.

Aos meus tios, pela forma excecional como vivem e arranjam sempre tempo para ajudar.

Aos meus primos, por serem uma referência constante.

À minha irmã, pela sua demonstração cativante de amor.

Aos meus pais, por todas as possibilidades, pela liberdade e, sobretudo, por todo o amor.

Aos meus avós.

À força coletiva que marcou e marca Massarelos há mais de 50 anos.

A todos os que fizeram parte da minha vida, mas que já não lhe pertencem.

abstract

The Cooperativa de Habitação de Massarelos (CHM) is a singular case and expression of the social, political, and cultural transformations triggered by the Revolution of 25 April 1974, within a context in which housing emerged as a central field of collective action. Embedded in the continuity of post-revolutionary participatory experiences, the cooperative arises from the trajectory of the Associação de Moradores de Massarelos (AMM) and materialises the articulation between community organisation, technical action, and architectural design, extending over time principles associated with the Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL).

This dissertation analyses the CHM as the outcome of a complex collective process, articulating a historical, social, and political reading with a critical analysis of the project developed by architects Manuel Fernandes de Sá and Francisco Barata. The building is approached as an urban artefact, conceived in dialogue with the topography, the urban fabric, and the riverside landscape, and as a support for modes of inhabitation marked by spatial flexibility, adaptability, and a collective dimension.

The research is based on a qualitative methodology, grounded in documentary analysis, direct observation of the building, and interviews with former members of the AMM, cooperative members, and architects involved in the process. These interviews and the commented site visits presented in the appendices constitute a fundamental tool for understanding the social dynamics, decision-making processes, and lived experiences associated with the cooperative.

The annexes bring together archival documentation, including minutes, graphic records, and other materials produced throughout the process, allowing for a deeper critical reading of the building and its context of production.

The analysis highlights the contrast between the permanence of architectural form and the transformation of community practices over time, offering a critical reading of the limits and potentialities of cooperative housing in the contemporary urban context. By taking the CHM as its object of study, the dissertation contributes to an understanding of the continuities of struggles for decent housing in Portugal, questioning the relationships between architecture, memory, spatial justice, and the city.

resumo

A Cooperativa de Habitação de Massarelos (CHM) constitui um caso singular e relevante das transformações sociais, políticas e culturais desencadeadas pela Revolução de 25 de Abril de 1974, num contexto em que a habitação se afirmou como um campo central de ação coletiva. Inserida na continuidade das experiências participativas do pós-Revolução, a cooperativa emerge do percurso da Associação de Moradores de Massarelos (AMM) e materializa a articulação entre organização comunitária, ação técnica e projeto arquitetónico, prolongando no tempo princípios associados ao Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL).

Esta dissertação analisa a CHM enquanto resultado de um processo coletivo complexo, articulando leitura histórica, social e política com a análise crítica do projeto desenvolvido pelos Arquitetos Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata. O edifício é abordado como artefacto urbano, pensado em diálogo com a topografia, a malha da cidade e a paisagem ribeirinha, e como suporte de modos de habitar marcados pela flexibilidade espacial, pela adaptabilidade e pela dimensão coletiva.

A investigação assenta numa metodologia qualitativa, baseada na análise documental, na observação direta do edifício e na realização de entrevistas a antigos membros da AMM, cooperantes e arquitetos envolvidos no processo. Estas entrevistas e visitas comentadas apresentadas nos apêndices constituem um instrumento fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, dos processos de decisão e das experiências vividas associadas à cooperativa.

Os anexos reúnem documentação de arquivo, incluindo atas, registos gráficos e outros materiais produzidos ao longo do processo, permitindo aprofundar a leitura crítica do edifício e do seu contexto de produção.

A análise evidencia o contraste entre a permanência da forma arquitetónica e a transformação das práticas comunitárias ao longo do tempo, oferecendo uma leitura crítica sobre os limites e as potencialidades da habitação cooperativa no contexto urbano contemporâneo. Ao tomar a Cooperativa de Habitação de Massarelos como objeto de estudo, a dissertação contribui para a compreensão das continuidades das lutas pela habitação digna em Portugal, interrogando as relações entre arquitetura, memória, justiça espacial e cidade.

sumário

nota prévia	V
agradecimentos	VII
abstract	IX
resumo	XI
sumário	XIII
introdução	1
metodologia	2
aa. Prólogo	5
01. Contexto	11
01.1 Pré 25 de Abril	12
01.2 Pós 25 de Abril	23
01.3 SAAL	28
02. de Comissão a Cooperativa	33
03. Análise do projeto	45
bb. Epílogo	55
bibliografia	62
apêndice a	68
apêndice b	74
apêndice c	82
apêndice d	94
apêndice e	100
apêndice f	112
apêndice g	123
apêndice h	131
anexos	143

introdução

A Cooperativa de Habitação de Massarelos (CHM) constitui um caso singular no panorama habitacional português, não apenas pela sua expressão arquitetónica, mas sobretudo pelo longo processo social que lhe deu origem. A presente dissertação tem como objetivo documentar, reunir e interpretar a informação disponível sobre este percurso - desde a formação da Comissão de Moradores de Massarelos (CMM), 1974, até ao final da construção do edifício da cooperativa em 1996.

Ao longo destas duas décadas, um conjunto de pessoas encontrou formas de colmatar a necessidade de habitação, ainda hoje tão presentes. Este edifício é, assim, o resultado de uma continuidade rara, feita de persistência, negociações e expectativas acumuladas. A vivência do espaço tal como hoje existe revela as marcas dessa história prolongada como sedimentação de gestos, usos e transformações sucessivas, não como uma narrativa linear. Não procuro responder a uma pergunta única ou direta, procuro compreender de que modo um edifício pode carregar, no seu corpo construído, movimentos lentos de mudança social, apropriação quotidiana e permanência material.

O primeiro objetivo desta dissertação é a documentação: recolher, organizar e tornar legíveis as fontes existentes - atas, processos de obra, desenhos, fotografias e documentos administrativos. O segundo é reconhecer a centralidade das pessoas - compreender relações, conflitos, decisões e modos de vida que moldaram este percurso e continuam a moldar o edifício. Só no fim - e porque é surpreendentemente difícil investigar o que forma e é formado pela arquitetura sem que esta termine, inevitavelmente, no centro do debate - surge a análise arquitetónica, entendida como uma camada interpretativa. A arquitetura não é, portanto, o destino desta investigação, mas o lugar onde a luta se inscreveu e onde permanece visível, mesmo depois de ter deixado de ser praticada.

A escolha deste caso decorre também de uma condição pessoal de habitar o edifício. Essa proximidade torna possível compreender como a arquitetura é humana. Permite reconhecer práticas quotidianas que não se revelam ao olhar distante e aceder a documentos e memórias que emergem apenas no dia-a-dia com os moradores. Esta posição não compromete o rigor da investigação e aproxima-a das múltiplas formas de presença que a arquitetura convoca.

Deste modo, esta dissertação procura documentar e compreender um caso específico que articula vinte anos de esforço coletivo com um objeto arquitetónico singular. A partir dele, torna-se possível refletir sobre a perseverança e a mudança - sobre como um edifício pode condensar, no mesmo gesto, a história de um grupo e a resistência silenciosa da própria arquitetura.

metodologia

Apesar da sua inserção num debate mais vasto sobre habitação e cooperativismo, esta dissertação não pretende construir uma teoria generalista nem propor um modelo replicável. O seu foco é Massarelos como território singular onde se inscrevem tensões específicas entre forma, processo e permanência, não como caso ilustrativo. Ao centrar-se num único edifício e na comunidade que o produziu, este trabalho assume a microescala como lugar de revelação, é na atenção às particularidades deste conjunto habitacional que se torna possível compreender fenómenos mais amplos, sem os diluir em abstrações ou discursos genéricos sobre a habitação em Portugal.

O prólogo assume a primeira pessoa como ponto de entrada no objeto. Procura estabelecer o ambiente inicial de descoberta do edifício, a estranheza, o fascínio, a confusão produtiva que acompanha o ato de habitar. Neste capítulo é descrito, subjetivamente, a experiência e, objetivamente, o edifício da CHM. Este momento funciona como dispositivo metodológico que situa o olhar e reconhece o valor epistemológico da vivência. O uso contido da primeira pessoa, adotado neste momento inicial, inscreve-se numa tradição académica que reconhece o valor da escuta, da observação sensível e da experiência como dispositivos de investigação no campo da arquitetura.

O primeiro Capítulo estabelece o enquadramento histórico necessário para compreender o surgimento da CMM, Associação de Moradores de Massarelos (AMM) e, posteriormente, da Cooperativa. Para isso, serão analisados documentos institucionais, legislação e bibliografia especializada, permitindo situar a habitação em Portugal antes e depois do 25 de Abril e compreender as condições políticas e sociais que tornaram possível a formação da Associação. Este capítulo não pretende discutir exaustivamente o panorama nacional, mas oferecer a contextualização indispensável à leitura do caso.

No segundo Capítulo reconstrói-se a transição da Comissão a Cooperativa e assenta na análise de entrevistas a moradores, conversas com arquitetos envolvidos no processo, atas, periódicos e processos de obra. As entrevistas visam recolher informação em primeira mão sobre decisões, expectativas, conflitos, práticas quotidianas e memórias do processo, reforçando a dimensão humana do estudo e permitindo compreender continuidades e ruturas entre a Associação e a Cooperativa.

Já o Capítulo terceiro dedica-se à descrição e interpretação do edifício: implantação, volumetria, estratégias projetuais e organização dos fogos. A análise recorre a desenhos, fotografias, levantamentos e processos de obra, procurando compreender o edifício enquanto resultado simultâneo de intenções arquitetónicas e as suas referências.

Por fim, o Epílogo retoma o gesto do Prólogo, mas num registo de distanciamento e reflexão crítica. Depois da análise do contexto histórico, do processo cooperativo e do projeto arquitetónico, o Epílogo propõe-se refletir sobre o que permanece e o que se perdeu. Tal como os corpos vivos, também os edifícios atravessam transformações internas, discretas e profundas, moldadas pelo tempo e pela ação dos seus habitantes. O Epílogo é, assim, o lugar onde se reconhece a arquitetura como suporte de memória, mas também onde se afirma que a sua permanência depende das comunidades que a habitam - ou da ausência delas.

A dissertação integra, ainda, um conjunto de anexos que reúne documentos provenientes da Associação de Moradores de Massarelos e da Cooperativa de Habitação de Massarelos, incluindo atas, livros de obra e registos contabilísticos. As entrevistas realizadas no âmbito da investigação, transcritas na íntegra, estarão em apêndices e funcionam como dispositivos de reconstrução histórica, bem como de verificação cruzada, permitindo articular memórias individuais com documentos institucionais, identificando tensões, continuidades e divergências.

Estes materiais complementares sustentam o corpo analítico da dissertação e, também, permitem que o trabalho funcione como um repositório consultável no futuro, assegurando a preservação e acessibilidade de um acervo documental disperso e, até aqui, pouco sistematizado.

aa. Prólogo

Habito neste edifício há sensivelmente dois anos. A primeira aproximação ao conjunto foi marcada por um olhar quase infantil, embora atento, de quem descobre um território novo. Tudo me chamava a atenção: a curva do gaveto voltada para a rua principal, os cortes verticais nos blocos, as galerias com os seus bancos de betão.

A fachada, nunca pintada, exibia já os sinais do tempo, o embasamento, outrora em betão à vista, entretanto coberto por tinta cinzenta, denunciando a vontade de ocultar - ou preservar - aquilo que se desgasta. Os vãos mantinham o desenho original, mas acumulavam agora múltiplas versões materiais: madeira, alumínio, PVC; sistemas de abrir, de correr, ou improvisações híbridas. Essa dissonância, expressa em pequenos elementos, deixava-me inquieto, como se revelasse tensões que não sabia interpretar.

O nome da rua causou-me surpresa: Capitão Salgueiro Maia. Um nome carregado de memória coletiva, de luta por liberdade - haveria alguma relação com o edifício? Naquele sábado primaveril, a rua estava deserta. Do outro lado, um edifício de presença bruta, sem grande interesse, ergue-se numa parede de betão de seis metros de

altura, perfurada por portas e janelas, sobre a qual se estendiam varandas de grandes dimensões, voltadas para o rio. O contraste com o edifício que iria habitar era evidente - não apenas formal, mas sobretudo no modo como se relacionava com o espaço da cidade.

Havia algo, no entanto, que me cativava neste edifício. Talvez a escala humana das entradas - marcadas por portas coloridas - talvez o modo como o conjunto assentava no terreno, ou a tranquilidade inesperada de um lugar tão central na cidade do Porto. Passaram por mim duas pessoas, turistas alojadas num apartamento convertido em alojamento local - um sinal claro das transformações em curso na estrutura social do edifício. Ao fundo da rua, uma mina de água, um antigo lavadouro - hoje fechado com rede, para proteger o espaço de ocupações indesejadas. O som da água, ainda audível, despertava uma memória, lembrava-me a infância, a casa dos meus avós. A cidade que me acolhia parecia, naquele instante, suspensa na tensão entre o barulho ensurdecedor do campo e o silêncio inquietante da cidade.

Entrei por uma das portas - amarela - e fui imediatamente surpreendido pelo desenho do núcleo de escadas. O espaço parecia conter em si uma monumentalidade discreta, quase sacral, a caixa de escadas erguia-se num volume recuado da fachada, rematado por uma claraboia que filtrava a luz zenital. O gesto, embora contido, revelava uma atenção rara ao percurso quotidiano. A escada deixava de ser mero elemento funcional, tornando-se espaço de permanência e de transição, de conversa e discussão.

O apartamento que passei a habitar é um T4. À primeira vista, causou-me espanto - não pela dimensão, mas pela inteligência da sua organização interna. Tratava-se de uma tipologia desenhada com uma noção clara de habitabilidade, quatro quartos bem proporcionados, uma sala com dupla orientação, cozinha, despensa, lavandaria e duas casas de banho. O espaço estava preparado para receber o quotidiano de forma digna e funcional, revelando uma conceção de habitação social que rompia (à data) com o mínimo habitacional tantas vezes associado a este tipo de programa.

Mais surpreendente ainda era a presença da luz. O fogo, localizado no gaveto, dispunha de nove janelas distribuídas por todas as orientações - norte, sul, nascente e poente - permitindo uma variação notável da atmosfera ao longo do dia e das estações. Essa diversidade de aberturas oferecia vistas sobre os baldios da cidade, mas também sobre o interior do conjunto habitacional, criando uma permeabilidade entre o privado e o coletivo, entre o espaço doméstico e o espaço comum.

Desde os primeiros dias, tornou-se evidente que este não era um edifício comum. O modo como se implantava no terreno, dividido em volumes para quebrar a extensão de conter 95 fogos; a forma como os blocos se articulavam com o espaço público,

criando espaços exteriores confortáveis ao uso quotidiano; e a organização dos acessos - tudo indicava um projeto pensado com precisão, com uma ideia clara de como se devia habitar em comunidade. E, no entanto, havia também uma espécie de silêncio em torno de tudo isto - como se a arquitetura guardasse algo que não conseguia compreender.

Ao longo dos últimos anos, fui-me apercebendo lentamente dos ritmos internos do edifício. Inicialmente, não existia uma empresa de administração de condomínio, apenas um administrador, uma prática que se mantinha desde os tempos da Cooperativa. No meu bloco, os vizinhos começaram a cumprimentar-me ao fim de algumas semanas, num processo quase orgânico de reconhecimento. Entre as conversas de escada e os gestos quotidianos, percebi que muitos dos habitantes mantinham laços familiares entre si, irmãos que vivem em blocos diferentes, pais e filhos em fogos distintos, histórias entrelaçadas no mesmo conjunto. Era como se o edifício albergasse, para além das suas paredes, uma comunidade sedimentada pelo tempo. Sentia-me, nesse contexto, um corpo estranho - um recém-chegado a um lugar onde muitos pareciam estar desde sempre.

Foi numa dessas conversas informais que ouvi, pela primeira vez, uma referência à história do edifício. Esse momento foi uma charneira. Começava a suspeitar que aquilo que habitava não era apenas um conjunto bem desenhado - havia sinais de um passado. O termo “bairro de Massarelos” surgiu, mas com ele também uma distância: “Isto não é um bairro, menino, nós aqui somos donos das nossas casas. Bairro é lá em cima.” A distinção era clara - e reveladora da forma como as pessoas tentam distanciar-se do problema da habitação quando já se tem uma casa.

O desejo de integração levou-me a procurar o diálogo com quem ali trabalhava e vivia. Conversava com os técnicos de manutenção, com os contínuos, com vizinhos mais disponíveis. Essas interações foram fundamentais para compreender que o edifício era apenas a face visível de uma história mais vasta - uma história que merecia ser contada.

A inquietação, traço persistente da minha vivência, levou-me a querer saber mais. Alguns dias antes do início do ano letivo, encontrei o senhor João e o senhor Coelho a fazer manutenção nas infraestruturas sanitárias. Ouvia-se, ao fundo, uma queixa recorrente: os esgotos dos fogos do rés-do-chão transbordavam ocasionalmente pelas sanitas dos duplex, inundando o piso inferior. Aproximei-me, perguntei-lhes se conheciam a história do edifício, da Cooperativa. Responderam-me que não eram moradores originários, mas que sabiam onde procurar, na sala do condomínio havia caixas com atas, documentos e desenhos.

Aceder àquele espaço foi marcante. Estavam lá os livros de registos, os relatos das assembleias, as plantas do projeto - a história escrita em primeira mão. Ao folhear aquelas páginas, compreendi que o edifício era o resultado de uma ação coletiva persistente, de um desenho que procurava responder a uma ideia de habitar partilhada. A inquietação transformou-se, nesse momento, em responsabilidade, este lugar merecia ser investigado - e o silêncio que o cobria, interrompido.

Habitar este edifício é, desde o início, mais do que uma experiência doméstica. A convivência com a sua materialidade, com os seus silêncios e com as vozes dispersas de quem ainda o ocupa, tornou inevitável a vontade de compreender. Compreender não apenas o projeto arquitetónico, mas o processo que o antecedeu, o contexto que o tornou possível, e as transformações que marcaram a sua transição de objeto coletivo para património habitado, muitas vezes esquecido.

Entre estas camadas emerge a inquietação que sustenta este trabalho: que relação existe entre este edifício e as pessoas que o habitaram e ainda o habitam? Até que ponto a sua forma resulta de uma vontade coletiva, e o que permanece dela quando já não é possível reconhecer, à primeira vista, o contexto que a produziu? Não sei, no momento deste prólogo, se existe continuidade, rutura, sobrevivência ou transformação; apenas pressinto que a arquitetura guarda vestígios de algo que já não é imediatamente legível. É essa opacidade - essa sensação de que o edifício sabe mais do que eu - que desencadeia a necessidade de investigar.

Não se trata de uma abordagem nostálgica nem de um exercício de memória individual, mas de uma tentativa de reconstruir, com rigor e sensibilidade, as múltiplas camadas que compõem este edifício, as suas origens políticas e sociais, os desafios enfrentados pelos seus impulsionadores, as intenções projetuais dos arquitetos, e o modo como hoje é habitado.

Tal como acontece com as pessoas, também os edifícios atravessam mudanças - silenciosas, acumuladas, muitas vezes invisíveis. São transformações intrínsecas que resultam do efeito do tempo, da fricção entre aquilo que se pensou, o que se construiu, e o que, afinal, se vive. O edifício da Cooperativa de Habitação de Massarelos carrega essas marcas, as que permanecem inscritas na forma e as que se esbatem com o passar das gerações. Entre o que se sonhou, o que se edificou e o que resiste, esta dissertação procura mapear os vestígios de um processo que, apesar de discreto, continua presente - tanto na arquitetura como na vida de quem a habita.

01. Contexto

¹ Maria RODRIGUES, Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76), Porto, Campo das Letras, 1999, p. 15.

A cidade é um lugar de desigualdades, pois, sendo um produto social, nela se reflecte a estrutura da sociedade. É então um lugar onde se manifestam contradições sociais: um espaço de conflito, um espaço de lutas em torno de interesses e valores sociais heterogéneos.¹

01.1 Pré 25 de abril

Nacional

No pré abril de 1974, a política habitacional em Portugal desenvolve-se sob a égide de um regime autoritário que concebe a habitação não como um direito social, mas como um instrumento de ordem moral, disciplinar e ideológica. Esta visão foi sustentada por uma conceção conservadora da sociedade, em que a casa surge como extensão do modelo tradicional católico e patriarcal, centrado na propriedade privada, na estabilidade do ideal conjugal heteronormativo e na contenção dos comportamentos sociais.

Um dos principais instrumentos desta política foi o Programa das Casas Económicas (Figura 1), instituído em 1933 e aplicado de forma contínua até à queda do regime. Apesar do seu nome, o programa assentava numa lógica produtiva (quase sempre) pouco eficiente: casas unifamiliares, com jardim, de baixa densidade e construídas frequentemente em zonas suburbanas.²

A ideia de família desenhava a pátria e a arquitetura.

A imagem da habitação ideal correspondia à do pequeno agregado familiar isolado, numa casa “à portuguesa”, assente num vocabulário formal padronizado e adaptado ao gosto oficial. Este modelo não respondia às necessidades da maioria da população trabalhadora urbana, que enfrentava sérias dificuldades de acesso à habitação, mas servia os objetivos simbólicos do regime: difundir uma imagem de ordem e permanência, diluir os conflitos sociais e fragmentar a convivência coletiva.

[...] ainda fresca na memória, nos anos trinta, a revolta dos operários em Viena. Que foi uma revolta muito forte e marcou muito a construção de casas económicas, de habitação popular.³

² O decreto-lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933, que legisla sobre este assunto, autorizava o governo a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos.

Figura 1 - Bairro de Casas Económicas do Calhabé.
Fonte: SIPA, Direção Geral do Património Cultural.

³ PORTAS, Nuno (coord.), Habitação para o maior número: Portugal, os anos de 1950–1980, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2013.



A LIÇÃO DE SALAZAR

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA:
A TRILOGIA
DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), organismo central na execução da política construtiva do Estado, assumiu um papel crucial na normalização do projeto habitacional. Através da produção, aprovação e difusão de modelos-tipo, a DGEMN limitava a margem de atuação dos arquitetos, que eram tratados como técnicos executores e não como autores.

O projeto era entendido, na grande parte dos casos, como um processo administrativo, repetitivo, fechado à experimentação ou à adaptação ao contexto. A criatividade era, muitas vezes, substituída por eficiência técnica e por fidelidade à forma simbólica idealizada pelo regime. A arquitetura era, neste quadro, um prolongamento da ação governativa, um instrumento de pedagogia moral e de conservação da ordem. A habitação coletiva foi sistematicamente desvalorizada. Associada a ideias de instabilidade, promiscuidade e desordem, era considerada incompatível com os valores nacionais. O discurso oficial insistia na ideia de que os portugueses não estavam preparados para viver em edifícios multifamiliares, perpetuando a ficção de uma identidade rural e individualista.

A escassez de habitação era agravada por um modelo que privilegiava a dispersão e a ocupação extensiva do solo, exigindo recursos que o país não tinha. A produção de fogos, embora amplamente divulgada na propaganda do regime, foi quantitativamente reduzida. A resposta do Estado não acompanhava o crescimento demográfico, as migrações internas ou as transformações económicas do país. Esta insuficiência estrutural estava alinhada com uma visão ideológica específica, que rejeitava os modelos coletivos de habitação. Como o próprio Salazar (1935, p. 116) defendia:

É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob tecto próprio. Eis porque nos não interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com seus restaurantes anexos e sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já seminómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família.

A ausência de uma política de habitação com escala, visão urbana e instrumentos de participação contribuiu para a proliferação de soluções informais e para o agravamento da segregação socio-espacial.

Neste cenário, desenvolveram-se algumas experiências cooperativas, promovidas por associações e grupos de trabalhadores. Estas iniciativas procuravam construir habitação para os seus associados, recorrendo a fundos próprios ou a apoio pontual do Estado.

Figura 2 - A Lição de Salazar, cartaz.
Fonte: MARTINS BARATA, Jaime, 1938. Impresa Images - Expresso.

A sua existência era tolerada, mas mantida sob controlo apertado. As cooperativas operavam num contexto de forte limitação legal e institucional, com dificuldades de acesso ao crédito, à terra e aos recursos técnicos. Ainda assim, constituíram um espaço de resistência silenciosa à hegemonia do modelo estatal. A sua produção, embora numericamente reduzida, introduziu variantes tipológicas e formas de organização urbana mais próximas das necessidades reais das populações. Contudo, a sua capacidade de resposta era severamente limitada por uma eficácia prática diminuta, como atestam os dados disponíveis:

Também ineficazes são as cooperativas de habitação, cuja média anual de fogos construídos, entre 1951/60, foi de 266, num conjunto de 20171 alojamentos. Ainda em 1963 existiam apenas 58 cooperativas com cerca de 22.000 associados. A agravar o problema, a legislação que favoreceu a livre concorrência para a aquisição de terrenos (dec-lei 5 5), fez com que as cooperativas dos grupos sócio-económicos com mais recursos se tivessem sobreposto às restantes, na construção de habitação na cidade.⁴

⁴ José Fernando GONÇALVES, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa, tese de doutoramento, 2007, p. 171.

Mesmo nestas experiências, o modelo predominante era o da habitação unifamiliar, construída em terrenos adquiridos em zonas periféricas. A participação dos futuros moradores no processo era maior do que nos projetos estatais, mas ainda limitada por exigências legais e pela ausência de técnicos especializados. O cooperativismo habitacional sobreviveu sobretudo graças ao esforço coletivo e à persistência das comunidades envolvidas.

Todavia, o regime de ocupação previsto no programa não era compatível com os poucos recursos financeiros das famílias verdadeiramente “menos afortunadas”, que, inseridas em estratos sociais insolventes, não tinham possibilidade de acesso a esse alojamento dito «social». À discriminação de carácter financeiro juntava-se uma outra imposta pelos critérios de atribuição das casas, cujos ocupantes eram seleccionados em função do estatuto profissional e da fidelidade ao regime. Além da composição do agregado familiar, dos salários auferidos e da idade do chefe de família, na selecção dos beneficiários eram também considerados a regularidade de emprego e o «comportamento moral e profissional», o que excluía os desempregados e aqueles cujas condutas não se ajustassem a padrões normalizados.⁵

⁵ Maria RODRIGUES, Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76), Porto, Campo das Letras, 1999, p. 19.

Apesar do enquadramento ideológico do Estado Novo, o I Congresso Nacional de Arquitectura (1948) introduz uma inflexão interna na disciplina. As teses apresentadas deslocam o debate da linguagem formal para a relação entre arquitetura, território e condições reais de vida, colocando a habitação e o planeamento como problemas centrais.

Sem confronto (aparentemente) direto com o regime, afirma-se uma leitura do país que reconhece a cidade como construção coletiva e a arquitetura como prática com responsabilidade pública. Esta inflexão ganha maior amplitude no III Congresso da União Internacional dos Arquitectos (1953), realizado em Lisboa. O tema “The Architect at the Crossroads” evidencia tensões entre industrialização, normalização e compromisso social, inscrevendo o contexto português num debate internacional que ultrapassa o discurso estatal.

Entre 1948 e 1953 consolida-se, assim, um vocabulário disciplinar alternativo, no qual a habitação passa a ser entendida como questão estrutural da cidade e do território. Este deslocamento prepara igualmente o caminho para o “Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa”. Este documento reconhece a atenção ao lugar, as práticas construtivas e as formas de habitar como instrumentos críticos para repensar a arquitetura contemporânea em Portugal.

No final da década de 1960, a situação habitacional em Portugal era marcada por uma profunda desigualdade territorial, pela informalidade generalizada e pela ausência de um sistema coerente de planeamento urbano. O Estado mantinha uma atitude ambígua: por um lado, reprimia a ilegalidade urbanística; por outro, beneficiava politicamente do controlo social proporcionado pela fragilidade das estruturas comunitárias nos bairros informais. A inexistência de uma política habitacional universal e integradora prolongou a marginalização das classes populares e deixou sem resposta a crescente pressão demográfica das cidades.

A política de habitação era contraditória entre os detentores de capital. Por um lado, os donos dos grandes terrenos fundiários queriam a falta de habitação para os terrenos valorizarem no meio das cidades e por outro os industriais queriam investir na habitação operária e viam isso como um investimento. São necessárias políticas de controlo do aumento do preço dos solos e que impulsione o ordenamento territorial.

É neste contexto que a Lei dos Solos se afirma como uma primeira tentativa de regulação pública do mercado fundiário. A Lei procurava enquadrar juridicamente o uso do solo urbano e responder às tensões geradas pela especulação. Ainda que a sua aplicação tenha sido limitada e frequentemente condicionada pelos interesses privados, introduz uma mudança conceptual relevante: a ideia de que o problema da habitação não pode ser dissociado da estrutura económica e política do solo.

Posteriormente é criado, em 1969, o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) - que não nasce como resposta a essa lei, mas põe-na em prática - como parte de uma estratégia mais ampla de modernização das políticas de habitação, articulando planeamento, financiamento e promoção pública. Ao concentrar meios técnicos e financeiros, o FFH permite ao Estado atuar de forma mais consistente num sistema habitacional fragmentado, evidenciando a passagem de uma regulação essencialmente normativa para uma intervenção mais estrutural, ainda que sem romper com a lógica dominante do mercado.

O quadro legal e institucional vigente era desenhado para conservar a ordem estabelecida. A política de habitação não era pensada como um instrumento de transformação social, mas como mecanismo de reprodução da estrutura de poder. A cidade era um espaço a controlar, não a democratizar. A moradia era um bem de consumo, não um direito garantido. Esta orientação, profundamente enraizada no ideário do regime, viria a ser contestada de forma radical a partir de 1974, com a emergência de movimentos que procuraram redefinir os fundamentos do habitar e devolver aos cidadãos o poder de decidir sobre o seu espaço de vida.

Se a política habitacional do Estado Novo definiu o quadro ideológico, foi nas cidades que os seus efeitos se tornaram visíveis. Entre elas, o Porto constitui um caso paradigmático onde a desigualdade não era apenas um dado estatístico, era uma realidade quotidiana inscrita na cidade.

01.1 Pré 25 de abril

Porto

Depois de analisarmos a política nacional de habitação durante o Estado Novo, é pertinente observar como esta se concretizou no contexto específico da cidade do Porto.

Nas décadas que antecederam a Revolução de 25 de Abril de 1974, a cidade do Porto enfrentava uma profunda crise habitacional, herdeira de um processo de industrialização acelerado e de uma política urbana marcada pela inércia e pelo desinteresse pelas classes trabalhadoras. A ausência de uma estratégia articulada de planeamento urbano, a falta de programas de habitação pública de escala significativa e o abandono da cidade consolidada, resultaram num panorama de informalidade, insalubridade e segregação. A “ilha” foi, talvez, o símbolo mais contundente desta realidade, representando a solução habitacional precária de uma cidade que crescia sem um plano coerente para acolher os que a faziam funcionar.

História da ilha

A partir da segunda metade do século XIX, com a Revolução Industrial, o Porto conheceu uma crescente concentração de população nas zonas centrais, impulsionada pela instalação de fábricas junto das linhas ferroviárias e pela procura de mão-de-obra.

Esta vaga migratória foi sobretudo absorvida por soluções de habitação espontânea, de que as “ilhas” operárias são o exemplo mais paradigmático. As ilhas, criadas pela pequena burguesia, usavam os logradouros das casas para a construção de habitações minúsculas dispostas em fiada ao longo de um corredor estreito e de difícil acesso oferecendo condições de vida degradantes. Sem ventilação, esgotos, ou iluminação natural adequadas, e frequentemente sobrelotadas, estas estruturas proliferaram no tecido urbano portuense, acolhendo uma fatia substancial da população operária da cidade.

De 86.761 habitantes em 1864, a população do Porto cresceu para 105.838 habitantes em 1878, 138.860 em 1890 e 167.955 habitantes em 1900. Isto é, um acréscimo de 81.000 habitantes, ou uma quase duplicação da população, num período de 36 anos. Entre 1878 e 1890, o período crucial de crescimento do Porto, cerca de 25.000 dos 33.000 novos habitantes da cidade eram imigrantes.⁶

⁶ Manuel C. TEIXEIRA, «Ilhas», in Margarida WELLENKAMP; Luís PISCO (coord.), *Ilhas, Porto, Afrontamento*, 2004, p. 15

Ao longo do século XX, apesar das inúmeras denúncias dos riscos sanitários e sociais que estas soluções habitacionais representavam o número de ilhas continuava a aumentar. Nas primeiras décadas do século, o número de ilhas era superior a 1300, totalizando mais de 140.000 fogos. (Teixeira, 2004). Por um lado, reconhecia-se a sua precariedade; por outro, a sua existência era tolerada - e, em certos casos, até promovida pelas elites industriais - como solução económica para alojar trabalhadores. São, no entanto, contruídas as “colónias operárias” pelo jornal “o Comercio do Porto” e pela Câmara do Porto, com o objetivo de colmatar a necessidade de habitação. Estes bairros não tiveram influência nas condições de vida dos trabalhadores.

Apesar de o número de bairros construídos ter sido irrelevante na resolução do alojamento operário, algumas das operações realizadas (ou projectadas) constituem momentos experimentais que estão na origem de uma narrativa que irá atravessar todo o século XX, protagonizada pela habitação de custos controlados, com episódios marcantes na leitura da cidade.⁷

Figura 3 - Condições de habitação em Massarelos antes da construção do Bairro.
Fonte: Arquivo da Associação de Moradores de Massarelos [s.d.].

⁷ Virgílio BORGES PEREIRA (org.), *A habitação social na transformação da cidade: sobre a génese e efeitos do «Plano de melhoramento para a cidade do Porto» de 1956*, Porto, Afrontamento, 2016.

Com o contínuo crescimento industrial no Porto⁸, que não teve correspondência no plano habitacional, este setor instalava as suas unidades fabris em zonas periféricas, como Campanhã ou Ramalde, levando a uma mobilização de mão-de-obra, que não encontrava soluções dignas para o seu alojamento. A resposta do Estado permaneceu fragmentária e limitada. Os Bairros Económicos, já mencionados, mantiveram uma escala reduzida e uma lógica de distribuição clientelista, que pouco contribuiu para a resolução sistémica do problema da habitação.

A cidade transformou-se assim num espaço marcado por uma dicotomia estrutural: uma cidade formal, monumental e burguesa, e uma cidade informal, invisível e marginal, onde a habitação era um bem escasso e de acesso desigual.

⁸ note-se que apesar das ilhas estarem diretamente relacionadas com o desenvolvimento industrial, eram os setores do comércio e financeiro que dominavam a economia portuense.
Margarida WELLENKAMP; Luís PISCO (coord.), *Ilhas, Porto, Afrontamento*, 2004.

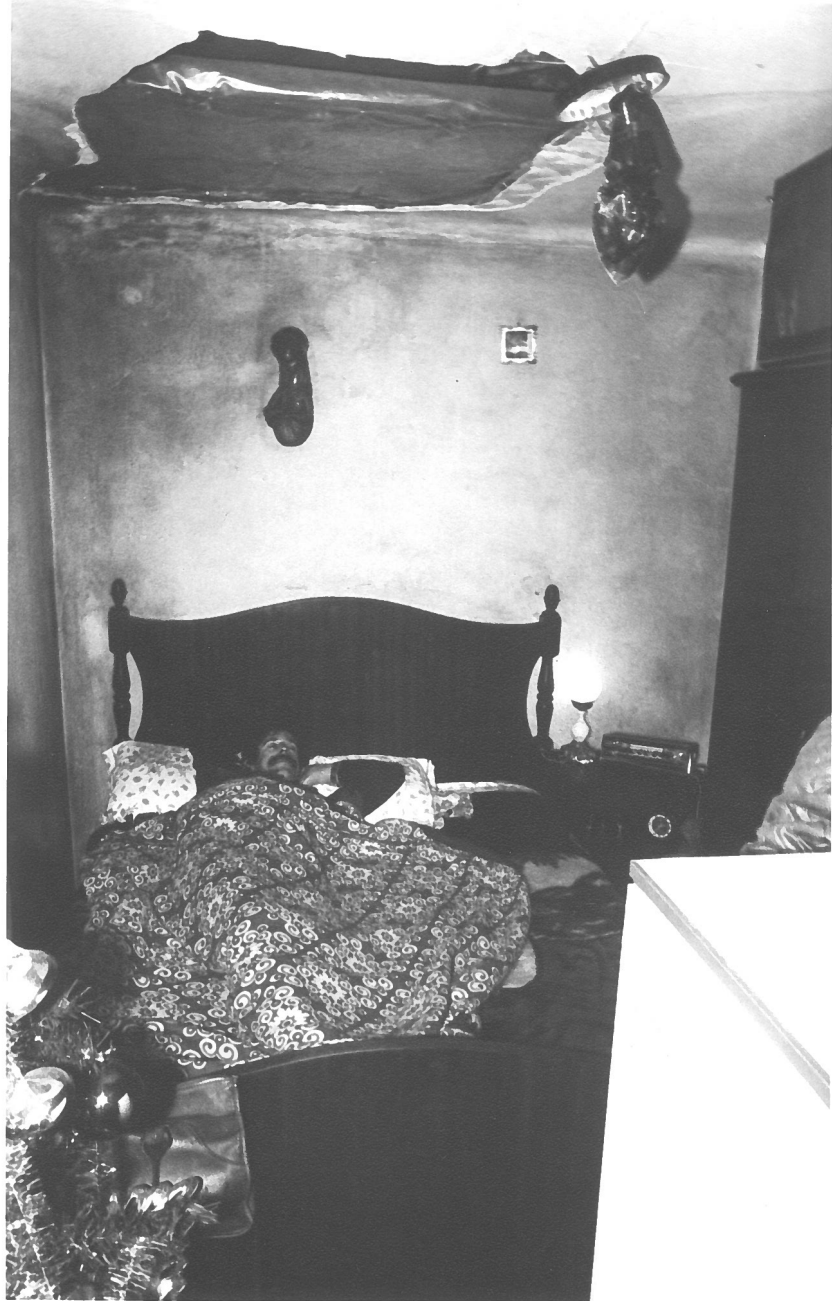




Figura 4 - Condições de habitação em Massarelos antes da construção do Bairro.
Fonte: Arquivo da Associação de Moradores de Massarelos [s.d.].

⁹ Antão de Almeida GARRETT, Plano Regulador da Cidade do Porto, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1952.

Plano regulador, salubridade e de melhoramentos da cidade do porto

O Plano Regulador da Cidade do Porto, aprovado em 1952, inscreve-se numa lógica de modernização urbana que procurava responder às exigências de crescimento demográfico e de circulação associadas ao contexto do pós-guerra. O plano propunha uma reorganização funcional da cidade, com zonas diferenciadas para habitar, trabalhar e circular, à luz das doutrinas urbanísticas dominantes na Europa da época. Entre os seus objetivos principais, destacava-se a criação de novas artérias para descongestionar o trânsito e previa equipamentos públicos e zonas verdes junto dos bairros habitacionais. Previa, também, a realocação progressiva das populações mal alojadas em zonas como as “ilhas”.

Embora este plano representasse, no discurso oficial, um gesto de progresso e civilidade, a sua implementação prática revelou-se limitada e, muitas vezes, contraditória. A prioridade atribuída à infraestrutura viária e à expansão periférica sobrepôs-se à reabilitação da cidade consolidada, perpetuando dinâmicas de exclusão social e de abandono do centro urbano.⁹

O Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (1956) (que tem por base o Plano de Salubridade das Ilhas do Porto - 1955) destaca-se como uma tentativa de intervenção mais articulada. Contudo, estes planos revelaram-se amplamente e ineficazes no combate à precariedade e à sobrelotação. Tratavam a cidade como consolidada, sendo um problema a ser contornado e não resolvido, canalizando os investimentos para as periferias. A cidade histórica foi, assim, progressivamente abandonada pelas políticas públicas, entregue à degradação física e social.

A ausência de programas participativos foi outra marca estrutural da política urbana do regime. As populações mais afetadas pela crise habitacional foram sistematicamente excluídas dos processos de decisão, não havendo mecanismos de escuta ou de envolvimento das comunidades. A cidade era pensada por técnicos e políticos ao serviço de uma visão higienista e autoritária, que relegava os bairros operários e populares para um papel periférico e quase invisível. A “ilha” operária, longe de ser eliminada, foi apenas estigmatizada e empurrada para fora do discurso oficial sobre a cidade moderna.

Neste contexto, é importante referir que a falta de alternativas habitacionais dignas não era apenas uma consequência de falta de recursos, mas antes de uma opção política. O Estado Novo privilegiava a estabilidade social através da propriedade privada e da pequena burguesia, e via com desconfiança as formas coletivas de habitação.

No Porto, esta estratégia contribuiu para o agravamento das desigualdades sociais e para a fragmentação do tecido urbano. As zonas mais centrais degradavam-se sob o peso da sobreocupação e da ausência de manutenção, enquanto novos bairros formais se erguiam em zonas periféricas, frequentemente sem ligação às redes de transporte e sem equipamentos coletivos. O tecido da cidade tornava-se cada vez mais dissonante, marcado pela coexistência de fragmentos modernos, isolados, e áreas profundamente envelhecidas e sobrepopovoadas.

A vida nos bairros camarários - no fundo uma nova forma de habitação operária e, em certo sentido, o prolongamento "moderno" da "ilha" do século XIX como solução - era tudo menos fácil e só em alguns aspectos melhorou a qualidade de vida dos seus habitantes. Urbanisticamente, os bairros são, em geral, um exemplo de bom desenho e de acordo com as recomendações do melhor do modernismo contido na "Carta de Atenas". Arquitectonicamente, as edificações habitacionais são um exemplo da contradição do próprio "programa": funcionalidade máxima em área mínima, a racionalidade espacial levada ao extremo a par dum sistema construtivo que pouco excedia o limite do impossível tanto em termos de conforto, isolamento e climatização, como de instalações e serviços. Por outro lado, os bairros não dispunham de equipamento suficiente nem das condições mínimas para a localização de apoios de proximidade (comercial, social, educacional, etc.)

Ao nível político-social, os bairros eram "guetos" onde a vigilância policial se exercia sem qualquer decore de que é um fiel retrato o seguinte extracto de relatórios de vigilantes:

(...)

- *Participação por motivo de amante. Isto no tempo de solteira.*
- *Tem uma galinha ilegal.*
- *Deu o cão.*
- *Falta de respeito ao fiscal.*
- *Possui animais; faleceu o gato.*
- *Roupa na placa da varanda; frangos a divagar.*
- *Insultos e piadas ao fiscal.*
- *Não retirou as andorinhas de casa.*
- *Companheiro; vasos plásticos na fachada do prédio; autorizada a ter uma cadela; o chefe de família abandonou o lar.*
- *Entraram no bairro vindos das bouças. Tem uma neta inconstituida.*
- *Recebe um homem.*
- *Tem dois pintos o que não é permitido.*
- *Comprou uma mota.*
- *Críticas ao fiscal. Árvores partidas (serão os filhos?).¹⁰*

¹⁰ Manuel CORREIA FERNANDES, «Ilhas», in Margarida WELLENKAMP; Luís PISCO (coord.), *Ilhas, Porto, Afrontamento*, 2004, p. 34.

Figura 5 - Condições de habitação em Massarelos antes da construção do Bairro.
Fonte: Arquivo da Associação de Moradores de Massarelos [s.d.].





Este contexto de fragmentação urbana e abandono da cidade histórica tornou-se ainda mais visível à medida que as estratégias de planeamento urbano passavam a ser determinadas por interesses setoriais e não por uma visão articulada da cidade enquanto espaço coletivo.

¹¹ Ibidem, p. 34.

Após o desalojamento da “ilha” ou da casa (a história começa sempre aí), a distribuição das famílias pelos bairros fazia-se de acordo com critérios bem precisos: jugular estados de revolta, desfazer cumplicidades e controlar solidariedades, ainda que assentes na simples relação familiar! Era por isso que os antigos vizinhos na “ilha” raramente eram “colocados” no mesmo bairro e quase nunca no mesmo bloco.¹¹

Figura 6 - Condições de habitação em Massarelos antes da construção do Bairro.

Fonte: Arquivo da Associação de Moradores de Massarelos [s.d.].

A prioridade dada à construção de vias rodoviárias, à expansão de bairros residenciais para classes médias emergentes e à valorização fundiária de certas zonas periféricas revelou o alheamento face às necessidades mais urgentes da população operária e marginalizada. Em muitos casos, as transformações urbanas foram conduzidas por uma lógica de segregação espacial, empurrando os mais pobres para zonas periféricas, enquanto o centro se esvaziava de funções residenciais e se degradava lentamente, à vista de todos.

¹² Virgílio BORGES PEREIRA (org.), A habitação social na transformação da cidade: sobre a génese e efeitos do «Plano de melhoramento para a cidade do Porto» de 1956, Porto, Afrontamento, 2016, p. 53.

Dos bairros concluídos ou em obra, apenas os do Bom Sucesso e de Fernão de Magalhães ficam situados no interior do perímetro definido pelos limites das quatro freguesias do anel central da cidade do Porto. Os restantes situam-se em áreas periféricas, junto a vias recentemente abertas ou com abertura projectada no «Plano Regulador». Nalguns casos, os novos bairros são mesmo os elementos iniciadores dos processos de urbanização de espaços até então escassa ou residualmente urbanizados, como nas zonas da Pasteleira ou da Fonte da Moura, na vertente ocidental da cidade.¹²

O Plano Diretor da Cidade do Porto, aprovado em 1962 e pensado por Robert Auzelle, dá continuidade às intenções do Plano Regulador de 1952 e do Plano de Melhoramentos de 56, sendo marcante na estrutura urbana da cidade até à atualidade. Surge num contexto de crescimento demográfico e expansão territorial, propondo uma leitura funcional do território, com zonas diferenciadas para habitação, indústria, serviços e espaços verdes, estes últimos assumindo um papel estruturante como elementos de transição urbana.

É importante referir que, neste plano, é ainda mantido o movimento de segregação da classe operária.

O plano prevê ainda novos modelos morfológicos que procuram resolver as limitações habitacionais das ilhas e da casa burguesa oitocentista. A construção da Ponte da Arrábida, em 1963, reforça esta estratégia, ao subverter o eixo de expansão

tradicional da cidade. A travessia facilita a articulação nascente-poente, promovendo a urbanização da zona oriental e ultrapassando a barreira da linha férrea, com impacto direto na ocupação de Campanhã, Bonfim e Paranhos.

No bairro da Pasteleira, em setembro de 1973, há uma ação significativa da união de moradores para que não aconteçam despejos forçados e, mais tarde, no bairro S. João de Deus, a união consegue mesmo impedir despejos.¹³

¹³ José António Oliveira BAN-DEIRINHA, Processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011.

Os regulamentos dos bairros camarários eram apertados e sem espaço para flexibilidade, desde não poder ter animais, até não poder estender roupa fora dos estendais. A verdade é que havia um claro desfavorecimento a famílias que não tinham sido constituídas legalmente e que qualquer família poderia ser despejada se não obedecessem ao regulamento do bairro.

Os sinais de insatisfação antes do 25 de abril eram claros. Com o plano de salubrizar as “ilhas”, construir novos bairros nas periferias e transladar os habitantes precários para estes bairros, começa a surgir uma onda de revolta e de reivindicação. Mesmo depois de remodeladas, os habitantes não poderiam voltar para as suas casas.

01.2 Pós 25 de abril

Nacional

No plano nacional, neste período de profunda transformação política e social, é proposto um olhar que descentra a narrativa dos quartéis e dos ministérios e a coloca nos pátios, nas assembleias populares, nas sedes improvisadas de comissões e nas ruas onde se tomavam decisões por aclamação. Trata-se de reconhecer que a revolução foi um processo popular, feito por quem até então não tinha direito nem à palavra nem à cidade.

O dia dos cravos é, frequentemente, narrado a partir de decisões e ações de líderes políticos e capitães. A verdade é que o povo anónimo foi um protagonista essencial e que muitas vezes vê a sua história ausente das principais narrativas. O povo anónimo, os nossos pais, avós, amigos, soldados; os movimentos populares e os coletivos foram o agente principal no dia da revolução. Foram estes que promoveram a transformação social, urbana e política antes, durante e depois do 25 de abril. A sua ação não se esgotou na adrenalina inicial, mas prolongou-se através da apropriação do espaço, na organização coletiva e na exigência de direitos. Os moradores de ilhas, bairros de lata, os operários organizados em comissões de trabalhadores, os militares que se insurgiram contra a hierarquia e os estudantes que mobilizaram as ruas foram figuras centrais da revolução.

O 25 de abril trouxe uma rutura profunda do regime autoritário liderado, então, por Marcello Caetano. O povo acreditava na “primavera marcelista” que nunca chegou. Este descontentamento com a falta de execução de promessas de resolução dos problemas habitacionais (entre muitas outras coisas - a guerra colonial) deu origem ao maior processo revolucionário da república portuguesa. Este processo instituiu uma mudança política e direitos fundamentais que redefiniram a relação com o espaço urbano e com o estado.

Neste quadro, o direito à cidade, foi vivido em Portugal como uma prática quotidiana e revolucionária. A ocupação de edifícios devolutos, a resistência às demolições e despejos, a autoconstrução e reconfiguração de bairros urbanos tornaram-se instrumentos de luta pela permanência e pela dignidade. Como sublinha Lefebvre (2012, p. 115):

[...] a estratégia de renovação urbana torna-se “forçosamente” revolucionária, não pela força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas. A estratégia urbana fundada sobre a ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar actuante. Ela não actua por si própria. Ela não pode deixar de se apoiar na presença e na acção da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra si. Só essa classe, enquanto classe, pode decisivamente contribuir para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos “centros de decisão”.

A cidade, neste breve, mas intenso processo revolucionário, deixou de ser apenas o espaço do capital e da autoridade, e passou a ser também o campo da utopia concreta, desenhada por mãos coletivas. Pela primeira vez, muitos destes direitos foram reconhecidos formalmente numa Constituição democrática - a Constituição da República Portuguesa de 1976 - que consagrou princípios sociais fundamentais, entre eles o direito à habitação, à participação cidadã e à organização coletiva.

O artigo 65 da Constituição da República Portuguesa consagrou explicitamente o direito à habitação como um direito universal, estabelecendo que “cada pessoa tem direito, para si e para a sua família, a uma habitação de tamanho adequado, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (Constituição da República Portuguesa, 1976, art. 65.º). Esta inscrição constitucional não era meramente simbólica, resultante da pressão exercida por milhares de cidadãos que, nos meses e anos seguintes à revolução, se organizaram em movimentos locais para exigir acesso à cidade e condições de vida dignas.

O Estado passou a ser constitucionalmente responsável por programar e executar políticas públicas de habitação, o que se traduziu na reestruturação e criação de organismos e programas específicos, como o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Este enquadramento ficou formalmente consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa (1976, art. 65.º), que atribui ao Estado um conjunto de responsabilidades explícitas no domínio habitacional:

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

Esta formulação constitucional é particularmente relevante na medida em que reconhece, de forma explícita, não apenas a responsabilidade do Estado na produção direta de habitação, mas também o papel ativo das comunidades locais na resolução dos problemas habitacionais, legitimando práticas de organização coletiva e de autoconstrução que se tornaram centrais no contexto revolucionário.

Paralelamente, o direito de associação e de participação cívica assumiu-se como um dos direitos mais transformadores do período revolucionário. A liberdade de organização em comissões de moradores, sindicatos, cooperativas e associações de bairro permitiu que grupos tradicionalmente marginalizados legitimassem as suas ações e reivindicações. Como observa Rodrigues (1999, p. 69):

As lutas populares pela melhoria das condições de habitação, desencadeadas logo a partir de Abril de 1974 nas cidades em que os problemas eram mais agudos, ultrapassaram de imediato a interpretação restritiva do Programa do MFA e forçaram uma marcha mais rápida das transformações sociais. Estas movimentações “ocorreram na pujança da pugnacidade revelada entre 1974 e 1976, período em que a irrupção das massas trabalhadoras produziu efeitos nas formas como Estado se legitima aos olhos cidadãos e nas formas como os cidadãos legitimam as suas ações.

As comissões de moradores, tornaram-se estruturas fundamentais para gerir os bairros, planear novas habitações e dialogar com técnicos e instituições. Estas comissões assumiam, frequentemente, funções de autogoverno local, tomando decisões sobre prioridades do bairro, organização de espaços comuns e até mesmo sobre projetos de arquitetura.

Este novo enquadramento legal e político abriu também caminho para práticas de apropriação do espaço urbano, como a ocupação de edifícios devolutos. Centenas de prédios abandonados foram tomados por famílias sem habitação, muitas vezes com o apoio das próprias comissões de moradores. A ocupação era entendida como um ato de justiça social e política, frequentemente tolerado pelas autoridades no contexto revolucionário.

Esta leitura foi, aliás, explicitamente assumida pelo próprio Estado. Um documento conjunto dos Ministérios da Administração Interna, da Justiça e do Equipamento Social e do Ambiente reconhecia a dimensão estrutural da crise habitacional e a impossibilidade de a resolver exclusivamente através da construção de novas habitações, defendendo, em nome dos mais elementares princípios de justiça social, a utilização integral do parque habitacional existente:

Há no País centenas de milhares de famílias sem habitação ou habitando em condições sub-humanas.

E é manifesto que, a despeito das medidas já tomadas ou em estudo e das acções programadas para fomentar a construção, não haverá possibilidade de, mesmo a médio prazo, resolver totalmente, através de novas construções, o grave problema do adequado alojamento dessas famílias.

A via que, conseqüentemente, se oferece, e que os mais elementares princípios de justiça social impõem que se adopte, para minorar a curto prazo esta carência é a de promover a integral utilização do parque habitacional do País, já que enquanto houver pessoas sem casa não é admissível que existam casas sem pessoas.¹⁴

Deste modo, o espaço urbano, anteriormente subordinado à lógica da propriedade privada e do mercado, passava a ser visto como território de uso coletivo e de reivindicação.

Esta condição urbana não produziu apenas carência, produziu consciência. Perante a ausência de respostas institucionais, os moradores começaram a organizar-se, transformando a precariedade em motor de reivindicação.

¹⁴ MINISTÉRIOS da Administração Interna, da Justiça e do Equipamento Social e do Ambiente, Decreto-Lei n.º 198-A/75, de 14 de abril, 1975.

Figura 7 - Manifestações da Frente Unitária no Porto em 30/08/1975.

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra



01.2 Pós 25 de abril

Porto

Figura 8 - Manifestação em luta pela habitação. 25/01/1975

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

¹⁵ Gaspar Martins PEREIRA, «Prefácio», in Maria RODRIGUES, Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76), Porto, Campo das Letras, 1999, p. 9.

¹⁶ A crise académica de 1969 (crise subsequente do “maio de 68”) marcou profundamente a formação do arquiteto em Portugal, despertando uma consciência política e social que ultrapassou o âmbito pedagógico. A contestação estudantil, que exigia a democratização do ensino e a redefinição do papel do arquiteto na sociedade, aproximou as escolas de arquitetura das questões reais da cidade e das populações em oposição à figura tecnocrática e distante promovida pelo Estado Novo. Gonçalo CANTO MONIZ, «A formação social do arquiteto: crise nos cursos de arquitetura, 1968-1969», Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 91, 2010.

Na cidade do Porto, o período imediatamente a seguir à revolução foi marcado por uma intensa mobilização popular. Décadas de desigualdade urbana e social, materializadas nas “ilhas” e nos bairros degradados, tornaram-se o motor de um movimento coletivo que procurava transformar radicalmente o modo de habitar.

A partir de 74, no Porto, multiplicaram-se as comissões e associações de moradores, estruturas horizontais que assumiram o poder local nos bairros populares. Organizavam abastecimentos, limpeza, ocupações e, sobretudo, a reivindicação pelo direito à habitação. Estes grupos, não institucionalizados, encarnavam uma nova ideia de cidade - uma cidade feita e transformada pelas mãos de quem a habita.

*A cidade não é apenas um conjunto de formas, cores e volumes, de casas, praças ou ruas, de mais ou menos edifícios públicos ou privados. A cidade, nas suas formas espaciais e nas funções que acumula, é sobretudo um conjunto complexo de relações entre o poder, o espaço e a sociedade.*¹⁵

Com a Revolução, muitos jovens arquitetos e estudantes¹⁶ encontraram nos movimentos de moradores um espaço de prática cívica e profissional, colaborando nas assembleias e nos processos de autoconstrução e planeamento participativo. Essa articulação entre técnica e participação viria a consolidar-se com a criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), em 1974, sob a direção de Nuno Portas.

A experiência portuense distinguiu-se pela intensidade da relação entre moradores, técnicos e instituições, transformando a cidade num laboratório de democracia direta e de experimentação arquitetónica. Não se limitando à dimensão política, no Porto, o processo revolucionário concretizou-se espacialmente, através de um novo modo de conceber e construir a habitação, em que a arquitetura foi simultaneamente o meio e a expressão da mudança social.

01.3 Pós 25 de abril

Saal

A explosão foi imediata ao levantar dos meios repressivos pelo golpe de Abril de 74:

- múltiplas acções, espontâneas ou não, de apropriação de casas do stock vacante, a começar por bairros sociais ainda não distribuídos e a acabar em moradias ou prédios destinados pelos proprietários a demolição;

- um amplo e impaciente movimento de reivindicação de novos alojamentos para as classes de menores rendimentos (as mal alojadas), assim como de equipamentos urbanos: parques, creches, escolas, espaços de reunião e convívio, além das infraestruturas elementares de águas, esgotos, lixos e arruamentos, largamente deficitários, quer nos subúrbios metropolitanos, quer na província¹⁷

¹⁷ Nuno PORTAS, Os tempos das formas, Guimarães, DAAUM, 2012, p. 270.

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi um projeto revolucionário de habitação pública participada, criado na sequência imediata da Revolução. Surgiu de um despacho conjunto entre os Ministérios do Equipamento Social e Ambiente e da Administração Interna, publicado a 6 de agosto de 74.

Após o 25 de abril, há uma grande tentativa de descentralizar o governo, assim cria-se o Serviço de Apoio Ambulatório Local. Como começo da inevitável descentralização, é possível, com alguns truques administrativos, descentralizar a política de alojamento para as associações de moradores. O SAAL, torna-se assim, um exemplo - pese embora a sua redução a uma memória nostálgica possa comprometer uma leitura plena do seu alcance e complexidade - notável de articulação entre técnicos, moradores e Estado que ensaiou novas metodologias participativas.

O programa pretendia responder de forma urgente à crise habitacional que afetava milhares de famílias, muitas delas residentes em barracas, ilhas insalubres e edifícios em ruína. Pela primeira vez, o Estado reconhecia a legitimidade dos movimentos de moradores e propunha um modelo de produção habitacional assente na participação ativa das populações envolvidas. O SAAL tinha como objetivo garantir habitação digna para as classes populares através de processos que integrassem os moradores na definição dos programas, na conceção dos projetos e, muitas vezes, na construção efetiva das casas – sendo este um dos legados mais significantes. O seu funcionamento distinguia-se da burocracia habitual. As equipas deslocavam-se aos bairros (daí o termo “ambulatório”) e trabalhavam em contacto direto com as populações. As comissões de moradores tornavam-se o canal privilegiado de articulação com o Estado.

O modelo assentava em três pilares fundamentais: as comissões de moradores, as brigadas técnicas (compostas por arquitetos, engenheiros e assistentes sociais), e o apoio financeiro e logístico do Fundo de Fomento da Habitação (FFH).

Cada operação SAAL iniciava-se com o papel fundamental das câmaras que identificava um bairro ou zona carenciada. As comissões de moradores legitimadas por assembleia estabeleciam um protocolo com uma brigada técnica – constituídas por jovens arquitetos que encontraram aqui um espaço de experimentação que conjugava a dimensão política, social e formal do projeto - e com a câmara. A articulação entre estas instâncias nem sempre foi pacífica, o SAAL operava num enquadramento institucional ambíguo, simultaneamente inserido na administração central (via FFH) e radicalmente ancorado na mobilização popular.

¹⁸ Gaspar MARTINS PEREIRA, «SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário», Revista da FLUP, vol. 4, 2014, p. 15.

Apesar de ter sido sucessivamente requerido e proposto aos organismos governamentais responsáveis, nunca foi aprovado qualquer texto legal regulamentador da organização do SAAL nem da sua articulação com outros serviços oficiais actuando nas áreas da habitação e urbanismo.”[...] “A mais grave dessas indefinições manifestava-se na relação entre o SAAL e as autarquias locais.¹⁸

Este processo híbrido também gerou tensões: por um lado, havia um forte impulso de base, autónomo e muitas vezes contestatário; por outro, existia um enquadramento legal e administrativo que tentava conter e formalizar o processo. No entanto, a rotina burocrática levava, muitas vezes, à indignação da população interessada na construção de habitações.

¹⁹ Nuno PORTAS, «O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local», Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 18/19/20, 1986, p. 640.

[...] e tanto se deu no Porto, onde o município tinha um presidente PSD e as associações de moradores lhe fizeram uma guerra frontal que chegou ao extremo de invasão da Câmara para forçar o desbloqueamento de certos processos de cedência de terrenos.¹⁹

Não admira, por isso, que se verificassem alterações sensíveis na orgânica do SAAL, entre Agosto de 1974 e Outubro de 1976,[...] podemos considerar no SAAL três níveis fundamentais de organização: i) nacional: logo no início de Agosto de 1974, formou-se no FFH uma Comissão Organizadora do SAAL, propondo-se uma primeira estruturação do Serviço a nível nacional, que obteve parecer favorável do Secretário de Estado da Habitação, sendo então criado um Grupo de Trabalho com carácter permanente, embrião dos Serviços Centrais do SAAL; ii) regional: formaram-se três estruturas regionais ligadas ao FFH (SAAL/Norte, SAAL/ Centro e Sul e SAAL/Algarve), ficando o SAAL/Lisboa integrado na EPUL até Julho de 1975; iii) local: Brigadas Técnicas de apoio local às organizações de moradores.²⁰

²⁰ Gaspar MARTINS PEREIRA, «SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário», Revista da FLUP, vol. 4, 2014, p. 16

O valor arquitetónico do SAAL não reside apenas nos resultados formais (ainda que alguns sejam notáveis), mas no modo como o projeto se tornou instrumento de transformação social. As soluções típicas foram colocadas em causa; procurou-se adaptar as habitações às rotinas, às relações de vizinhança e aos modos de construir locais. A participação dos habitantes implicava uma escuta ativa dos seus modos de viver e a construção de plantas flexíveis, capazes de evoluir com as famílias.

Nesta fase, a plataforma entre os moradores, os técnicos e o serviço, que caracteriza o SAAL, é desequilibrada do ponto de vista dos moradores, que não podem, com o estado da sua organização, ter uma participação com o mesmo nível de qualidade dos outros dois elementos.

Estas intervenções do SAAL/Norte caracterizaram-se essencialmente pela procura de um método de trabalho que, forçosamente diferente da tradição de prática profissional de ateliê, considerasse como elemento fundamental a participação dos moradores. Estuda-se também a possibilidade de aplicação de um processamento e de algumas normas metodológicas a casos bastante diferenciados que pudessem ir desde a zona «histórica», passando por uma maioria de casos de «ilhas» e algumas zonas semirrurais de transição, até bairros de lata e zonas clandestinas em autoconstrução. A primeira seleção de casos, com base nos pedidos existentes, foi, por isso, no sentido do máximo alargamento a situações diferenciadas para que fosse mais rica a experiência recolhida.²¹

²¹ Ana ALVES COSTA; Sérgio FERNANDEZ, Cidade participada: arquitectura e democracia, Lisboa, Tinta-da-China, 2020, p. 39.

Em março de 1975 ocorre um momento charneira no processo revolucionário português e, conseqüentemente, no destino do SAAL. O 11 de Março, marcado pela tentativa de golpe militar à direita e pela subsequente radicalização política, expôs de forma clara a fragilidade das instituições e a força das mobilizações populares.

Inicialmente desconfiada da eficácia política e da coerência de classe dos movimentos de moradores, a esquerda mais ortodoxa começava agora a perceber que não podia subestimar o potencial significado da revolta destas multidões de mal-alojados.²²

Figura 9 - Plenário SAAL. 5/04/1975

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

²² José António Oliveira BANDEIRINHA, Processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011, p. 141.





²³ Ana ALVES COSTA; Sérgio FERNANDEZ, *Cidade participada: arquitectura e democracia*, Lisboa, Tinta-da-China, 2020, p. 38.

Figura 10 - Reunião de moradores com o secretário de estado da habitação, arq. Nuno Portas, organizada pela Câmara Municipal do Porto na Escola de Belas Artes. Porto, 26/01/1975

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

²⁴ Gaspar MARTINS PEREIRA, «SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário», *Revista da FLUP*, vol. 4, 2014, p. 25.

²⁵ José António Oliveira BANDEIRINHA, *Processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011, pp. 177–179.

O Porto foi um dos polos mais ativos do SAAL. Em dezembro de 75 o “SAAL/Norte integrava já 21 operações, abrangendo cerca de 18 mil moradores” (Martins Pereira, 2014, p. 21) com a colaboração de equipas técnicas ligadas à Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP).

*Havia consciência de que o trabalho das primeiras brigadas, o seu método e as suas opções urbanísticas e arquitetónicas, seriam os primeiros alvos de observação, modelos objeto de crítica. Por isso, considerou-se fundamental garantir-lhes um certo carácter de exemplaridade. As brigadas deveriam dar inteira garantia de respeito pelo trabalho com os moradores e terem qualidades profissionais indiscutíveis.*²³

Até então, o SAAL oscilava entre a tutela estatal e a energia das associações de moradores; após março, a balança pendeu decisivamente para estas últimas. Os moradores passaram a reivindicar não só casas, mas também poder político, e o SAAL transformou-se num espaço de experimentação autogestionária que renunciava o Verão Quente.

*Em certos casos, as estruturas associativas de moradores assumiram mesmo um claro distanciamento dos partidos, procurando travar a sua influência, não sendo raro ouvir-se em reuniões de moradores expressões como «aqui não entram partidos» ou «o partido fica à porta».*²⁴

No entanto, o SAAL foi um processo interrompido.

A partir de 1976, com a viragem política e a consolidação de uma administração municipal conservadora, muitas operações foram bloqueadas ou desvirtuadas. O programa foi formalmente extinto em outubro de 1976, com a sua integração nas Câmaras Municipais.

*De Dezembro de 1975 a Dezembro de 1976, as mudanças processadas na sociedade portuguesa, e no Estado em particular, contribuíram decisivamente para a alteração do quadro político e institucional em que se situava o SAAL. [...] A direita radical, apoiada numa rede arregimentada de delinquentes, intensificava os ataques e os atentados contra alvos da esquerda, com o intuito de aterrorizar as bases de apoio popular e desmobilizar as frentes mais activas.*²⁵

A sua importância reside na afirmação de um novo paradigma, o direito à cidade como direito à participação efetiva nas decisões sobre o habitar. O SAAL não propunha apenas novas casas, propunha uma nova forma de pensar a arquitetura, a cidade e o papel do arquiteto.

É neste quadro político que Massarelos emerge. Não nasce à margem do SAAL, nasce dentro da sua energia, e prolonga no tempo a luta evidenciada por este processo.

Massarelos é, assim, um caso singular, é a materialização de uma vontade coletiva que sobreviveu ao programa que a fez nascer.

02.de Comissão a Cooperativa

²⁶«Comunicado distribuído à população do Porto, em 30 de outubro de 1974», assinado pelo Centro de Apoio às Lutas Populares e «por um grupo de sublocatários», in Maria RODRIGUES, *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*, Porto, Campo das Letras, 1999, p. 97.

O direito à habitação é NOSSO. A luta para impor esse direito tem de ser nossa. Temos de nos organizar em todos os bairros e em todas as freguesias, para ir para a frente até haver casas para todos os trabalhadores até acabar com esta miserável exploração dos subalugas. As comissões que para isso forem necessárias têm de ser constituídas por trabalhadores e DEVEM SER ELEITAS PELO POVO dos bairros ou freguesias em Assembleia Popular, porque os doutores “democratas” não sentem o problema na pele. A democracia tem de ser exercida pelo Povo e não por meia-dúzia de doutores que passam a vida nos gabinetes. (...)»²⁶

O derrube da ditadura permitiu a integração de uma nova ideia no processo de democratização – a democracia direta. Neste contexto, destacaram-se as associações de moradores, quase inexistentes no regime anterior, que se afirmaram como instrumentos de representação e mobilização coletiva. Multiplicaram-se rapidamente e revelaram-se essenciais na conquista de condições de vida mais dignas, alicerçadas no princípio da participação popular.

No caso de Massarelos, o 25 de Abril abriu a possibilidade de uma ação comunitária organizada. A zona integrava um espaço urbano de grande valor histórico desenvolvido através das práticas marítimas, fluviais e industriais, mas apresentava também condições habitacionais precárias e ausência de equipamentos coletivos.²⁷

A 29 de novembro de 1974, sete meses após a Revolução, a população de Massarelos reuniu-se em assembleia e elegeu a sua primeira Comissão de Moradores. Este ato inaugural representou não apenas um gesto político de autogoverno local, mas também a inscrição do bairro no movimento nacional de reivindicação do direito à habitação e à dignidade urbana. Desde o primeiro momento, dois grandes objetivos se afirmaram: criar estruturas de apoio à comunidade e garantir condições de habitação adequadas. Estas metas orientariam toda a ação subsequente da associação e dariam forma ao seu programa de transformação social.²⁸ (Figura 11)

No plano habitacional, o diagnóstico era claro: a zona sofria de forte sobreocupação, muitas vezes em casas do séc. XVI – típico lote do porto com 6m – com dez a quinze famílias no mesmo edifício, vivendo em regime de subaluga.²⁹

Mais do que as tradicionais “ilhas”, eram estes edifícios sobrelotados que marcavam a paisagem social. A fundação da Comissão de Moradores de Massarelos foi, assim, uma resposta imediata e concreta às necessidades sentidas por quem habitava Massarelos, surgindo como voz coletiva numa cidade – e país – em transformação.

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi determinante para a operacionalização da construção de habitação, atuando como mediador entre os moradores, os técnicos, e o poder político. Mais do que uma instância burocrática, o SAAL funcionava como espaço pedagógico, ensinando às comunidades os mecanismos de planeamento e gestão coletiva. No caso de Massarelos, a ligação entre a Comissão e o arquiteto Manuel Fernandes de Sá, foi central no seu futuro. Fernandes de Sá assumiu um papel de militante do urbanismo, apostando numa prática próxima das populações, e Massarelos tornou-se um dos palcos privilegiados dessa aproximação.

O primeiro contacto entre os técnicos e a comunidade de Massarelos ocorreu de forma espontânea e imediatamente politizada pelo contexto do pós-25 de Abril. Manuel

²⁷Cf. entrevista a Maria Teresa Aveiro, realizada pelo autor, 2025, apêndice c; entrevista a Rosa Almeida, realizada pelo autor, 2025, apêndice e.

²⁸COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS, Boletim n.º 1, Porto, Comissão de Moradores de Massarelos, [1974?–1975].

²⁹«SAAL: entrevista a João Araújo Resende e Manuel Fernandes de Sá», Arquivo Multimédia do Centro de Documentação 25 de Abril, 1998, disponível em: <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1269>.

Cf. entrevista a Maria Teresa Aveiro, moradora do Bairro da AMM, realizada pelo autor, 2025, apêndice c.

Figura 11 - Capa do Boletim n.º 1 da Comissão de Moradores de Massarelos, [1974-75?].
Fonte: Espólio de Margarida Duque Vieira, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Figura 12 - Capa do Boletim n.º 2 da Comissão de Moradores de Massarelos, 1975.
Fonte: Espólio de Margarida Duque Vieira, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

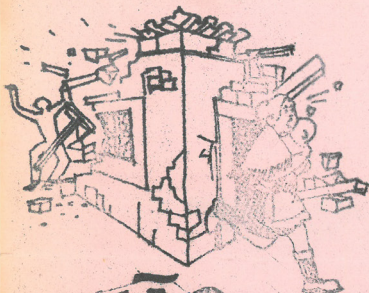
Figura 13 - Capa do Boletim n.º 3 da Comissão de Moradores de Massarelos, 1975.
Fonte: Espólio de Margarida Duque Vieira, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Figura 14 - Capa do Boletim n.º 4 da Comissão de Moradores de Massarelos, 1975.
Fonte: Espólio de Margarida Duque Vieira, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

BOLETIM

1

1974

COMISSÃO DE MORADORES DE
MASSARELOS

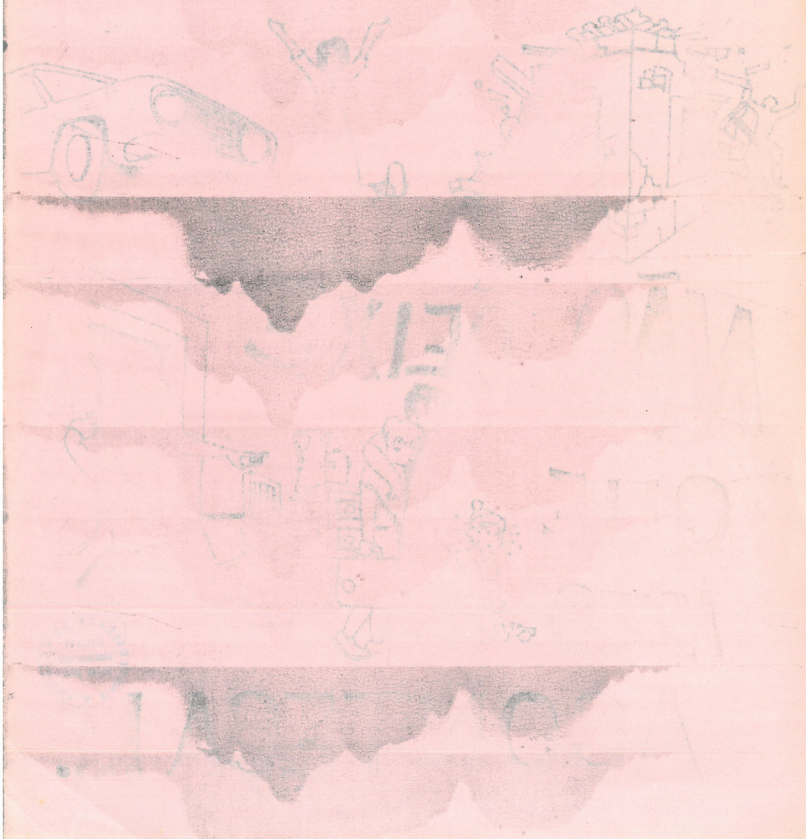
NÃO DEIXE

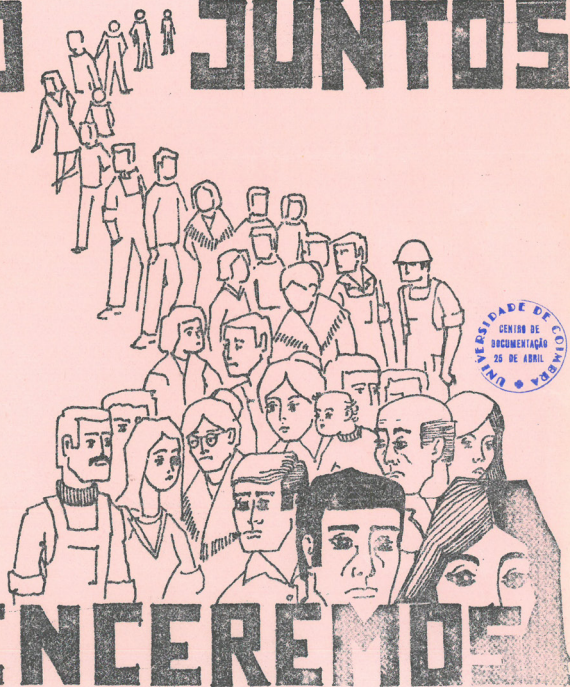
QUE
ISTO

ACONTEÇA!...



ES-DE



BOLETIM 2 1974COMISSÃO DE MORADORES DE
MASSARELOS**SÓ JUNTOS****VENCEREMOS**UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL

SECRET

DEPARTAMENTO DE DEFESA

SECRET

SECRET

SECRET

SECRET

SECRET

SECRET

SECRET



BOLETIM

3

1994



COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS



BOLETIM

4

Comissão de Moradores de

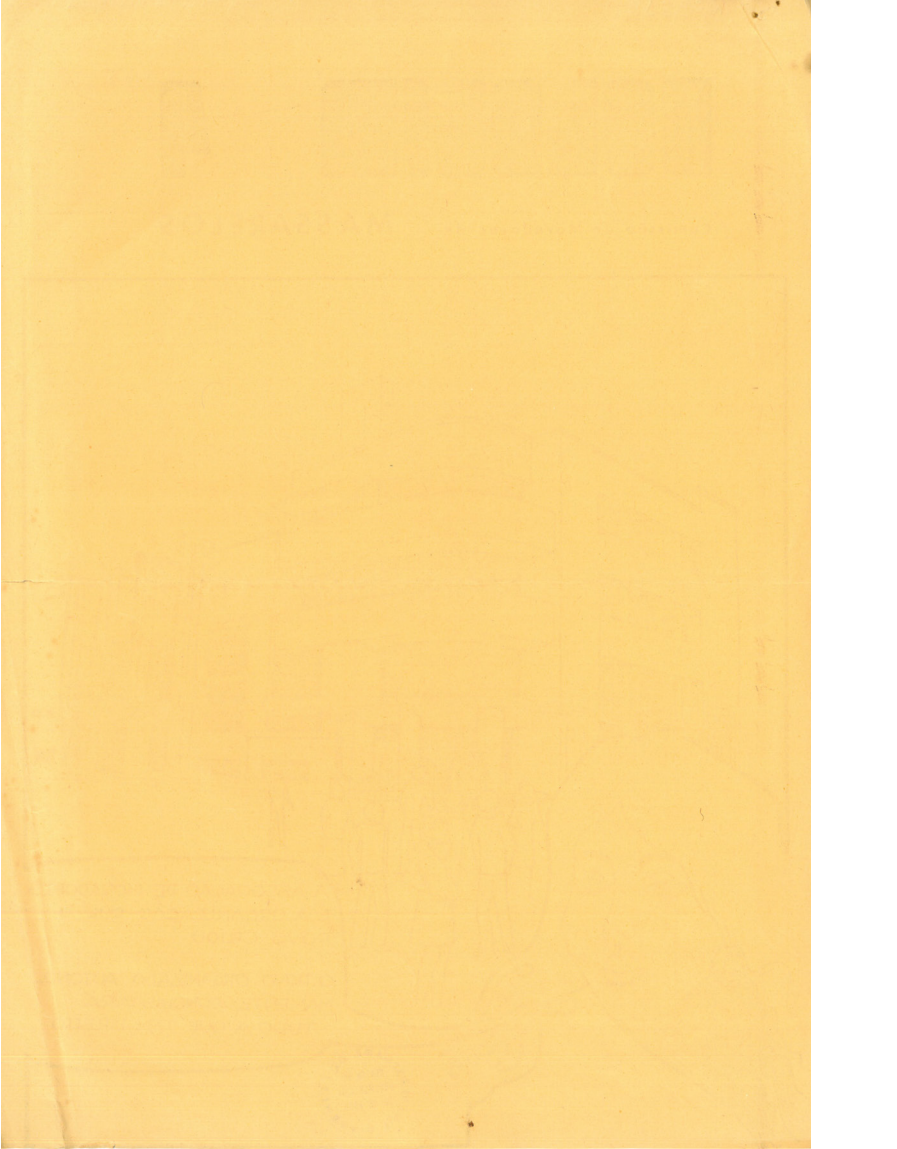
MASSARELOS



A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
É A ORGANIZAÇÃO QUE O
POVO CRIOU

O POVO ORGANIZADO AUTONO-
MAMENTE CONQUISTARÁ
TUDO A QUE TEM DIREITO

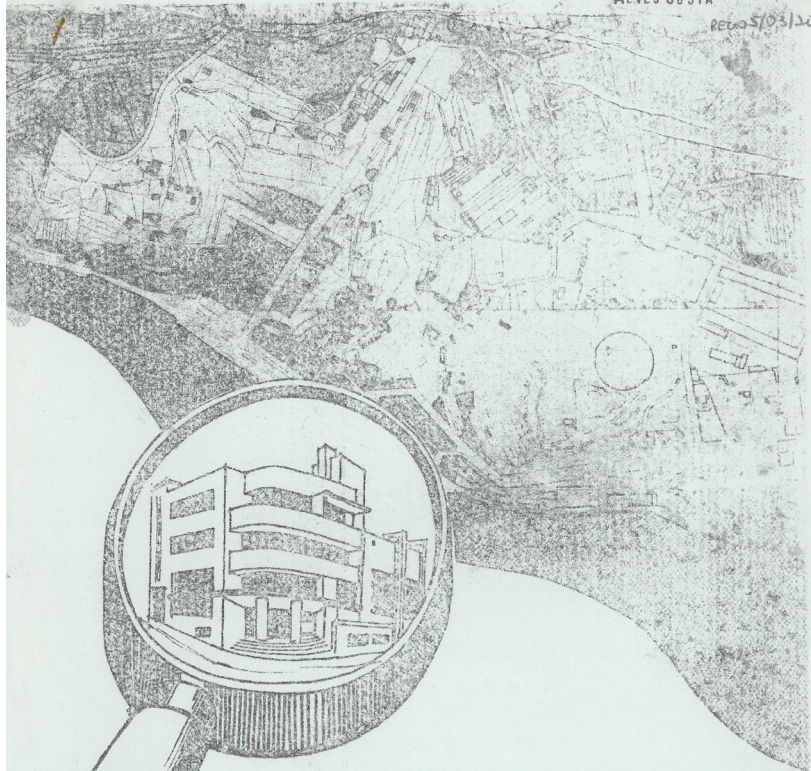




Nº 3213

ALVES COSTA

REC-05/03/20



BOLETIM 5

COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS

BOLETIM 6

comissão de moradores de
MASSARELOS

PODER
POPULAR



julho 75



BOLETIM

comissão de estudos e pesquisas

MASSARELOS

POPULARES

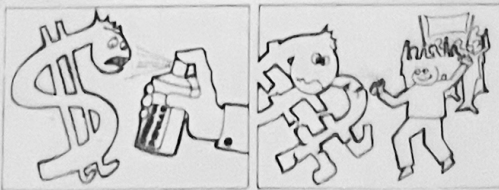
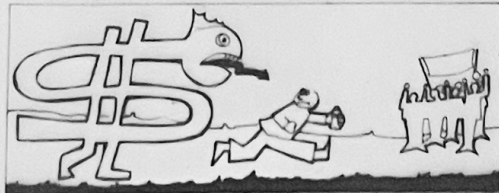
Julho 75

BOLETIM 7

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSARELOS



associação de moradores de massarelos



BOLETIM 8



BOLETIM 9

MARÇO 1976

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSARELO

³⁰Cf. entrevista ao Arq. Manuel Fernandes de Sá, apêndice d

Figura 15 - Capa do Boletim n.º5 da Comissão de Moradores de Massarelos, 1975.

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Figura 16 - Capa do Boletim n.º6 da Comissão de Moradores de Massarelos, 1975.

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

³¹Cf. entrevista ao Arq. Manuel Fernandes de Sá, apêndice d; entrevista a Rosa Almeida, apêndice e.

Figura 17 - Capas dos Boletins n.º7,8 e 9 da Comissão de Moradores de Massarelos integradas num painel de apresentação do processo SAAL, em italiano.

Fonte: Fundo Sérgio Fernandez (SAAL), Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Fernandes de Sá relata que se disponibilizou antecipadamente para colaborar com quaisquer comissões que surgissem, vindo a integrar a Comissão de Moradores de Massarelos quando esta se formou. A entrada dos técnicos não foi, portanto, uma imposição externa, foi o resultado de uma procura mútua, uma comunidade em organização e profissionais envolvidos nas dinâmicas participativas desencadeadas pela transição democrática. Esta origem colaborativa explica a rapidez com que se estabeleceu um trabalho conjunto e a natureza horizontal das relações então praticadas.³⁰

A brigada que apoiou Massarelos excedeu a dimensão técnica; assumiu também um papel de dinamização social e cultural, criando pontes entre a prática arquitetónica e a vida comunitária. Foi neste quadro que se destacou o esforço de criação de equipamentos sociais de proximidade, fundamentais para a coesão comunitária.

Desde muito cedo, o processo foi alicerçado em práticas socioculturais quotidianas que visavam criar pertença e legitimidade no território. Ações pedagógicas com crianças, atividades de desenho e iniciativas públicas festivas - como a organização de desfiles infantis - foram utilizadas como dispositivos de mobilização cívica, aproximando famílias e reforçando a visibilidade da estrutura de moradores. Estas práticas não eram adereços; constituíam uma tecnologia social fundamental de ativação do bairro, ampliando a base de apoio e preparando as condições para decisões coletivas subsequentes.³¹

Consciente da morosidade inerente ao processo habitacional, a brigada ajudou a mobilizar os moradores para causas sociais e culturais de modo a trazer união durante o processo de espera processual.

A Comissão cultivou um espaço de comunicação próprio, através da edição de um boletim informativo que circulava entre moradores e apoiantes. Esta publicação reforçou a identidade coletiva, divulgou conquistas e lutas, e consolidou a ligação entre a comunidade e o projeto de habitação, que se manteve como prioridade absoluta.

Para além da sua função informativa, os boletins produzidos pela Comissão de Moradores de Massarelos assumem um papel claramente pedagógico e político. Através deles, explicam-se conceitos, legitimam-se decisões e constrói-se um entendimento coletivo sobre o processo em curso, desde a criação da Comissão até à ocupação do mercado do Peixe. Estes textos não apenas comunicam acontecimentos, mas ensinam o que é o SAAL, porque é necessária uma associação, e de que forma a organização coletiva constitui um instrumento de poder popular.

Numa primeira fase, a Comissão ocupou o edifício da cruz vermelha (antiga PIDE), na antiga rua Capitão Eduardo Romero, mais tarde um edifício que se transformou num

restaurante e por fim, o episódio mais significativo, a ocupação do antigo mercado do peixe. A apropriação popular destes espaços foi legitimada pela sua imediata utilização, reforçando a ligação entre a comunidade e o território.

O “Frigorífico do Peixe” - desenhado por Januário Godinho - então ligado à família Champalimaud, edifício devoluto, constituiu o principal marco espacial da história da associação. A 25 de março de 1975, o edifício foi ocupado pela população de Massarelos num gesto planeado tornando-se o símbolo da identidade da AMM.³²(Figura 18)

A operação, cuidadosamente distribuída por tarefas, permitiu à estrutura de moradores conquistar um espaço físico de referência, legitimado pela prática: ali passaram a ocorrer atividades intergeracionais, com pisos afetos a idosos, a crianças e a iniciativas comunitárias diversas. O “assalto” do edifício mostrou que a Associação não se limitava a reivindicar; era capaz de criar, gerir e transformar a cidade com os seus próprios meios. A tolerância municipal - “vão usando” - e as pequenas obras de manutenção realizadas pelos moradores consolidaram um regime de apropriação progressiva, transformando o edifício³³ num verdadeiro centro operativo do movimento local.³⁴ (Figura 19)

Com estatutos aprovados em assembleia geral e devidamente publicados em Diário da República, a Associação de Moradores de Massarelos (AMM) foi oficialmente reconhecida a 20 de abril de 1976, sendo uma das últimas a integrar o movimento de moradores do Porto. Esta formalização conferiu-lhe legitimidade jurídica para atuar junto das entidades públicas e consolidou o seu papel como mediadora entre o poder local e a comunidade.

Ainda que a habitação permanecesse - conjuntamente com a creche^(Figura 20) - o núcleo da sua intervenção, a Associação rapidamente ampliou o seu campo de ação, desenvolvendo atividades culturais e desportivas que se tornaram parte integrante da sua identidade.³⁵ A canoagem, o futebol de salão e outras modalidades conferiram visibilidade pública à associação e ajudaram a consolidar um sentimento de pertença coletiva, articulando lazer e militância cívica.

Para além destas iniciativas regulares, a vitalidade da Associação de Moradores de Massarelos manifestou-se também na sua capacidade de atrair figuras e acontecimentos que reforçavam o seu papel enquanto espaço político e cultural ativo. O edifício ocupado tornou-se palco de encontros, ensaios, assembleias e momentos de afirmação coletiva, assumindo-se como um verdadeiro centro de vida comunitária. Foi neste contexto que José Afonso chegou a cantar no edifício ocupado pela associação, num gesto que ultrapassava a dimensão cultural e se inscrevia simbolicamente na luta popular pelo direito à cidade. A presença de Zeca Afonso consolidou o reconhecimento do espaço como lugar de resistência, de partilha e de construção coletiva, onde a cultura, o desporto e a ação política coexistiam como partes inseparáveis de um mesmo projeto emancipatório.^(Figura 21)

³²COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS, Boletim n.º 4, Porto, Comissão de Moradores de Massarelos, 1975.

Cf. entrevistas a Henrique Pedroso, Maria Teresa Aveiro e Rosa Almeida, realizadas pelo autor, 2025, apêndices b, c e e.

Figura 18 - Fotografia da noite da tomada do “Frigorífico do Peixe” pela Associação de Moradores de Massarelos, 1975. Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

³³O edifício, conhecido também como “mercado do bacalhau”, tornou-se sede da associação durante quase quatro décadas, acolhendo reuniões, assembleias, aulas, atividades infantis e iniciativas culturais até 31 de julho de 2013, data em que o espaço foi desocupado.

³⁴Entrevista a Manuel Fernandes de Sá, realizada pelo autor, 2025, apêndice d

Figura 19 - Autocolante da Associação de Moradores de Massarelos relativo ao Centro Infantil, 1975.

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Figura 20 - Autocolante da Associação de Moradores de Massarelos, 1975.

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

³⁵Cf. entrevistas a Henrique Pedroso, Maria Teresa Aveiro e Rosa Almeida, Apêndices B, C e E.

Figura 21 - José Afonso a atuar no auditório da Associação de Moradores de Massarelos.

Fonte: Espólio de Alexandre Alves Costa, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.





A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
É A ORGANIZAÇÃO QUE O
POVO CRIOU

O POVO ORGANIZADO AUTONO-
MAMENTE CONQUISTARÁ
TUDO A QUE TEM DIREITO

associação de moradores
de massarelos

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSARELOS

CENTRO INFANTIL







³⁶Cf. entrevista ao Arq. Manuel Fernandes de Sá, apêndice d; entrevista a Rosa Almeida, apêndice e.

³⁷Apesar das dificuldades e das mudanças políticas que marcaram as décadas seguintes, a AMM perdeu e mantém-se ainda hoje como referência. A sua continuidade testemunha a força de um movimento que nasceu da revolução, cresceu em torno da luta pela habitação e deixou uma marca indelével na história urbana do Porto.

Figura 22 - Fotografia da construção do Bairro de Massarelos. Fonte: Arquivo da Associação de Moradores de Massarelos

³⁸«SAAL: entrevista a João Araújo Resende e Manuel Fernandes de Sá», Arquivo Multimédia do Centro de Documentação 25 de Abril, 1998, disponível em: <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1269>.

Outro traço marcante foi a independência política da Associação.³⁶ Apesar das pressões de diversas forças partidárias no período revolucionário, a AMM conseguiu afirmar-se como um espaço politizado, mas não partidário, condição essencial para a sua sobrevivência e eficácia. Essa postura garantiu-lhe autonomia e legitimidade junto da população.³⁷

A relação entre a AMM e os técnicos traduziu-se no projeto do Bairro de Massarelos. Este bairro não foi apenas um conjunto de fogos, foi a concretização de uma reivindicação coletiva e um marco na afirmação do direito à habitação. Representou também a consagração de uma nova forma de governança urbana, em que as populações, ao organizarem-se, conseguiam influenciar diretamente as políticas públicas e a produção arquitetónica.

Ao contrário de outras experiências no país, em Massarelos a população rejeitou a possibilidade de autoconstrução, argumentando que poderia retirar trabalho a operários da construção civil e reconhecendo a falta de experiência técnica da comunidade para assegurar a qualidade edificatória. Esta posição evidencia um traço urbano e profissionalizante da comunidade, que procurava soluções sustentáveis e dignas para os seus problemas habitacionais.

A relação entre a brigada técnica e a Associação foi sempre cultivada. Independentemente da assimetria de saberes, procurou-se sempre atenuar essa diferença. Um episódio memorável desta procura foi a execução de maquetes dos apartamentos desenhados à escala 1/20. Manuel Fernandes de Sá pôs as sobrinhas a decorar e a mobilar as maquetes para que os moradores conseguissem perceber melhor os espaços com os objetos de dia a dia.³⁸

A obra teve início a 13 de setembro de 1979. O empreendimento constituiu uma das últimas concretizações do programa na cidade do Porto, prolongando-se já para além do período revolucionário, e refletiu o esforço persistente de articulação entre técnicos, moradores e autarquia. Os direitos de uso das casas eram atribuídos diretamente às associações, criando uma articulação inédita entre mobilização popular, prática profissional e administração pública. O modelo constituiu uma experiência pioneira de democracia participativa aplicada ao urbanismo, subvertendo a lógica tradicional da produção habitacional e colocando os moradores no centro das decisões. (Figura 22)

As 66 habitações foram finalmente entregues aos residentes a 31 de julho de 1982, marcando o culminar de seis anos de trabalho coletivo, de negociação institucional e de autogestão comunitária. O bairro de Massarelos tornou-se, assim, a primeira vitória Habitacional tangível da associação, uma tradução física da energia social

desencadeada pelo 25 de Abril, que transformou reivindicações em formas edificadas e consolidou o direito à habitação como prática concreta e partilhada, mesmo que 8 anos depois.

Contudo, o sucesso inicial revelou, também, os limites do modelo. O número de fogos era insuficiente face à procura, e a Associação não tinha meios legais ou financeiros para garantir novas construções. À medida que a lista de espera aumentava, cresceu também a pressão dos moradores sobre a direção, exigindo soluções mais ambiciosas. Em 1984 a AMM viu-se, então, perante a necessidade de evoluir e encontrou um instrumento mais sólido que lhe permitiu responder às necessidades de habitação.

Foi neste enquadramento que se começou a discutir a criação de uma cooperativa de habitação. A Associação tinha mostrado a sua capacidade de mobilização e de organização, mas faltava-lhe uma estrutura jurídica que lhe permitisse enfrentar a complexidade do processo habitacional.

Os primeiros passos para a constituição da cooperativa ocorreram em maio de 1985, quando a direção da Associação de Moradores iniciou contactos com o INH. As condições eram, à época, profundamente diferentes das que tinham permitido a construção do bairro: já não existiam brigadas técnicas estatais dedicadas ao apoio direto, nem mecanismos flexíveis de ocupação ou cedência de terrenos; havia, pelo contrário, uma crescente formalização dos procedimentos e um controlo técnico e financeiro mais rígido. Esta relação institucional representou uma novidade: ao contrário do que acontecera nos anos 70, em que o impulso vinha de baixo e o Estado apenas o reconhecia, nos anos 80 as comunidades tinham de se enquadrar juridicamente e responder a exigências técnicas e financeiras complexas. ^(Figura 23)

A criação da cooperativa foi, por isso, uma estratégia deliberada.³⁹ A Associação, reconhecendo os seus limites operacionais, cria internamente um “setor cooperativo”, que desemboca, a 9 de julho de 1985, na constituição formal da Cooperativa de Habitação de Massarelos, Cooperativa de Responsabilidade Limitada (CHM), através de escritura pública. A adesão é rápida: em pouco tempo a cooperativa atinge 350 sócios. A demanda por habitação e a confiança social na estrutura tornaram a cooperativa um instrumento de mobilização coletiva muito eficaz.⁴⁰ ^(Figura 24)

Apesar da autonomia jurídica e funcional, a direção responsável pela Cooperativa era composta, pelas mesmas pessoas que lideravam a Associação, garantindo uma continuidade de valores e de métodos participativos. Esta característica, apontada por Henrique, reforça o carácter cívico e não profissionalizado do processo: “a direção da associação eram pessoas carolas, do dia a dia, não formadas em arquitetura ou engenharia”.⁴¹

Figura 23 - Termo de abertura do livro de atas da Cooperativa de Habitação de Massarelos, 1985.

Fonte: Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

Figura 24 - Estatutos e regulamento interno da Cooperativa de Habitação de Massarelos, 1988.

Fonte: Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

³⁹Cf. entrevistas a Henrique Pedroso e Rosa Almeida, apêndices b e e.

⁴⁰COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DE MASSARELOS, C.R.L., Ata n.º 4, 1985–2001, Porto, Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos, documento reproduzido em anexo.

⁴¹Entrevista a Henrique Pedroso, ex-presidente da Associação de Moradores de Massarelos, realizada pelo autor, 2025, apêndice b

TERMO DE ABERTURA

Destina-se este livro a nela serem lançados os actos da Direcção da Cooperativa de Habitação Massonelo, C.R.L.

Feito na Sede Social, 17 de Maio de 1985

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António Paulo Pereira



Cooperativa de Habitação de Massarelos, C.R.L.

PORTO

ESTATUTOS

E

REGULAMENTO INTERNO



1988



TERRENO	ÁREA = m ²	Nº FOGOS / 110 m ²	PROPRIETÁRIOS	
1	Gareto Norte Nascente do R. D. Pedro V	3.000	55	FÁBRICA dos TACINHO
2		2.000	30	CIPARQUE
3	Entre a via Panorâmica e a R. D. Pedro V	13.500	120	CUFP
4	Terreno a Ponte do Bico do	8.400	70	
5	R. D. Pedro V	7.400	120	CHATELAIN MAUD -- (3)
6	Macieirinha	6.800	70	CELESTINO MACHUGAS OSCAR -- (4)
7	Campo do Rei	10.000	90 / 100	CONFIDENTE -- (3)
8			EQUIPAMENTO	DIANE N. RAMALHO -- (3)

Figura 25 - Planta com estimativa da capacidade de ocupação dos terrenos disponíveis para intervenção, com identificação dos respetivos proprietários (março de 1986).
 Autoria: CEAPE – Cooperativa de Estudos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia.
 Fonte: Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

Inserindo-se na conjuntura de mudança de Governo e extinção do SAAL, a sua existência é, só por si, uma forma de resistência. Este momento de institucionalização foi acompanhado por um forte envolvimento dos moradores, que se inscreveram como cooperantes e começaram a participar nas assembleias gerais destinadas a definir os objetivos e o funcionamento interno da nova estrutura.

A história da cooperativa foi quase sempre difícil e politicamente sensível. A etapa de procura de um terreno onde pudesse construir um novo conjunto habitacional foi uma delas. Sem solo disponível, não havia projeto possível, e este processo prolongou-se durante vários anos, marcado por avanços, recuos e negociações delicadas com proprietários privados, instituições e a Câmara Municipal do Porto.

A primeira tentativa concreta concentrou-se num terreno situado no gaveto da Rua D. Pedro V com a Rua do Vilar, então pertencente à família Marinho. A cooperativa identificou o proprietário, verificou que a parcela não tinha ónus legais relevantes e estabeleceu contacto formal com o representante da família, o Dr. Vinhas Santos de Jacinto. Este mostrou abertura para vender a parcela e pediu que fosse apresentada uma proposta pelo preço de mercado. A Cooperativa elaborou essa proposta e procurou, em simultâneo, compreender a posição da Câmara Municipal relativamente à possibilidade de construir naquele local. ^(Figura 25)

⁴²COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DE MASSARELOS, C.R.L., Ata n.º11, 1985–2001, Porto, Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos, documento reproduzido em anexo.

Apesar disso, a principal dificuldade não residia no proprietário, mas na Câmara Municipal do Porto. Em contactos sucessivos com vereadores e técnicos municipais, tornou-se claro que não havia vontade política de autorizar construção naquele gaveto. A Cooperativa tentou obter esclarecimentos adicionais, procurou reunir informação complementar sobre terrenos vizinhos e avaliou mesmo a necessidade de estudos topográficos e geológicos, apontados como indispensáveis devido à complexidade morfológica do lote. Gradualmente, tornou-se evidente que a viabilidade urbanística era demasiado incerta. Esta primeira tentativa acabou, assim, por ser abandonada.⁴²

Perante esse impasse, a Cooperativa voltou-se para uma segunda hipótese, desta vez envolvendo terrenos pertencentes à Universidade do Porto. A Universidade mostrou alguma abertura inicial, mas acabou por recusar a cedência, alegando a necessidade de preservar áreas de expansão académica. Esta recusa levou a direção da cooperativa a procurar alternativas junto de outros proprietários privados, num mercado imobiliário em rápida valorização.

Foi neste âmbito que, no fim dos anos 80, surgiu uma oportunidade decisiva, a disponibilidade de venda de um terreno pertencente à família Cameira, na Rua Dom Pedro V. O lote, irregular e de geografia complexa, ocupava uma posição central e de alta visibilidade urbana. O preço era elevado, mas a comunidade reconheceu que

aquela poderia ser a última oportunidade realista de construir habitação cooperativa em Massarelos. A CHM faz a escritura de aquisição do terreno a 30 de novembro de 1988.⁴³

O terreno era caro e era controverso. Na memória dos cooperantes e dos técnicos, a Câmara Municipal do Porto considerava a área “demasiado nobre”⁴⁴ para a construção de habitação social - uma expressão que, transmitida em testemunhos orais, expõe a clivagem política que atravessou todo o processo. A resistência institucional contrastava com a determinação da cooperativa, que avançou para a aquisição de várias parcelas na Rua D. Pedro V, consolidando o domínio sobre o terreno que viria a receber o edifício. Essa aquisição incluía duas pequenas casas de um piso, localizadas nos números 107, casas 3 e 4, cada uma com inscrição matricial e descrição predial próprias, e um amplo terreno agrícola onde existia um tanque alimentado por duas minas de água, das quais apenas a mina oriental permanecia produtiva. Esta última parcela, delimitada por propriedades da firma José Pinto de Magalhães, pela Rua da Boa Viagem e pela STCP, pela Rua D. Pedro V e novamente por terrenos da mesma firma, e pela Rua Capitão Eduardo Romero, surgia descrita como “parcela para construção”. A paisagem agro-rural que ainda persistia no interior do quarteirão contrastava com a pressão urbana em redor e tornava o processo mais denso, exigindo um esforço adicional na avaliação legal, técnica e financeira do conjunto adquirido.

A compra tornou-se possível graças às contribuições diretas dos cooperantes, que aceitaram assumir prestações mensais significativas, tratadas com o mesmo compromisso coletivo, Henrique recorda que “tínhamos uma prestação mensal ao banco, era como comprar uma casa, mas em conjunto”.⁴⁵

A negociação em torno do terreno evidencia as transformações políticas da década de 80 e 90. A cidade, progressivamente orientada por políticas de reabilitação urbana e valorização patrimonial, mostrava-se reticente face a iniciativas cooperativas que pudessem ser interpretadas como heranças do período revolucionário. A CHM não procurava um terreno periférico ou de segunda linha; reivindicava habitar o centro da cidade, próximo do local onde a comunidade sempre vivera, recusando deslocações forçadas para zonas sem identidade social estabelecida. Assim, a luta pela legalização do terreno foi também uma luta simbólica pela legitimidade de um modelo alternativo de habitar no centro urbano.

Apenas com a intervenção de Manuel Fernandes de Sá, arquiteto e professor associado ao movimento cooperativo, conseguiu desbloquear a situação através de um processo de mediação e de “lobbying” junto dos serviços técnicos municipais.

⁴³COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DE MASSARELOS, C.R.L., Ata n.º 40, 1985–2001, Porto, Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos, documento reproduzido em anexo.

⁴⁴Cf. visita ao edifício com o Arq. Hélder Casal Ribeiro, apêndice a; entrevista ao Arq. Hélder Casal Ribeiro, apêndice f.

Figura 26 - Vista da Rua D. Pedro V para o terreno adquirido pela Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Fonte: Câmara Municipal do Porto.

Figura 27 - Vista da Rua Capitão Eduardo Romero para o terreno adquirido pela Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Fonte: Câmara Municipal do Porto.

⁴⁵Entrevista a Henrique Pedroso, ex-presidente da AMM, realizada pelo autor, 2025, apêndice b.

Figura 28 - Excerto do contrato-promessa de compra e venda do terreno adquirido pela Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Fonte: Câmara Municipal do Porto.





COMERA E VENDA

No dia t r i n t a de Novembro de mil novecentos e oitenta e oito, na cidade do Porto e Quinto Cartório Notarial, perante mim, respectivo notário, licenciado em Direito João Marques de Pinto Terrivel, compareceram como outorgantes: _____

PRIMEIRO - Dr. Artur Pinto de Faria, que também usa o nome de Artur Maria Pereira Pinto de Faria, casado, natural da freguesia de Cedofeita, desta cidade, residente na Rua Ramalho Ortigão, nº 34, desta cidade, que declarou outorgar na qualidade de procurador de FERNANDO MAXIMO DE AZEVEDO MEIRELES CAMBEIRA COELHO E SOUSA, natural da freguesia de Cedofeita, desta cidade, e esposa MARIA JULIA GUERRA DE MELO E VASCONCELOS, que também usa o nome de MARIA JULIA GUERRA DE MELO E VASCONCELOS COELHO E SOUSA, natural da freguesia de Leixedo, concelho de Viana do Castelo, casados sob o regime da comunhão geral de bens, residentes na Rua Viana do Castelo, nº 12-12, Dtº, em Carcavelos, Oeiras, provando o mandato pela procuração arquivada neste Cartório no maço de documentos referente ao livro de notas para escrituras diversas número seis-G, como documento número cinquenta e oito. _____

SEGUNDO - Dr. MIGUEL MARIA DE OLIVEIRA CAMBEIRA COELHO E SOUSA, que também usa o nome de Miguel Cameira, solteiro, maior, natural da freguesia de Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, residente na Rua Direita, nº 66, da dita freguesia de Leça da Palmeira, que declarou outorgar por si e na qualidade de procurador:

a) EURICO MENDES DE OLIVEIRA CAMBEIRA, natural da freguesia de _____

70
7

efectuada pelos respectivos conjuges nesta escritura.

Foram-me exhibidos e restitui: a) fotocópia passada na Segunda Conservatória do Registo Predial do Porto, em 15 de Julho de 1988, da qual constam as descrições e inscrições referidas; b) duas cadernetas prediais urbanas, passadas na Repartição de Finanças do Sétimo Bairro Fiscal do Porto, em 6 de Novembro de 1986, actualizadas em 16 de Setembro de 1988, pelas quais verifiquei os artigos e os rendimentos colectáveis referidos; e das quais consta que os referidos prédios urbanos foram inscritos na matriz em data anterior ao ano de 1937.

Foi feita aos outorgantes, em voz alta e na presença simultânea de todos os intervenientes, a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo.

Entecheado de "Supervia",
"Casado de Trinta de", "34",
"Alguil", "Largado", "Lopes",
"Alentejo", "Coelho", "Valente",
"Casado com", "Coelho", "Pro-
vado os mandatos, "Velas",
"Alentejo", "Contos", "Pereira",
"com", "Domingos", "Pereira",
"inscrições".

[Signature]
João António de Almeida

⁴⁶COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DE MASSARELOS, C.R.L., Ata n.º 42, 1985–2001, Porto, Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos, documento reproduzido em anexo.

Em data anterior a 28 de outubro de 1988, iniciou-se mais uma fase longa e delicada do processo - o licenciamento da obra. A submissão do projeto à câmara não trouxe o avanço imediato que a cooperativa esperava. O primeiro parecer vem negativo, momento em que a autarquia passou a exigir um lugar de estacionamento por habitação, condição que inviabilizou a versão então em análise, o projeto foi alterado e entregue no dia 2 de fevereiro de 1989.⁴⁶

Um dos pareceres emitidos pelo município, apenas cerca de um ano depois, impôs uma alteração profunda ao programa: a eliminação de um piso em toda a extensão do edifício, reduzindo o número de fogos de 120 para 95. Esta decisão obrigou a reconfigurar todo o empreendimento, reorganizar tipologias, rever cálculos financeiros e ajustar internamente a distribuição das habitações - num contexto em que o número de cooperantes inscritos excedia largamente as casas disponíveis.

A procura por habitação era muito superior à capacidade do novo edifício, e a possibilidade de expandir o empreendimento surgiu como forma de responder às expectativas de muitas famílias que, apesar de cooperantes, ficariam inevitavelmente excluídas da primeira obra. Nesse período, a cooperativa concentrou a sua atenção nos terrenos devolutos da antiga CIMPOR, um conjunto de parcelas industriais abandonadas havia décadas e situadas na mesma área de Massarelos. A dimensão e a localização desses terrenos tornavam-nos uma hipótese particularmente apelativa, alimentando a ambição de consolidar uma presença comunitária alargada no território.

Figura 29 - Excerto do contrato-promessa de compra e venda do terreno adquirido pela Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Fonte: Câmara Municipal do Porto.

Todavia, à medida que a análise avançava, tornou-se evidente que a aquisição e transformação daqueles terrenos ultrapassaria largamente a capacidade financeira e política da cooperativa. Os valores de mercado eram muito elevados, as exigências técnicas envolviam demolições e operações de estabilização dispendiosas e não havia sinais de que a autarquia estivesse disponível para apoiar uma intervenção deste tipo num momento em que as políticas municipais se orientavam noutra direção. Perante esta conjugação de fatores, a ideia de uma segunda fase perdeu viabilidade e acabou por ser abandonada, permanecendo apenas como expressão das aspirações de uma comunidade que, mesmo limitada pelos constrangimentos do contexto, procurou alargar o acesso à habitação num território que considerava seu.⁴⁷

⁴⁷A inviabilização desta segunda fase não decorreu de uma decisão isolada, decorreu de um processo gradual de retração, condicionado pelo aumento do valor do solo urbano, pela complexidade técnica da reconversão de antigos terrenos industriais e pelo enfraquecimento do apoio público às iniciativas cooperativas no final da década de 1980v

Enquanto estas etapas decorriam, avançavam em simultâneo os procedimentos relativos ao concurso de empreitada. As empresas interessadas apresentaram propostas com valores distintos para a construção dos edifícios e para as infraestruturas, todas sujeitas às regras estabelecidas no programa de concurso. A abertura pública das propostas (1993) permitiu avaliar a conformidade documental, os prazos de execução e os custos apresentados. Após análise detalhada, foram solicitados correções e esclarecimentos a um número restrito de concorrentes, cujas propostas reuniam melhores condições

para a obra prevista. Deste conjunto, foi selecionada a empresa que oferecia a proposta economicamente mais vantajosa, decisão que ficava ainda condicionada à aprovação final do organismo financiador, responsável por validar a solidez económica do contrato.⁴⁸

A construção do edifício decorreu num intervalo temporal claramente documentado, permitindo compreender com precisão o ritmo e as condições em que a obra se desenvolveu. O processo inicia-se formalmente a 10 de dezembro de 1993, data em que é feita a consignação da empreitada no livro de obra. Este momento ocorre um dia depois da emissão do alvará de licença, a 9 de dezembro de 1993, que autorizava a construção e fixava a sua validade até dezembro de 1995. A proximidade entre a emissão da licença de construção e a consignação reflete a urgência da cooperativa em avançar para a fase executiva, depois de anos marcados por negociações complexas para a aquisição do terreno, sucessivas reformulações do projeto e longas discussões com a Câmara Municipal do Porto.

Embora a licença estivesse inicialmente válida até 9 de dezembro de 1995, os trabalhos prolongaram-se para além dessa data, como muitas vezes acontece no mundo da construção. O último registo no livro de obra, datado de 7 de fevereiro de 1996, indica a conclusão prática dos trabalhos e o fecho do ciclo construtivo. Entre a consignação e este último apontamento, decorreram, assim, pouco mais de dois anos de obra contínua, culminando na entrega das habitações aos cooperantes e na consolidação física do projeto coletivo iniciado mais de uma década antes.

A conclusão da primeira obra não encerrou, no entanto, o horizonte da Cooperativa. Pelo contrário, desde muito cedo se afirmou a ambição de dar continuidade ao processo construtivo, como resposta direta ao número significativo de cooperantes que permaneciam sem acesso a habitação. As atas revelam de forma clara essa intenção de que a cooperativa não se pensava como um episódio isolado, mas como uma estrutura capaz de promover sucessivas fases de construção, admitindo-se explicitamente a possibilidade de cinco, seis ou mesmo sete fases distintas.

Esta continuidade era entendida como um prolongamento natural do projeto inicial, sustentada pela persistência da carência habitacional em Massarelos e pela expectativa de que o esforço coletivo pudesse, gradualmente, alargar o acesso à cidade a um número maior de famílias. A procura de novos terrenos foi, assim, constante e sistemática, envolvendo múltiplas hipóteses ao longo do tempo, discutidas e registadas formalmente, ainda que sem divulgação pública alargada.

No entanto, à medida que os anos avançavam, tornava-se cada vez mais evidente que o principal obstáculo à concretização dessas fases não residia na falta de organização,

⁴⁸COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DE MASSARELOS, C.R.L., Atas n.º 48 e n.º 49, 1985–2001, Porto, Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos, documentos reproduzidos em anexo.

Processo de concurso, Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos, documentos reproduzidos em anexo.

nem na ausência de vontade coletiva, mas no preço do solo urbano em Massarelos. As atas insistem repetidamente que os valores pedidos pelos proprietários eram incomportáveis para uma cooperativa que se mantinha fiel a um modelo de habitação acessível. A valorização progressiva da zona - frequentemente descrita como “demasiado nobre” - impôs um bloqueio estrutural à expansão do projeto cooperativo, tornando inviável a aquisição de novos terrenos. Esta impossibilidade deve ser lida como uma derrota imposta pelo contexto económico e urbano, e não como uma falha social da cooperativa.

Sem novos projetos de construção em curso, a cooperativa acabou por se extinguir, num momento em que a sua razão de ser - a produção coletiva de habitação - deixara de encontrar condições materiais para se concretizar. A extinção não decorreu de conflitos internos nem de colapso financeiro, mas da impossibilidade objetiva de prosseguir a missão que lhe dera origem. Esta dissolução teve, contudo, efeitos práticos duradouros, a passagem para uma lógica exclusivamente individualizada da propriedade afastou a capacidade de resposta coletiva a problemas comuns do edifício, desde intervenções de manutenção a operações de reabilitação que, enquanto cooperativa ativa, poderiam ter sido pensadas e executadas de forma conjunta.

Mais do que uma resposta à carência habitacional, a Cooperativa de Habitação de Massarelos constituiu uma afirmação de cidadania ativa. Num momento em que a participação popular se tornava residual nas políticas urbanas, esta experiência reafirmou a legitimidade da ação coletiva enquanto forma de intervenção social.

A Cooperativa funcionou também como instrumento de reprodução de laços sociais. Muitos dos cooperantes já se conheciam das atividades associativas e partilhavam uma memória comum de luta.⁴⁹As assembleias eram simultaneamente espaços de gestão e de sociabilidade, prolongando uma cultura de reunião e debate que caracterizara os anos imediatamente posteriores ao 25 de Abril. A formalização jurídica não eliminou o sentido comunitário; pelo contrário, deu-lhe novas condições de existência.

O significado histórico da cooperativa ultrapassa, assim, a sua dimensão material. Esta constitui um testemunho da transição entre duas épocas: a do entusiasmo revolucionário e a da normalização democrática. Nascida num período de retração das políticas participativas, a cooperativa provou que ainda era possível concretizar iniciativas de base comunitária, mesmo em condições adversas.

⁴⁹Cf. entrevistas a Henrique Pedroso, Maria Teresa Aveiro e Rosa Almeida, Apêndices B, C e E.

03. Análise de Projeto

Este capítulo não parte da arquitetura como origem, mas como consequência. O edifício da Cooperativa de Massarelos não é o ponto de partida desta história - é o que dela restou. A sua forma não antecede a comunidade, cristaliza a vontade coletiva que a produziu e permanece depois dela se ter transformado. A análise que se segue procura revelar intenções projetuais e soluções formais, mas acima de tudo ler, na matéria construída, os traços de um processo social que encontrou na arquitetura o seu último suporte.

Antes da consolidação do edifício hoje construído, o projeto da Cooperativa de Habitação de Massarelos conheceu um conjunto de formulações iniciais que revelam o processo e a forma como a arquitetura se foi ajustando progressivamente às circunstâncias urbanísticas, institucionais e programáticas que a condicionaram. Estes momentos não correspondem a variações menores de um mesmo desenho, mas a verdadeiras hipóteses alternativas, hoje legíveis através de desenhos e programas que documentam um caminho não linear até à solução adotada.

Uma primeira intenção de implantação evidencia um entendimento do lugar substancialmente diferente. Nesse desenho, uma nova rua já se encontra desenhada, mas assume um traçado mais próximo de um prolongamento viário do existente, possivelmente alinhado com diretrizes urbanísticas em vigor. A proposta sugere uma ocupação repartida dos terrenos. (Figura 30)

Posteriormente, surge um primeiro esboço, 1987, que já se aproxima, ainda que de forma muito primitiva, da solução adotada. Mantêm-se a abertura da nova rua – atual Rua capitão Salgueiro Maia – e a opção por um volume longitudinal, mas a implantação revela uma fragmentação maior, com múltiplos rasgos e subdivisões volumétricas, traduzindo um momento ainda exploratório do processo. (Figura 31)

Este desenho deve ser entendido como um campo de ensaio, onde se experimenta a presença contínua do edifício ao longo da rua, sem que estejam ainda estabilizados os dispositivos formais, construtivos ou espaciais que viriam a fixar o projeto. Não se trata ainda de um anteprojeto, mas de um momento embrionário do processo, no qual a noção de unidade começa a delinear-se de forma incipiente, sem que encontre, contudo, uma tradução arquitetônica estabilizada.

Paralelamente, a documentação revela que o edifício construído foi pensado, desde cedo, com uma possível articulação com uma segunda fase, localizada a norte do “Mercado do Peixe”. O programa dessa fase posterior previa um número de fogos superior ao da primeira, bem como a integração de funções coletivas, incluindo comércio, um equipamento e espaços associados a atividades produtivas ou artesanais. Embora concebido como volume autônomo, localizado do outro lado da rua, este segundo edifício partilhava pressupostos programáticos e, previsivelmente, uma continuidade formal ao nível das fachadas. (Figura 33)

O edifício construído da Cooperativa de Habitação de Massarelos nasce da condição singular do terreno e revela-se uma síntese de três escalas: a escala da cidade, onde o volume se adapta à encosta ribeirinha e constrói uma nova rua; a escala comunitária, onde galerias, acessos e ritmos de fachada evocam práticas de vizinhança; e a escala doméstica, onde cada fogo se organiza em torno de espaços flexíveis, capazes de se ajustar às necessidades dos habitantes. A forma final não resulta de uma estratégia formalista, mas de um conjunto de respostas articuladas a constrangimentos físicos, urbanísticos e sociais, que acabam por conferir ao edifício uma identidade arquitetônica própria e reconhecível.

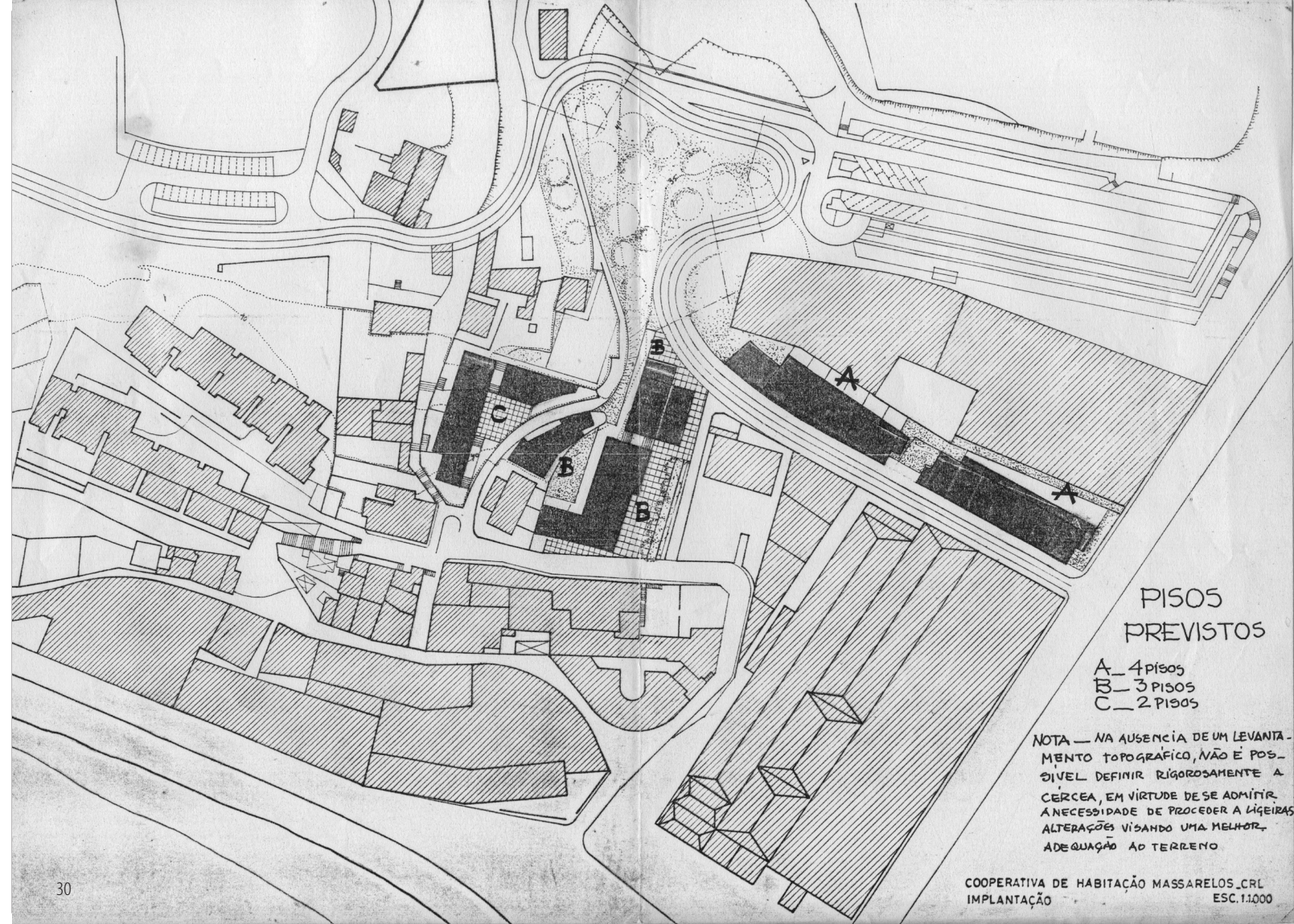
A implantação acompanha a geometria irregular do lote. O conjunto afirma-se como peça autônoma, mas simultaneamente como resposta ao seu contexto tirando partido das inflexões do terreno. A geometria é, também, explicável através da preexistência

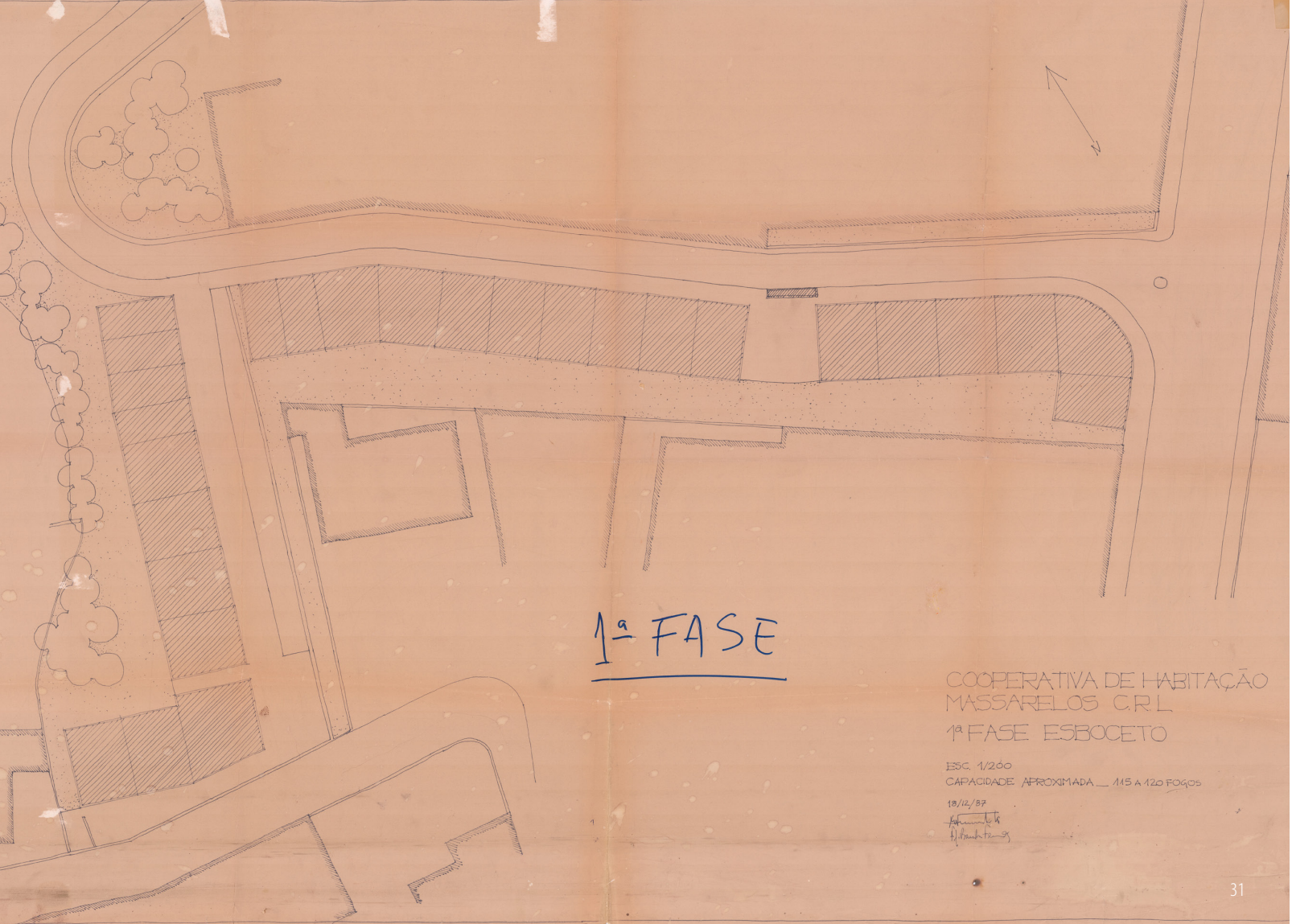
Figura 30 – Primeira implantação da Cooperativa de Habitação de Massarelos.[anterior a 1987]. Autoria atribuída a Fernandes de Sá
Fonte: Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

Figura 31 – Esboço da 1.ª fase da implantação da Cooperativa de Habitação de Massarelos, com estimativa da capacidade do número de habitações 18/12/1987.
Autoria: Fernandes de Sá e Francisco Barata.
Fonte: Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

Figura 32 – Identificação do terreno para a segunda fase da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: atribuída a Fernandes de Sá e Francisco Barata.
Fonte: Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

Figura 33 – Programa-base: plantas e perfis do edifício da 2.ª fase da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: Fernandes de Sá e Francisco Barata.
Fonte: Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos.





1ª FASE

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO
MASSARELOS C.R.L.

1ª FASE ESBOCETO

ESC. 1/200

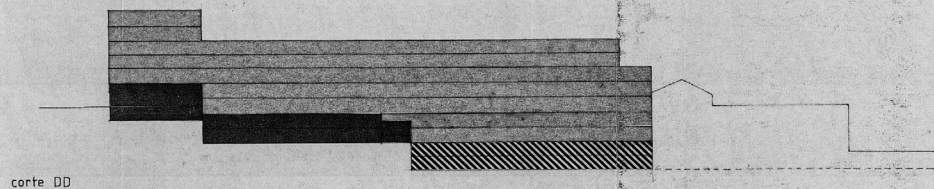
CAPACIDADE APROXIMADA 115 A 120 FOGOS

18/12/87

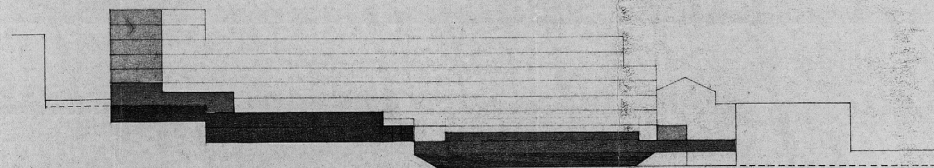
H. Almeida

ZEFASE

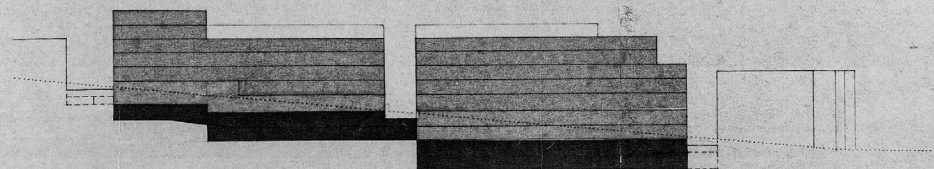




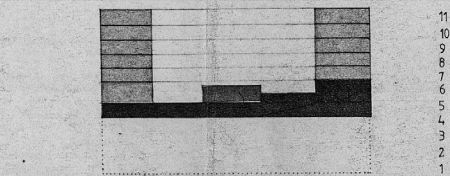
corte DD



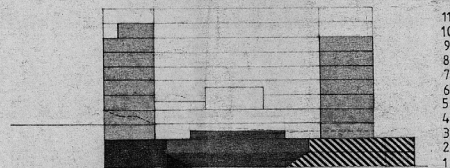
corte EE



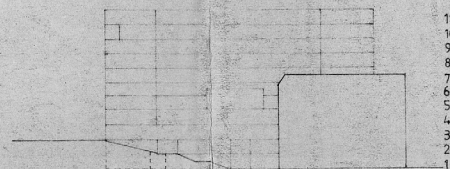
corte FF



corte AA



corte BB



corte CC

LEGENDA:

ESTACIONAMENTO



ARTESANATO



COMERCIO



EQUIPAMENTO



HABITAÇÃO

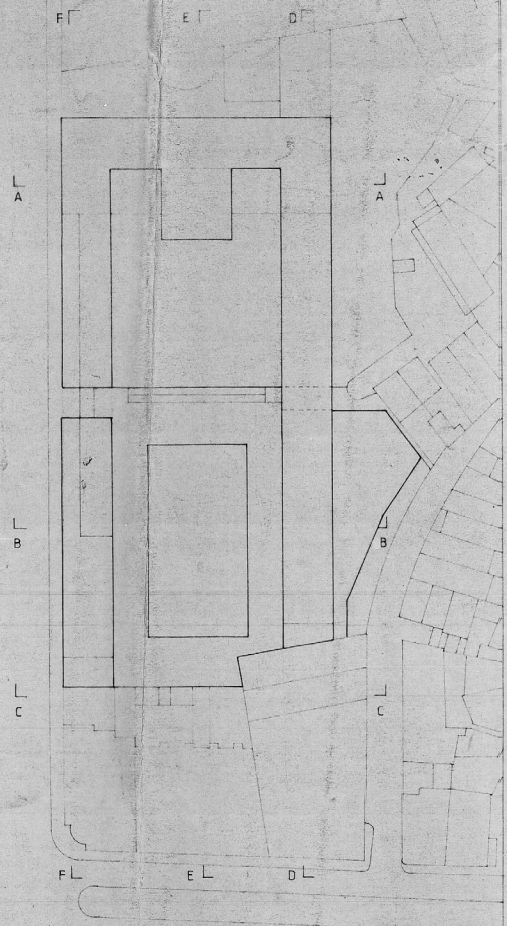
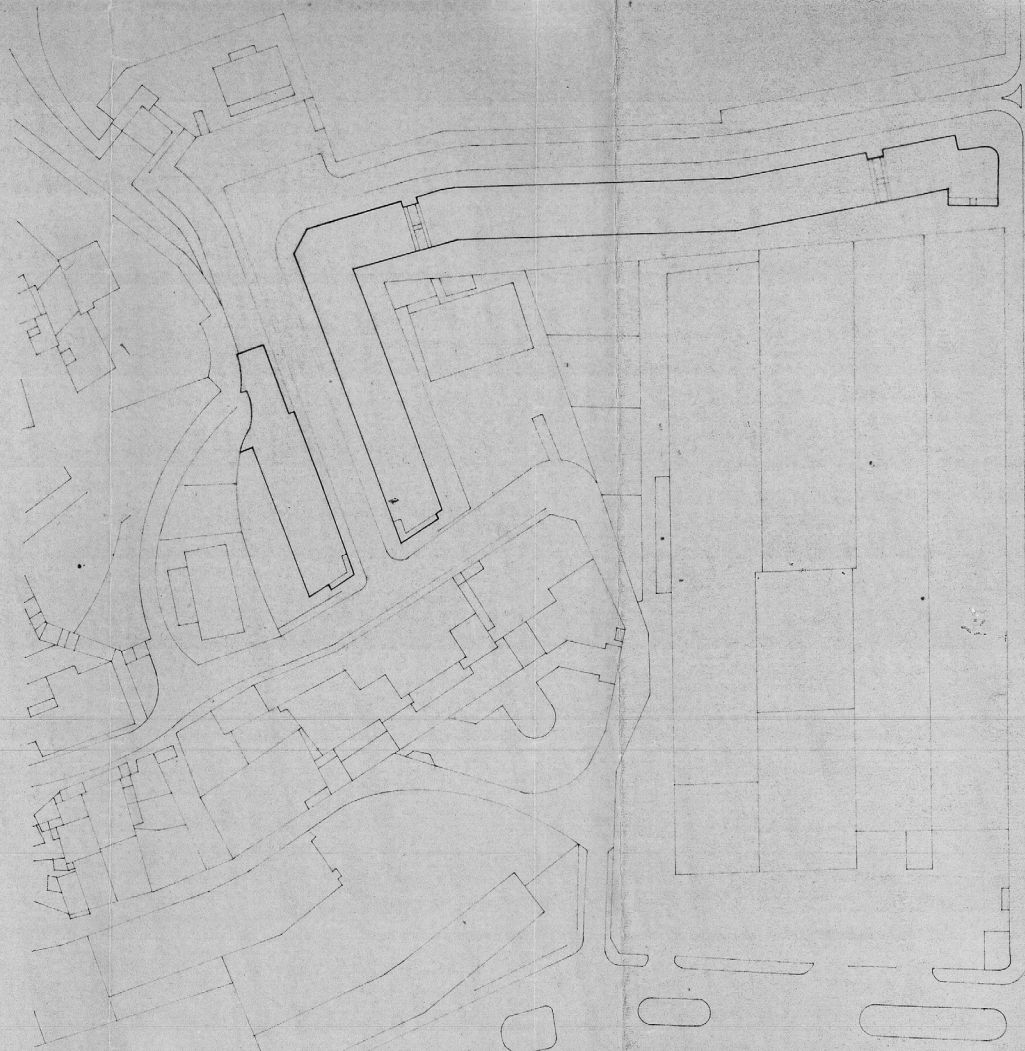


COOPERATIVA DE HABITAÇÃO MASSARELOS

PROGRAMA BASE PLANTAS e PERFIS

MANUEL FERNANDES DE SÁ Lda / FRANCISCO BARATA

ESC. 1/1000



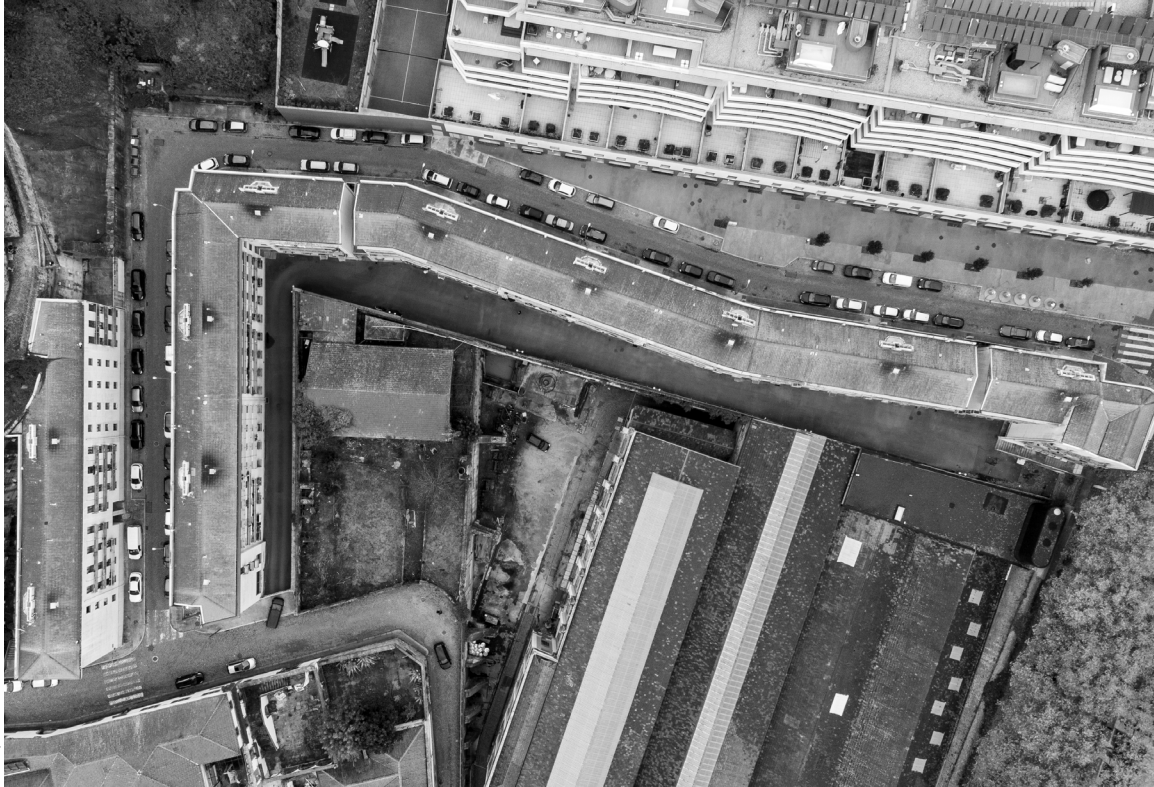






Figura 34 - Fotografia da implantação da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
 Autoria: própria.
 Fonte: arquivo pessoal.

do armazém que existia a norte do terreno. Através de gestos precisos - cortes, quebras, curvas e o serpentear, o corpo do edifício opera como uma forma de integração urbana e, simultaneamente, como mecanismo para resolver a dimensão de um edifício com mais de uma centena de metros de comprimento.

Os cortes introduzem hierarquias, marcam momentos de transição e aliviam a continuidade de um corpo extenso. O primeiro corte, junto à “cabeça” do edifício, assinala o início do movimento serpenteante e confere identidade ao remate com a Rua D. Pedro V. O segundo corte, a meio do volume, serve de pausa e de afirmação da escala urbana. As dobras, permitem uma promenade que não cria aborrecimento e que parece encurtar a extensão do volume.^(Figura 34)

Deparamo-nos, assim, com uma contradição. O edifício que é materializado por estes gestos e que não depende de elementos externos para se conseguir explicar e o edifício que não se consegue isolar, que está enraizado no lugar e que expressa diretamente todas as condições que o determinaram.

Figura 35 - Fotomontagem a partir da Figura 36 e da Figura 37.
 Autoria: própria.

⁵⁰Entrevista ao Arquiteto Hélder Casal Ribeiro, realizada pelo autor, 2025, apêndice f

O edifício remete para a tradição dos *Siedlungen* alemães das décadas de 20 e 30 do século XX, onde a organização dos conjuntos habitacionais privilegiava volumes longos implantados paralelamente à topografia, garantindo continuidade urbana e otimização construtiva. Em Bruno Taut, sobretudo nos *Siedlungen* de Berlim, a implantação articula linhas edificadas extensas que moldam novos pedaços de cidade, definindo frentes claras e espaço público. Em Gropius, na *Siemensstadt*, estas barras assumem um carácter ainda mais racional, estabelecendo relações precisas entre edifício, rua e espaço público.^{50 (Figura 35)}

Figura 36 - Fotografia do edifício da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
 Autoria: própria.
 Fonte: arquivo pessoal.

Em Massarelos, o corpo em “serpente” não procura apenas fragmentar o volume em resposta à escala do lugar, mas também estabelecer uma sequência de micro-espços urbanos. Cada inflexão gera pequenas praças visuais, momentos de abertura ou de aperto que nos acompanham ao longo da rua. Estas subtis variações ampliam a percepção da escala e evitam a monotonia típica de edifícios extensos. A implantação não procura destacar partes individuais, mas construir uma presença contínua, onde o edifício se afirma como unidade coerente capaz de estruturar a nova rua e dar forma ao vazio pré-existente.

Figura 37 - Vista da Großsiedlung Siemensstadt, Berlim.
 Autoria: Wolfgang Bittner.
 Fonte: Landesdenkmalamt Berlin - Siedlungen der Berliner Moderne (berlin.de)

A decisão de abrir uma nova rua foi determinante tanto para a configuração final do edifício como para a leitura do conjunto no tecido urbano. Até então, o interior do “quartirão” era marcado por um vazio rural encostado a antigas estruturas industriais, inacessível e fragmentado. A criação desta nova via permitiu gerar uma terceira frente, ampliando as possibilidades de implantação e evitando que a construção se limitasse às duas extremidades do lote. A abertura desta rua permitiu ainda a criação de um

quarteirão com os armazéns da STCP, refletindo, assim, mais uma vez, a procura de consolidação do terreno através do vocabulário da cidade tradicional do Porto. Esta operação urbana, que articula território e arquitetura, cria uma continuidade com a cidade consolidada, reforça a permeabilidade do volume e estabelece uma relação direta com a dinâmica social que sempre caracterizou a zona de Massarelos.

O remate do edifício com a Rua D. Pedro V constitui um dos momentos mais complexos do projeto. A geometria do terreno e a necessidade de resolver uma esquina irregular motivaram sucessivas variações de desenho, incluindo a procura direta com maquetes. O gaveto, resolvido em curva - inspirada no edifício de Álvaro Siza, *Bonjour-Tristesse*, em Berlim⁵¹ - manifesta-se no interior como mais uma exceção das tipologias, 3 T4s. Esta curva seguida de uma quebra demonstra uma atenção plástica e empírica de que a esquina é tratada como momento de intensificação formal, resolvendo as tensões espaciais. (Figura 38)

Já com a antiga Rua Capitão Eduardo Romero, o remate é mais contido mas igualmente preciso, revela outra faceta da abordagem. Aqui, o volume resolve a transição entre a rua e a encosta, evitando gestos excessivos e privilegiando a continuidade formal. Esta alternância entre momentos de maior e menor intensidade formal contribui para a legibilidade do conjunto, permitindo que cada parte do edifício encontre o seu próprio modo de responder ao contexto específico em que se insere. (Figura 41 e 42)

Da mesma maneira, a galeria de acesso exterior constitui outro dos elementos definidores do edifício. A sua cota estável, que permite uma profundidade variável, responde à necessidade de compatibilizar o desnível entre as duas ruas (Capitão Eduardo Romero e D. Pedro V) que o volume liga, enquanto introduz uma dimensão social associada à tradição portuense da convivência à porta de casa. Inicialmente, a galeria funcionava como espaço vivido - um prolongamento semi-público das habitações, onde os vizinhos se encontravam, observavam a rua, conversavam. Ao reinterpretar modelos históricos de habitação do Porto, a tipologia preserva a noção de vizinhança próxima que marcou a história deste território e a cultura do habitar local.⁵²

A relação do edifício com o logradouro inferior, originalmente pensado como extensão semi-pública, foi-se transformando ao longo dos anos. A decisão inicial de manter o pátio aberto integrava-se na visão cooperativa de apropriação coletiva e permeabilidade social, assumindo-se como espaço essencial à vida comunitária do edifício. Este logradouro permitia não só a circulação entre níveis e a continuidade espacial entre o interior do quarteirão e a nova rua, como também acolhia atividades informais, reforçando a dimensão partilhada do habitar. O único espaço comum com acesso direto ao logradouro - para além das garagens - era a sala da cooperativa, concebida para funcionar como núcleo de encontro e de gestão comunitária, sublinhando a importância dada à vida coletiva.⁵³

⁵¹Ibidem, apêndice f

Figura 38 - Fotomontagem a partir das Figuras 39 e 40.
Autoria: própria.

Figura 39 - Wohnhaus Schlesisches Tor ("*Bonjour Tristesse*"), Berlim.
Autoria: Gunnar Klack (fotografia, 12 de agosto de 2012).
Fonte: Wikimedia Commons.

Figura 40 - Gaveto da Rua D. Pedro V da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: própria.

⁵²Cf. visita ao edifício com o Arq. Hélder Casal Ribeiro, Apêndice A;

⁵³Contudo, problemas de uso e segurança conduziram ao fecho do pátio cerca do ano 2000. Apesar disso, a configuração original permanece legível na organização das garagens, nas escadas externas, nos acessos independentes e na permeabilidade visual entre níveis, preservando a memória de um edifício inicialmente concebido como organismo aberto, favorecedor da circulação, da convivência e da construção quotidiana da comunidade.





39



40



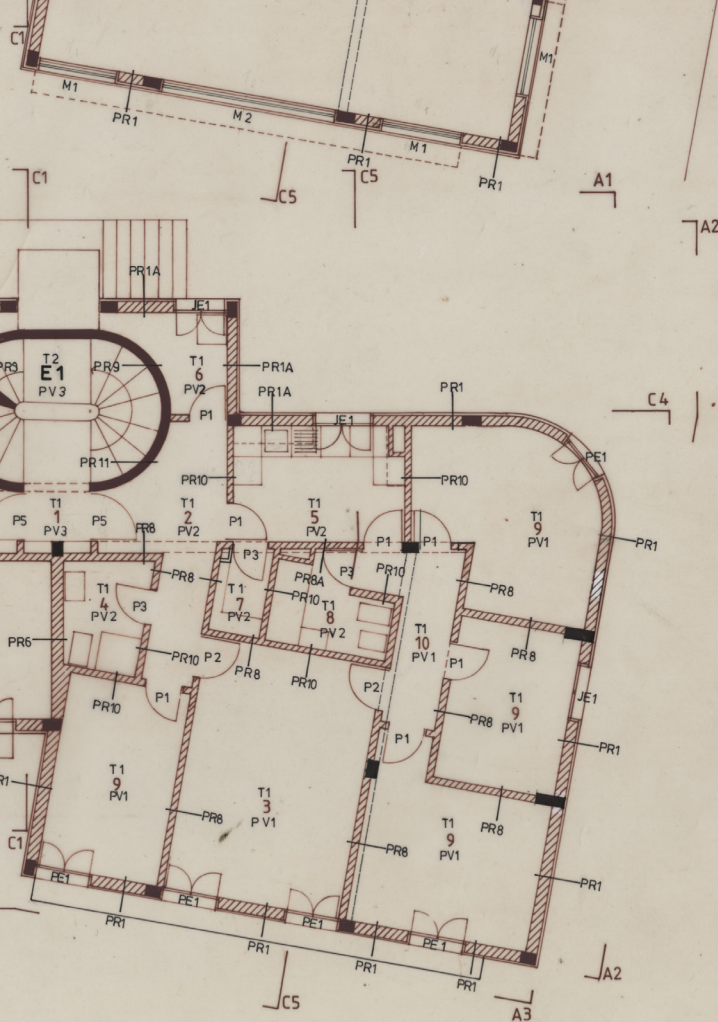


Figura 41 – Gaveto nascente da Rua Capitão Eduardo Romero da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: própria.

Figura 42 – Gaveto poente da Rua Capitão Eduardo Romero da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: própria.

A profundidade reduzida do edifício, cerca de nove metros - resultante de um lote que no seu ponto mais estreito mede apenas vinte e dois metros - um valor pouco comum em habitação social, condicionou desde o início a definição tipológica e estrutural. A estreiteza impôs a necessidade de apartamentos mais largos do que profundos, obrigando a uma racionalização cuidadosa das áreas de circulação.

A solução estrutural encontrada consistiu em reduzir o número de elementos interiores, deixando praticamente toda a área útil livre para futuras adaptações. As vigas periféricas e o pilar central circular libertam o interior da habitação de interrupções, permitindo que as paredes divisórias cumpram apenas funções de definição espacial e não de suporte. A possibilidade de reorganização futura dos interiores, pensada desde o início, traduz uma visão de longo prazo. Esta opção evidencia uma preocupação, especialmente num contexto de habitação cooperativa: a garantia de que a arquitetura se mantém disponível para usos futuros, antecipando as mudanças na organização familiar e modos de vida, evitando soluções efémeras ou dependentes de modas formais.

Devido à reduzida profundidade do edifício, a espessura das fachadas tinha de ser a menor possível. O sistema de isolamento exterior - *External Thermal Insulation Composite System* (ETICS) - elemento fundamental no desempenho térmico, aliado à parede de alvenaria de vinte centímetros e às vigas de betão armado de cinquenta centímetros de altura, permite que o edifício mantenha uma expressão de grande solidez. A continuidade das superfícies, sem dilatações visíveis, confere ao conjunto uma aparência quase monolítica, apenas interrompida pelas aberturas e pelos elementos estruturais intencionalmente expostos. Esta sensação de massa controlada contribui para a leitura do edifício como artefacto urbano - uma peça que participa da construção da rua e não apenas como somatório de unidades habitacionais.

O tratamento dos alçados organiza-se segundo uma lógica de dupla face. Para a rua nova, assumida como frente urbana, recorre-se a uma platibanda contínua que oculta a cobertura inclinada e reforça a presença de um volume bem definido. Esta escolha realça o carácter urbano da fachada e afirma a rua como espaço estruturante do conjunto. Para o lado do Douro, a cobertura inclinada, representa um dos compromissos mais evidentes entre a modernidade disciplinar dos anos 80 e a continuidade com o tecido existente. Esta escolha resulta de uma leitura sensível da paisagem industrial e pré-industrial que dominava a encosta do Douro, onde os volumes longos e baixos perpendiculares ao rio, cobertos a telha, constituíam uma imagem recorrente. A decisão de incorporar esta referência, sem ser historicista, permitiu garantir que o edifício se inscrevesse visualmente na paisagem, evitando que se destacasse como corpo estranho. Assim, o edifício apresenta-se, simultaneamente, como gesto

Figura 43 – Planta do edifício A, gaveto da Rua D. Pedro V, evidenciando a solução estrutural que permite a reconfiguração da planta, maio de 1991.
Autoria: Fernandes de Sá e Francisco Barata.
Fonte: Arquivo da Fundação Marques da Silva.

contemporâneo e continuidade contextual, afirmando-se como peça autónoma sem perder o vínculo com a memória material do lugar.

Há referências claras neste projeto, particularmente na definição da fachada, onde se reconhece a influência direta de Aldo Rossi e Giorgio Grassi. A escolha de dois vãos-tipo e a sua repetição sistemática inscrevem o edifício numa tradição disciplinar que valoriza a ordem, a autonomia formal e a continuidade com a cidade histórica.

A relação com Rossi é particularmente evidente na abstração formal da fachada. Tal como no Gallarate e no Cemitério de San Cataldo^(Figura 44 e 47), cada abertura tem o mesmo peso e a mesma dignidade na composição do conjunto, aqui também todas as divisões do edifício - cozinhas, quartos ou casas de banho - têm a mesma importância na expressão exterior. Essa igualdade programática reforça a leitura abstrata do volume, construída a partir da repetição disciplinada dos dois vãos-tipo - um quadrado para a rua e um retangular para o rio - fundada na forma como Rossi trabalha com um vocabulário mínimo de elementos primários repetidos. Assim, o que sucede no interior não interfere com o alçado, que adquire autonomia própria e se afirma como campo formal independente do uso. Do lado de Grassi⁵⁴, destaca-se a continuidade com a cidade histórica, o vão retangular virado ao Douro, inspirado na janela portuense que desce até ao chão, reinscreve uma referência do lugar numa gramática racional e precisa, prolongando a tradição através da disciplina.

O sistema construtivo do edifício acompanha esta lógica de síntese entre economia de meios, durabilidade e expressão arquitetónica. A fragilidade mecânica do sistema ETICS motivou a criação de um embasamento em betão, que protege as zonas mais expostas e reforça visualmente a base do volume, permitindo que a massa superior se apresente mais leve e contínua. O volume de acesso, também em betão, permite criar ritmo e marcar as entradas dos blocos.

A caixa de escadas, além da sua qualidade quase escultórica, introduz uma leitura vertical que se contrapõe ao desenvolvimento horizontal do edifício. A sua presença destaca-se tanto no interior como no exterior, marcando momentos de pausa e de transição. As primeiras versões, compostas por lanços retos, revelavam dificuldades na relação entre a entrada no fogo e o acesso à lavandaria. A solução final adota dois meios-círculos, criando uma volumetria que, vista do exterior, rompe a rigidez do alçado, e, vista do interior, oferece um movimento contínuo e fluido, quase coreográfico. Nesta articulação entre percursos e acessos, as portas de entrada desempenham também um papel de orientação e identidade. Organizando-se em três cores - azul nas extremidades, vermelho no primeiro bloco e amarelo no segundo - são uma referência explícita à paleta primária de Mondrian, que introduz um sistema de reconhecimento mínimo sem perturbar a sobriedade geral do conjunto.^(Figura 50) A caixa de escadas não

Figura 44 - Fotomontagem a partir das Figuras 45 e 46.
Autoria: própria.

⁵⁴Esta premissa – prolongar a tradição através da disciplina – encontra eco na reflexão de Solà-Morales sobre a intervenção no património: “Intervenção em localidades ou edifícios históricos não se baseia na diferença, mas na semelhança e no princípio da congruência. Aquilo que deve orientar a ação do arquiteto não é o contraste, mas a imitação. A imitação do essencial, naturalmente. Não uma cópia inepta do que é superficial e anedótico. A tarefa da imitação, enquanto tarefa específica da arte, apresenta-se como um esforço problemático e laborioso. Não se pode dar por adquirido que sejamos capazes de compreender, ou ainda menos de repetir, os gestos, as razões e as soluções que a arquitetura de cada época nos permite apenas entrever.”

Manuel de SOLÀ-MORALES, texto introdutório, in Giorgio GRASSI, *Architettura*, lingua morta, Milano, Electa, 1988, pp. 18–19.

Figura 45 - Cimitero di San Cataldo, Modena.
Autoria: Mario Ferrara.
Fonte: Divisare.

Figura 46 - Fotografia da fachada norte da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: própria

Figura 47 - Fotomontagem a partir das Figuras 48 e 49.
Autoria: própria.

Figura 48 - Quartiere Gallarate-se, Milão.
Autoria: não identificada.
Fonte: Entre Voir Art (blog).

Figura 49 - Fotografia da fachada poente da Cooperativa de Habitação de Massarelos, Rua de Salgueiro Maia.
Autoria: própria.

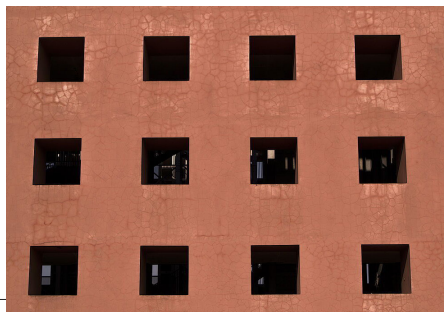




45



46

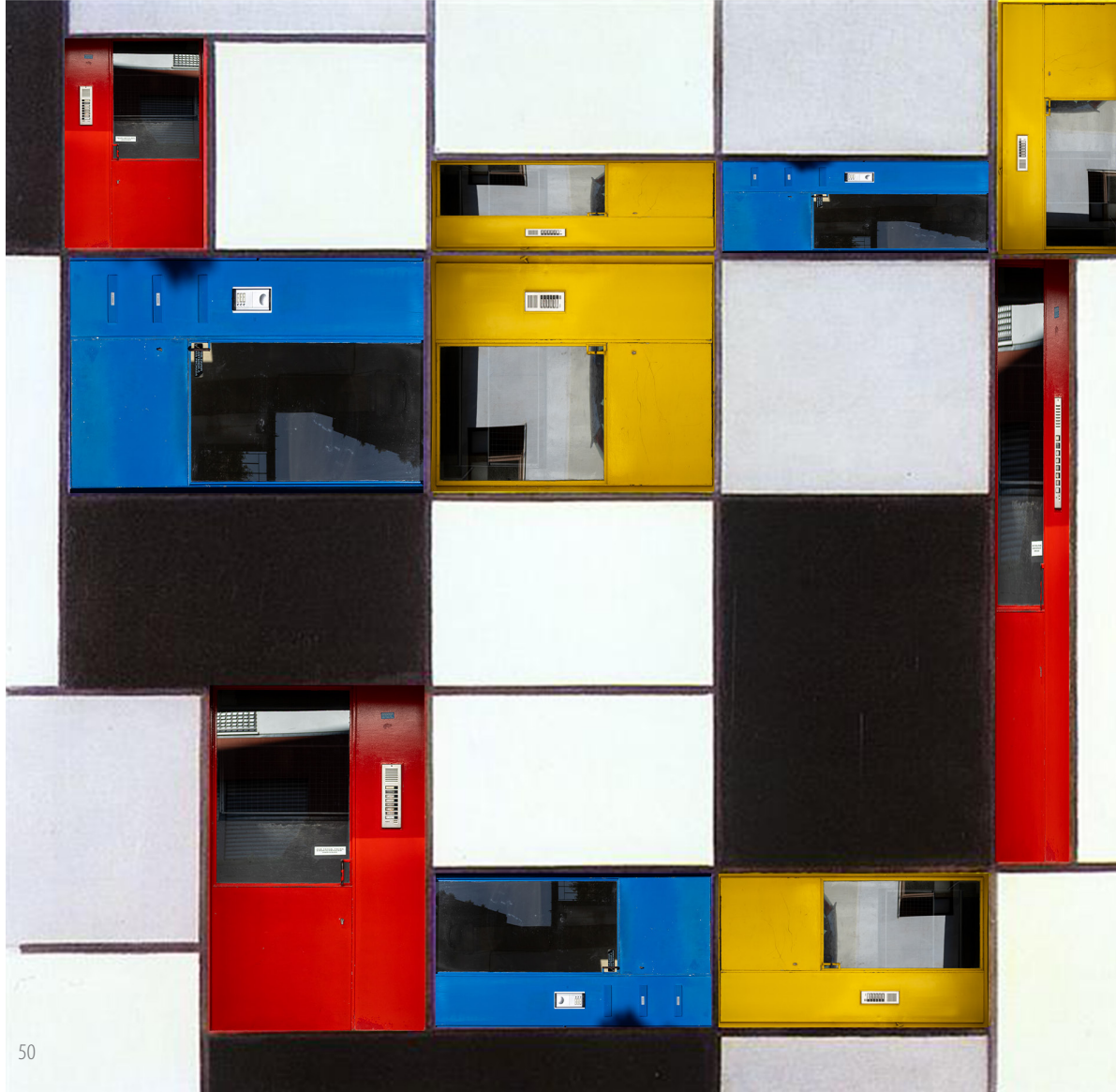


48



49







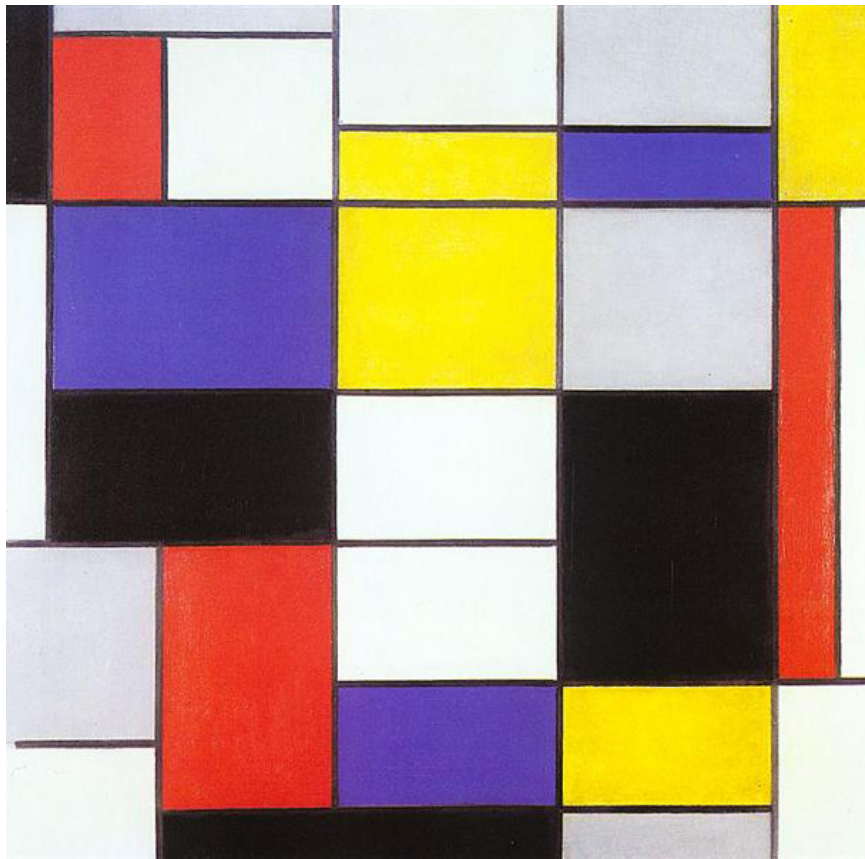
51



52



53



54



56



57



Figura 50 - Fotomontagem a partir das Figuras 51, 52, 53 e 54.

Autoria: própria.

Figura 51 - Porta vermelha, n.º 107, da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

Autoria: própria.

Figura 52 - Porta amarela, n.º 205, da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

Autoria: própria.

Figura 53 - Porta azul, n.º 126, da Cooperativa de Habitação de Massarelos.

Autoria: própria.

Figura 54 - Composition A.

Autoria: Piet Mondrian.

Figura 55 - Fotomontagem a partir das Figuras 56 e 57.

Autoria: própria.

⁵⁵Cf. entrevista ao Arq. Hélder Casal Ribeiro, apêndice f; entrevista a Henrique Pedroso, apêndice b.

⁵⁶Ibidem, apêndice f e b

Figura 56 - Bauteile, Großsiedlung Siemensstadt (Ringsiedlung), Berlim (1929–1932).
Autoria: Patrick Verhoeven.
Fonte: divulgação digital do autor.

Figura 57 - Fotografia da caixa de escadas da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: própria.

⁵⁷Ibidem, apêndice f e b

é apenas um elemento funcional, cria um espaço com carácter próprio, que qualifica o quotidiano dos moradores. O remate superior, composto por uma combinação de abobada de berço e claraboia com um rasgo e uma abertura quadrada, inscreve o edifício nos debates formais dos anos 80, marcados pela exploração de geometrias complexas e pela vontade de atribuir expressão plástica aos espaços.⁵⁵

A expressividade da caixa de escadas encontra ainda paralelos claros nas estratégias empregues por Walter Gropius nos *Siedlungen* modernistas, onde os núcleos de circulação vertical eram concebidos como elementos arquitetónicos autónomos, capazes de marcar a cadência dos longos volumes habitacionais.^(Figura 55) Em conjuntos como a Siemensstadt, as escadas assumem frequentemente formas destacadas do corpo principal, com geometrias precisas e transparências controladas, funcionando como dispositivos de ordenação tanto funcional como compositiva. Em Massarelos, embora a solução adote uma linguagem distinta - baseada em superfícies curvas, mais opacidade e num remate superior que combina luz zenital e gestos quase escultóricos - a lógica disciplinar é semelhante: a caixa de escadas torna-se um ponto de inflexão na leitura do edifício, introduz um ritmo vertical que contrasta com o desenvolvimento horizontal do volume.⁵⁶

As varandas, profundamente enraizadas na tradição do Porto, foram reduzidas a dimensões mínimas - cinquenta centímetros - suficientes para garantir um uso pontual e essencialmente contemplativo. A sua presença contribui para o ritmo dos alçados e para a leitura dos volumes, interferindo minimamente com a profundidade útil das habitações e evitando o carácter ornamental ou performativo das varandas convencionais. Estas pequenas saliências captam luz e sombra, acentuando o movimento do edifício ao longo do dia.

O desenho das caixilharias e portadas foi igualmente objeto de reflexão. Por razões estéticas e urbanas, rejeitou-se o uso de estores exteriores (embora muito pedido pelos cooperantes) e procurou-se uma solução coerente com o carácter do conjunto. As portadas interiores em madeira, inspiradas em dispositivos vernaculares, permitem controlar a luz sem alterar a imagem exterior do edifício, permitem, ainda, uma leitura de reflexos que permitia que o edifício se camuflasse na paisagem. O mecanismo de boca-de-lobo e a utilização de cremones evocam tradições construtivas locais e correspondia às técnicas correntes e amplamente praticadas pelos carpinteiros e serralheiros da época, o que tornava a execução mais acessível e reduzida em custo. Esta solução, inicialmente recebida com desconfiança por parte dos moradores, acabou por revelar-se funcional e duradoura.⁵⁷

A articulação interior dos apartamentos expõe uma abordagem que assume a planta como dispositivo capaz de absorver diferentes modos de vida. A organização espacial dos fogos parte da necessidade de oferecer áreas habitáveis generosas dentro dos limites impostos pelo financiamento público, que restringia a superfície máxima de cada apartamento. Para evitar perda de área em corredores e átrios excessivos, a sala assume também um papel distributivo, permitindo a circulação entre zonas distintas da casa. No entanto, para salvaguardar graus diferenciados de privacidade, introduz-se um núcleo central - marcado pelo pilar circular - que funciona como charneira e que, inicialmente, se previa apenas como uma parede divisória. A relação direta entre a cozinha e um dos quartos evidencia esta procura por multifuncionalidade, oferecendo simultaneamente continuidade e separação, conforme o uso pretendido. Esta estratégia responde a um entendimento da habitação como espaço vivo, sujeito a adaptações e práticas quotidianas particulares. Esta permeabilidade tipológica vai de encontro aos modos de vida dos anos 80/90, permitindo uma convivência entre a vida domésticas e espaços de trabalho ou cuidado, espelhado à realidade social da altura.⁵⁸

As habitações distribuem-se verticalmente para maximizar o aproveitamento do desnível entre as duas ruas e para garantir a coerência da linha de cobertura. Os T3 ocupam os pisos superiores, onde a profundidade e a continuidade do volume permitem organizar habitações amplas e bem iluminadas. Os duplex, localizados na base, tiram partido da diferença de cotas, as suas entradas independentes, introduzem uma relação direta com o acesso em galeria que contrasta com o sistema de “esquerdo direito” nos pisos superiores. Esta estratégia permite resolver simultaneamente questões de financiamento, de ventilação e de acesso, evitando a necessidade de instalar elevadores - cuja obrigatoriedade legal foi contornada através do desenho cuidadoso da relação entre pisos e acessos.⁵⁹

A coexistência de modos de entrada diferentes reforça a diversidade espacial do edifício, aproximando-o de uma lógica de bairro mais do que de um único bloco.

Os acabamentos, escolha entregue aos moradores, foi pensada de forma a permitir uma apropriação flexível sem comprometer a coerência do conjunto. As cozinhas, com mobiliário simples e revestimentos cerâmicos discretos, assumem a função de espaços centrais da vida doméstica, articulando-se com a sala e com o quarto flexível. Os revestimentos disponíveis (escolhidos pelos moradores) para o pavimento - madeira, cortiça ou, em alguns casos, tijoleira - permitiram que cada habitação ganhasse identidade própria sem romper com o espírito geral do projeto.

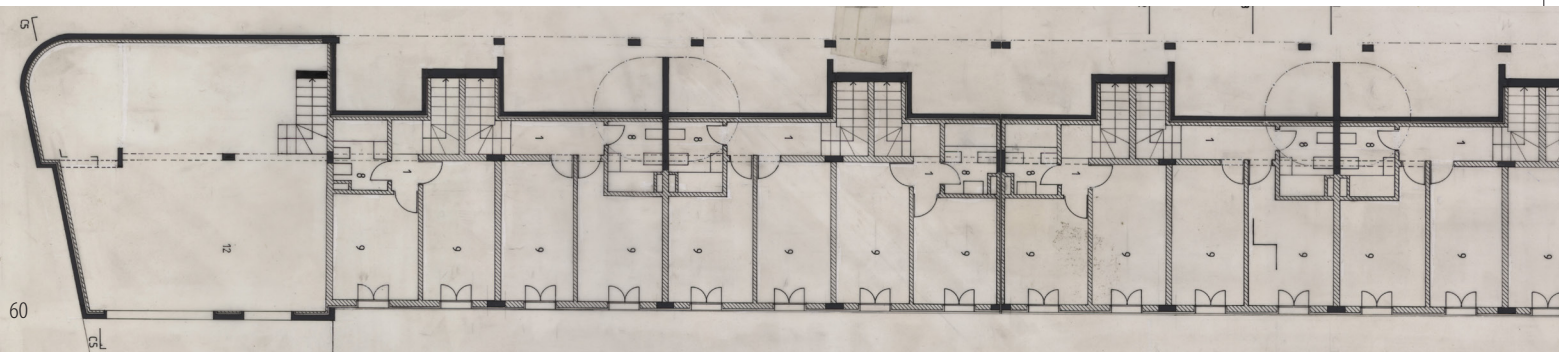
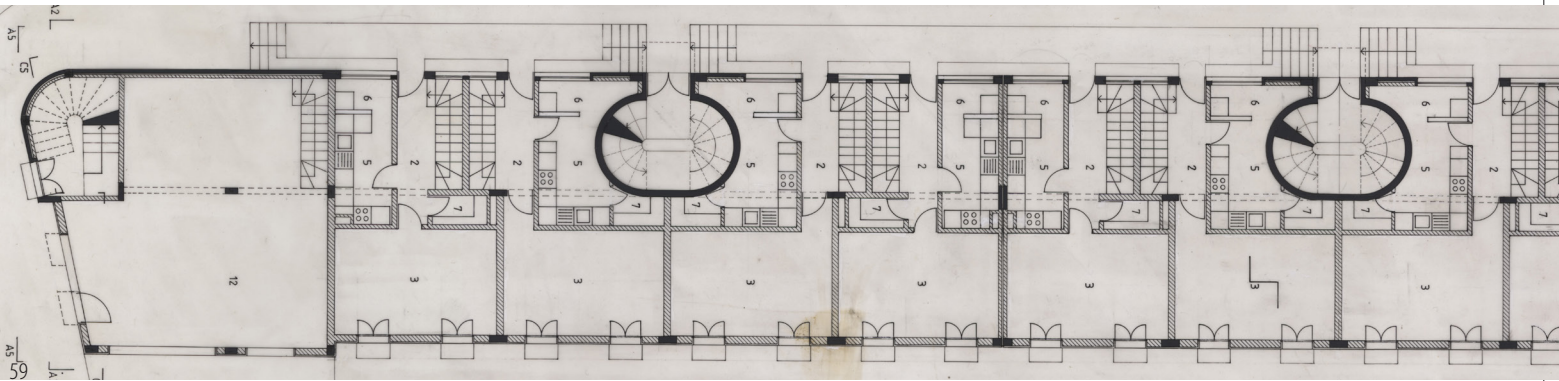
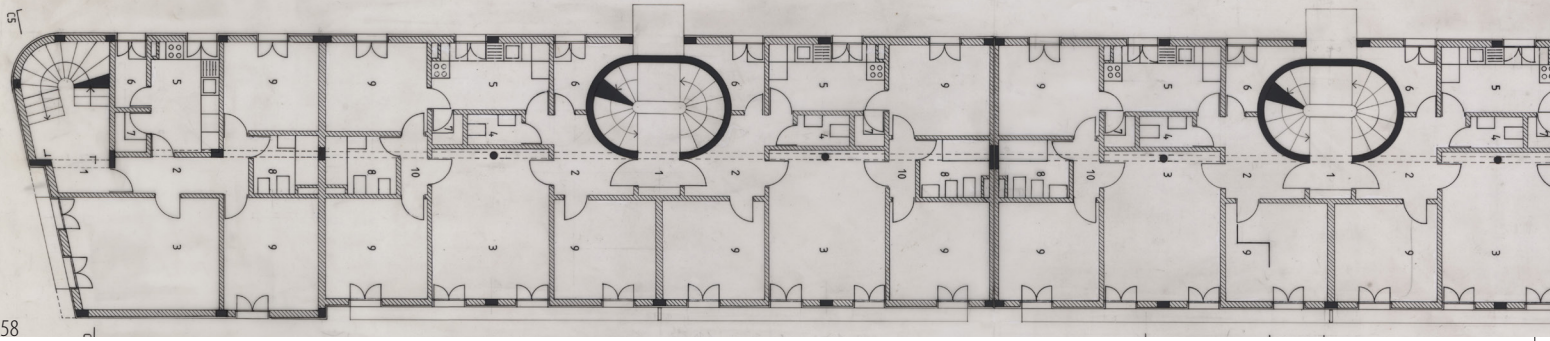
⁵⁸Visita ao Edifício da Cooperativa de Habitação de Massarelos, Arquiteto Hélder Casal Ribeiro, apêndice a

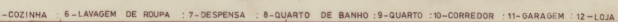
⁵⁹Ibidem, apêndice a

Figura 58 - Planta do piso tipo, Edifício C da Cooperativa de Habitação de Massarelos. Autoria: Fernandes de Sá e Francisco Barata. Fonte: Arquivo da Fundação Marques da Silva.

Figura 59 - Planta do piso 0, Edifício C da Cooperativa de Habitação de Massarelos. Autoria: Fernandes de Sá e Francisco Barata. Fonte: Arquivo da Fundação Marques da Silva.

Figura 60 - Planta do piso -1, Edifício C da Cooperativa de Habitação de Massarelos. Autoria: Fernandes de Sá e Francisco Barata. Fonte: Arquivo da Fundação Marques da Silva.





A expressão plástica do edifício é inseparável da sua condição política e social, ainda que aqui se trate exclusivamente da análise arquitetónica. A dimensão cooperativa influenciou escolhas espaciais, materiais e tipológicas, impondo limites e simultaneamente abrindo possibilidades. A escassez de orçamento obrigou a soluções rigorosas, mas não impediu que o edifício tenha uma presença urbana robusta, informada por referências disciplinares - das Siedlungen às abstrações de Rossi, Grassi e Mondrian, passando pela tradição portuense das varandas mínimas e das portadas de madeira. A estratégia formal, aliada à atenção das práticas de habitar e à integração com o território, transforma um conjunto de limitações num instrumento de invenção arquitetónica.

O edifício da Cooperativa de Habitação de Massarelos afirma-se, assim, como território habitado e como peça disciplinar, articulando múltiplos níveis de leitura - do pormenor construtivo à escala urbana - num gesto contínuo e coerente.

Figura 61 - Corte transversal do Edifício A da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: Fernandes de Sá e Francisco Barata.
Fonte: Arquivo da Fundação Marques da Silva.

Figura 62 - Corte transversal do Edifício A da Cooperativa de Habitação de Massarelos.
Autoria: Fernandes de Sá e Francisco Barata.
Fonte: Arquivo da Fundação Marques da Silva.

bb. Epílogo

Viver este edifício enquanto o estudava fez-me aceitar que a arquitetura, ao contrário do que tantas vezes se afirma, não oferece respostas definitivas. Oferece condições, abre possibilidades, cria enquadramentos, no entanto, não determina a vida que acolhe, nem garante a continuidade das ideias que lhe deram origem. Ao longo desta investigação, essa constatação tornou-se evidência quotidiana. As conversas de porta aberta, os silêncios das galerias, as fissuras que surgem com os anos, as memórias fragmentadas dos moradores - tudo isto me mostrou que a arquitetura vive num território mais instável do que o desenho sugere. A arquitetura dura, mas o seu sentido transforma-se.

A análise do processo projetual revelou um diálogo complexo entre intenções disciplinares e constrangimentos reais. O edifício resulta da conjugação de leituras urbanas, estratégias formais e decisões técnicas que procuraram adaptar-se a um terreno difícil, a um orçamento limitado e a uma política municipal, por vezes, hostil. A implantação do edifício, as variações de profundidade, as galerias externas, os cortes

que marcam a volumetria e a linguagem formal são testemunhos de uma arquitetura que procurou ser simultaneamente racional e contextual. O projeto articula referências internacionais com uma forte atenção ao lugar, situando-se num limiar disciplinar onde o experimental convive com o pragmático. Esta postura, profundamente marcada pelo pensamento arquitetónico da época, permite compreender que o edifício não é um gesto isolado, mas uma contribuição para um debate mais amplo sobre habitação acessível, forma urbana e pertença coletiva.

A convivência diária com os vizinhos reforçou a dimensão humana da investigação. O modo como me interpelam, procuram, pedem ajuda ou simplesmente conversam faz-me sentir que o gesto de habitar é, em si, um gesto de pertença. Não precisei de procurar legitimidade para estar aqui, ela foi-me concedida gradualmente, através de pequenos atos de reconhecimento. E essa integração ensinou-me que investigar a partir de dentro não é apenas observar, é participar. Habitar tornou-se uma forma própria de conhecimento, uma experiência que não se aprende nos livros. É escrever a partir do vivido, e não sobre o vivido.

Viver aqui, chegado de outra cidade e ocupar um apartamento que não nasceu da minha presença no coletivo, obrigou-me a reconhecer a ambiguidade da minha posição. A minha presença inscreve-se, inevitavelmente, nos processos de transformação social que hoje atravessam a cidade, mesmo que de forma discreta e individual. Não impus uma narrativa - pelo contrário, foi o edifício que me devolveu a sua. A história da cooperativa, os vestígios das decisões partilhadas, as memórias fragmentadas dos moradores foram-se impondo antes mesmo de eu compreender plenamente o que estava a habitar. Habito sem herdar e pertença sem reivindicar. Num lugar onde a minha experiência não substitui a luta que o originou, ela transforma-me enquanto a reconheço como parte da história que agora me atravessa.

O percurso que fiz, primeiro como habitante e depois como investigador, desafiou um conjunto de expectativas que eu próprio trazia. Quando cheguei, imaginava um edifício encerrado sobre si, talvez fragmentado por décadas de desatenção coletiva. Supunha uma comunidade distante, desligada, indiferente ao processo que lhe dera origem. Com a investigação, estas preconcepções tornaram-se insuficientes, e confrontei-me com versões mais complexas do que significa construir e viver num projeto cooperativo.

Esta investigação também me obrigou a reconhecer o que foi perdido.

A cooperativa não desapareceu de um dia para o outro, foi-se dissolvendo na rotina, na gestão privada dos problemas - mudanças de caixilhos, colocação de parabólicas, ar condicionados, infiltrações - e no enfraquecimento de uma cultura de participação. Aquilo que restou é um conjunto de práticas dispersas: modos de estar, pequenos

gestos de reconhecimento, formas de vizinhança que persistem. Não constituem a comunidade intensa que existiu nos anos do pós 25 de abril, mas também não representam um colapso total. A perda e a continuidade convivem no mesmo corpo arquitetónico.

A participação coletiva que marcou a origem da cooperativa desapareceu quase por completo, o uso intenso do espaço exterior - que não testemunhei, mas que conheço pelas narrativas dos mais velhos - cedeu lugar a uma vida mais interiorizada, mais doméstica. Hoje, o espaço comum só ganha intensidade em momentos pontuais, como nas celebrações do São João. Mas a perda nunca é total... as relações entre vizinhos, mesmo que mais espaçadas e menos ritualizadas, continuam presentes. Há ainda uma ética de proximidade, um reconhecimento mútuo, uma disponibilidade discreta que resiste ao tempo.

Acredito que nada disto era inevitável. As comunidades transformam-se, mas também se reinventam, cabe às gerações mais novas reconhecer que têm uma responsabilidade - talvez não a mesma dos seus pais, mas uma que lhes cabe (re)interpretar e renovar.

Investigá-lo enquanto o habitava tornou inevitável pensar nos limites da disciplina. Ao longo deste trabalho, a arquitetura surgiu menos como resposta e mais como campo de tensão, entre intenção e uso, entre forma e vida, entre a vontade de construir cidade e o poder desigual dos seus habitantes. Se este edifício nasceu de um processo coletivo, e isso permanece como uma das suas características mais fortes, hoje enfrenta condições completamente distintas.

A cidade que o envolve já não é aquela que lhe deu origem. A transformação recente da frente urbana, motivada por uma lógica predominantemente capitalista, trouxe consigo outra forma de desenhar o território, uma forma que privilegia o mercado, a valorização fundiária, que se afasta radicalmente da lógica cooperativa e obriga ao reconhecimento que altera a leitura do edifício.

Esta investigação alterou, também, a minha forma de compreender o lugar do arquiteto. Tornei-me mais consciente de que desenhar para as pessoas - e não para o capital - é condição necessária para qualquer projeto que aspire a criar comunidade.

O aparecimento de (novos) condomínios privados nas imediações, introduz uma fricção evidente entre diferentes modelos de cidade. Não me interessa transformar este conflito no tema central do Epílogo, mas é impossível ignorá-lo. A cooperativa, pensada como gesto de inclusão urbana, vê-se, agora, confrontada com uma lógica de produção espacial que privilegia estilos de vida e mercados que não dialogam com a sua própria génese. Esta tensão sublinha a necessidade de olhar criticamente para

as políticas urbanas atuais e para os modos como estas condicionam a possibilidade de habitar de forma acessível e partilhada. O edifício da cooperativa de Habitação de Massarelos é um caso singular de habitação acessível e tornou-se, também, num testemunho silencioso de uma outra maneira de pensar cidade.

A reflexão sobre a habitação em Portugal torna-se, também, inevitável. O país enfrenta um défice estrutural de oferta, com um parque habitacional público reduzido e desgastado. Os incentivos à criação de cooperativas são escassos, e o medo do coletivo persiste como obstáculo cultural. Enquanto isso, a cidade neoliberal avança, empurrando para a periferia aqueles que já habitavam o centro, reproduzindo desigualdades que reconhecemos desde o antigo Plano Regulador da Cidade do Porto.

É precisamente este contraste que permite compreender a força política do edifício. A cooperativa foi um processo de construção de habitação e foi, acima de tudo, um gesto de autodeterminação num contexto em que a população procurava responder às necessidades que o Estado não conseguia, ou não queria, satisfazer. A persistência dos moradores, a capacidade de se organizarem, a insistência nas negociações com a Câmara, tudo isto revela o poder do povo. Há, neste episódio da história de Massarelos, uma dimensão de vitória social que resiste ao desgaste das décadas. O edifício materializa essa conquista, mesmo que a sua vitalidade comunitária já não seja a mesma. E o facto de esta luta ter produzido um objeto arquitetónico tão particular reforça a ideia de que a participação cidadã pode ser exigente, produtiva e transformadora.

Ainda assim, o processo revelou também a fragilidade das conquistas. Uma cooperativa deixa de existir formalmente quando o contexto que a sustentava desaparece, e a arquitetura não consegue evitar essa erosão.

Hoje, as galerias são utilizadas de modo mais contido, os pátios já não funcionam como extensão natural da rua, e os ritmos de sociabilidade mudaram profundamente. Não é um falhanço do projeto, é a inevitabilidade da vida urbana contemporânea - marcada por outro tipo de pressões e hábitos - que transforma até os espaços mais predispostos à reunião.

Ao longo das entrevistas e conversas informais, tornou-se claro que os moradores não abandonaram apenas práticas coletivas, abandonaram, também, a sua própria memória coletiva. Muitos moradores não recordam o processo de construção, alguns nunca participaram nas assembleias, outros não sabem quem desenhava o edifício ou como foi conquistado o terreno; como foi tomado o Edifício “frigorífico do peixe” nem que a Cooperativa nasceu da Associação de Moradores. Um projeto que nasceu da mobilização popular é hoje habitado por gerações que chegaram depois, que não viveram a urgência da falta de habitação e que não reconhecem na cooperativa

um instrumento político. Em Massarelos, a arquitetura preservou a forma, mas não preservou a consciência. Esta constatação é um dos elementos mais desafiantes desta investigação. Demonstra que a memória coletiva se diluiu na ausência de mecanismos formais de participação, apesar de não invalidar a força histórica do edifício.

É aqui que o papel do investigador se intensifica. Ao aceder às atas, aos livros de obra, aos registos administrativos, às fotografias antigas, percebi que uma parte significativa da história da cooperativa estava dispersa, vulnerável ao desaparecimento. A organização destes documentos, a sua leitura comparada e a reconstrução do seu significado coletivo foram passos essenciais não apenas para esta dissertação, mas para preservar fragmentos de um percurso coletivo vulnerável ao esquecimento. A investigação tornou-se uma forma de devolver visibilidade a um processo que já não tinha voz. Não procurei interpretar estes documentos como monumentos, mas como vestígios de práticas quotidianas, escolhas, tensões e esperanças. Entender a cooperativa exigiu escutar o que sobra, aquilo que não aparece nos desenhos nem nos discursos arquitetónicos.

Ao longo deste percurso, apercebi-me, também, de algo que não antecipava, a investigação despertou em mim um fascínio inesperado pelos arquivos. A cada ata encontrada, a cada correspondência recuperada, a cada folha solta onde se registava uma decisão ou uma hesitação, descobria uma camada da história que já não sobrevivia na memória coletiva. O passado revelou-se como matéria de estudo e como horizonte de possibilidades. A ideia de arquiteto-arquivista - alguém que constrói, preserva, organiza e cuida das narrativas esquecidas - começou a ganhar forma neste processo. Talvez porque percebi que o arquivo é igualmente um território de projeto, não um projeto de betão, mas um projeto de continuidade, de salvaguarda, de reconstrução daquilo que ameaça desaparecer.

Entre a história que descobri e a realidade que habito, fico com uma impressão forte, este edifício é um objeto arquitetónico significativo, e é, simultaneamente, um testemunho das capacidades coletivas que, em determinados momentos, conseguem transformar a cidade. A Cooperativa de Habitação de Massarelos demonstra que a habitação pode ser pensada como projeto social e não apenas como resultado de políticas fragmentadas ou lógicas de mercado. Esta visão, embora hoje se encontre mais distante, não desapareceu totalmente. Persiste como possibilidade - como exemplo do que pode acontecer quando a população assume um papel ativo na construção do seu lugar.

Terminar esta investigação não corresponde à resposta de todas as questões que aqui surgiram. A arquitetura, como disciplina, oferece ferramentas que podem contribuir para uma cidade mais justa, mas não a pode construir sozinha. A história de Massarelos

comprova que os processos mais transformadores surgem quando os habitantes se reconhecem como agentes e não como destinatários passivos de soluções desenhadas à distância. A cidade é feita de escolhas políticas, de decisões coletivas, de conflitos e de negociações que a arquitetura acompanha - não substitui.

A cidade precisa de vontade coletiva, de participação pública, de compromisso social. Precisa, também, de memória, para que a luta de ontem não seja apagada pelas urgências de hoje. Habitar este edifício é, para mim, uma forma de reconhecer essa responsabilidade. Investigar a sua história foi um gesto de restituição. Escrever sobre ele é um contributo para que a luta que o originou continue audível. Porque, apesar de tudo, acredito que ainda é possível construir formas de habitar que devolvam à cidade a sua dimensão comum.

Por isso, este epílogo não encerra a investigação. A reflexão aqui desenvolvida não é um ponto final. A experiência de habitar e estudar este edifício ensinou-me que a arquitetura é uma disciplina onde ainda há muito por resolver, sobretudo no domínio da habitação acessível e dos modelos coletivos de organização. A Cooperativa de Habitação de Massarelos é um convite a pensar futuros possíveis - futuros em que o desenho, a política e a comunidade possam voltar a convergir.

Se algo levo deste percurso, é a certeza de que a arquitetura importa, mas não é suficiente. A investigação obrigou-me a reconhecer o limite da disciplina. Por mais cuidado que exista na conceção de um espaço, a vida que nele se desenvolve não depende exclusivamente do desenho. O edifício oferece condições para a sociabilidade, mas não determina a sua intensidade; organiza fluxos, mas não garante relações; propõe formas de convívio, mas não impõe a sua continuidade. Esta constatação, embora não seja nova no debate teórico, adquire outra profundidade quando observada no quotidiano.

A arquitetura revela-se, assim, uma disciplina simultaneamente poderosa e insuficiente - capaz de marcar a cidade, mas incapaz de assegurar a vida que imaginou para ela.

legislação

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO - Plano de salubridade das ilhas do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1956.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO - Plano de melhoramentos: 1956-1966. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966.

GARRETT, Antão de Almeida - Plano Regulador da Cidade do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1952.

PORTUGAL. Presidência do Ministério - Decreto n.º 4137, de 25 de abril de 1918.

bibliografia

AGAREZ, Ricardo Costa (coord.) - Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal (1818-2018). Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018.

ALVES COSTA, Ana; FERNANDEZ, Sérgio (coord.) - Cidade participada: arquitectura e democracia: Antas, Pedro Ramalho. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

AMARAL, Francisco Keil do - O problema da habitação. Porto: Latina, 1945.

ANTÓNIO, José Ferreira - Habitação social no Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1999.

ARNALDO, Fleming; MAGANO, Olga - Habitação cooperativa em Portugal (1974-1991). Porto: FENACHE, 1992.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSARELOS - Boletim n.º 6. Porto: Associação de Moradores de Massarelos, julho de 1975.
Espólio de Alexandre Alves Costa. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Consultado a 4 de dezembro de 2025.

BANDEIRINHA, José António Oliveira - Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

BARBOSA, António Manuel da Silva; FERNANDES, Francisco José Barata - Habitação a custos controlados: prémios INH 1989-2003. Porto: FAUP, 2004. Tese de doutoramento.

BORGES PEREIRA, Virgílio - A habitação social na transformação da cidade: sobre a génese e efeitos do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto de 1956. Porto: Afrontamento, 2016.

CASAL RIBEIRO, Hélder - Seminário de pré-profissionalização. Porto: FAUP, 1991

CANTO MONIZ, Gonçalo - A formação social do arquitecto: crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 91, 2010.

COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS - Boletim n.º 1. Porto: Comissão de Moradores de Massarelos, [1974?-1975]. Espólio de Margarida Duque Vieira. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Consultado a 4 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS - Boletim n.º 2. Porto: Comissão de Moradores de Massarelos, 1975. Espólio de Margarida Duque Vieira. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Consultado a 4 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS - Boletim n.º 3. Porto: Comissão de Moradores de Massarelos, 1975. Espólio de Margarida Duque Vieira. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Consultado a 4 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS - Boletim n.º 4. Porto: Comissão de Moradores de Massarelos, 1975. Espólio de Margarida Duque Vieira. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Consultado a 4 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS; ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSARELOS - Boletim n.º 5. Porto: Comissão/Associação de Moradores de Massarelos, 1975. Espólio de Alexandre Alves Costa. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Consultado a 4 de dezembro de 2025.

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DE MASSARELOS, C.R.L. - Atas da Cooperativa de Habitação de Massarelos (Atas n.º 1-145), 1985-2001. Porto: Arquivo da Cooperativa de Habitação de Massarelos. Documentos reproduzidos em anexo.

COSTA, Ana Catarina Dinis; FERNANDEZ, Sérgio Leopoldo; CABRAL, Carlos Manuel de Castro; BORGES PEREIRA, José Virgílio - O campo da arquitectura na construção da

cidade democrática: processo SAAL/Porto. Porto: FAUP, 2022. Tese de doutoramento.

ENGELS, Friedrich - A questão do alojamento. Trad. Ribeiro da Costa. Porto: Editora Poveira, 1971.

ESPOSITO, Antonio; UGOLINI, Andrea (cur.) - Francisco Barata: continuar inovando. Porto: FAUP, 2020.

FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade. Porto: FAUP Publicações, 2023.

FERREIRA FONSECA, António (coord.) - Livro branco sobre a política da habitação em Portugal. Lisboa: ENH, 1993.

GRASSI, Giorgio - Architettura, lingua morta. Milão: Electa, 1988.

HALL, Edward T. - A dimensão oculta. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1986.

LEFEBVRE, Henri - O direito à cidade. Trad. Rui Lopo. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012.

MARTINS PEREIRA, Gaspar - SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 4, 2014, p. 13-31.

MATOS, Fátima Loureiro de - A situação do parque habitacional do Grande Porto na década de 1980. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1993.

MATOS, Fátima Loureiro de - Habitação cooperativa no Grande Porto (1974-1994). Porto, 1994.

PORTAS, Nuno - A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura. Porto: FAUP Publicações, 2004.

PORTAS, Nuno - Habitação para o maior número: Portugal, os anos de 1950-1980. Lisboa: IHRU, 2013.

PORTAS, Nuno; SOLÀ-MORALES, Manuel - Os tempos das formas. Guimarães: DAAUM, 2012.

RODRIGUES, Maria; MARTINS PEREIRA, Gaspar - Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974-1976). Porto: Campo das Letras, 1999.

ROSSI, Aldo - A arquitectura da cidade. Trad. José Charters Monteiro. Lisboa: Cosmos, 2001.

ROSSI, Aldo - A scientific autobiography. Cambridge, MA: The Institute for Architecture and Urban Studies / MIT, 1985.

SALAZAR, António de Oliveira - Discursos: 1928-1934. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

SILVA, Sérgio Alves do Rêgo Dias da - O Programa das Casas Económicas do Estado Novo (1933-1974). Porto, 2023. Tese de doutoramento.

TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - Habitações Económicas: Federação de Caixas de Previdência. Porto, 2016. Tese de doutoramento.

TEIXEIRA, Manuel C.; TÁVORA, Fernando - Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

WELLENKAMP, Margarida; PISCO, Luís (coord.) - Ilhas. Porto: Afrontamento, 2004.

apêndices

apêndice a

Visit to the Cooperativa de Habitação de Massarelos with Professor Hélder Casal Ribeiro

Local: Cooperativa de Habitação de Massarelos

Date: March 28, 2025

[...]

The Associação de Moradores de Massarelos occupied the codfish building and they had a kindergarten, and all these social activities were connected to the Associação. They became a social and cultural centre. And the plot they tried to buy was near that space - it made sense to support the growth of the community.

There's this client who, with the help of two architects - one of them being Manuel Fernandes de Sá - helped buy the plot. So, first, we have the social endeavour, right? The association that buys the land. And if you look, it's a very strange plot, almost trapped in this rural emptiness. [gestures towards the surroundings]

Then we have the architects. Both are architects, but one - Manuel Fernandes de Sá - is more connected to urban planning. Francisco Barata is more connected to architecture, to the actual construction of housing, etc. And I think there's a very nice partnership coming together that later explains certain design choices, transforms the proposal, and helps it last through time.

And the third one is the municipality. From the beginning, the municipality always had its back turned to this proposal and to the association. Because when the association bought the land and we presented the first proposal - after buying the land - the municipality said: "No, this area has too much dignity for social housing." They didn't allow it.

Then there was some lobbying by Manuel Fernandes de Sá, and he managed to convince them that, given the conditions of the plot, housing made sense here. The second reason they refused was because the proposal had two extra storeys - and they didn't allow that because they said it was too tall. And over time [points to the new buildings]

We had a big battle to get this building done - they were always trying to say "no, no, no" because of the social situation.

And now, in the last ten years, this area has changed radically. The municipality is now a bit more right-wing - fine. Suddenly, the municipality embraced this development, really changed this landscape, and now it's used for "nice housing", for the view - without caring about the urban relationship.

Unfortunately, Francisco Barata - who was my professor, then colleague, then partner in the office - passed away a few years ago. But I think if he were here with us, he'd probably say the same thing that Távora and Siza used to say: "After people make this, maybe we should demolish this." [pointing to the new building and then to the building of cooperativa de habitação de massarelos]

And that's why the building was conceived as an urban artefact - something that should activate the city. But at the same time, the building is much more than what was being done in the 1970s, when all social housing was just rectangles, all the same, without any urban structure - so they're lost in time, and they have all kinds of problems when it comes to social fabric.

Here, the idea was really to make a building that would help build the texture of the city.

So the first important thing to understand is the plot they bought. It started here and ended over there. So all we had was something like 50 centimetres of sidewalk after the cars you see parked here. That was the plot. And in this place, there was a factory - a very old factory, a warehouse - that had more or less the same shape you see in the building now. The plot used it as a kind of guideline. That's why you see the street doing this curve, which is even stranger because in the last ten years, the municipality allowed the buildings to go the easy way, do something flat, and open public space that takes away the scale of the building.

Because this building was designed to be almost like it was placed in a canal - [gestures] - the street between the housing and the old warehouse.

So the first thing is the width of the plot. It's very narrow, as you can see, and very long. It's L-shaped. If you look at the plan, you'll see that we have this street, and the plot is like a 7. And you have another street here. When we started this building, Francisco Barata realised that we could only build here [corner with Rua D. Pedro V] and on the other front [corner with Rua Eduardo Romero], because the inside was all rural landscape. They understood that, instead of building just on those two edges, if you opened a street, you would create a new front, which would allow for continuous building.

Second - we needed to create something that this landscape was lacking: a kind of system where you could irrigate the area, because before, there was only the street [Rua D. Pedro V], and all of this was private. You couldn't go in. So opening the street came with this idea of creating almost like a quarter - irrigating and feeding the system. That was the enterprise: to open a street, link the two roads, and use that to position the building.

The second issue about this plot was the levels. So we had to think carefully about how to take advantage of the different elevations. As you can see, all these warehouses kept the level of the street facing the river, and that means here we go down something like six metres. We had to manage this big difference in height - and manage it in a way that would also allow us to add more housing.

The idea wasn't to do what they did here [points to the building in front of the Cooperativa] - a big wall and a building on top.

This implies a few things.

First, the building, because of the width, has to be very narrow. What's the width of this building? Nine metres - which is very, very narrow. For social housing, that's not ideal. Because it's so narrow, you have to make the apartments stretchier, which makes it more expensive in terms of façade. That's something you need to think about.

Second, the height - the levels. You have to think about how to manage the levels between the street at one end and the other. When we opened the new street, we realised that both streets are at the same level.

So when we realised both streets were at the same level, that gave us the chance to lift the middle and use that topographic advantage to create volume and resolve part of the housing layout. And this is where you see the section. See that corner? The housing doesn't go any deeper - it stops there. Why? Simple: it only has one façade. If I only have one façade, I can't go too deep or I lose light and ventilation. That's one issue. [Points to the printed section of the building]

The other is: the building, because of its length, couldn't be flat. Why? Because when you go downtown, and you walk along the waterfront, you see that most buildings are perpendicular to the river. Ignore the newer ones - I'm talking about the 80s. In that period, everything was perpendicular. The only flat and very wide buildings are the ones right down by the river - the old industrial structures. Housing was always perpendicular, never parallel.

So the big question was: how to break a 120-metre-long building? Because if it's flat, it's just going to sit there like an awkward thumb on the waterfront. We did a lot of studies from the other side - photos, collages, sketches - trying to see how we could make the volume belong to the landscape, still keeping the number of housing units we needed.

One of the ideas was to make the building snake through the plot, following its shape, taking advantage of the narrow depth - nine metres - and breaking the alignment here and there. First it swerved, then we thought it swerved too much. It started to feel like it was drifting away from us. So we swerved and then cut it. Then after that, we bent it and brought it back down.

And that swerve - you can still see it now, even at this hour. Look at the sunlight coming in and those small balconies. They're typical Porto balconies - 40 or 50 cm. Just enough to step out, have a smoke, look at the river. We didn't want commercial-style balconies. These ones are embedded in the landscape and the urban language of the city.

So these balconies helped break the volume not only vertically, but also in movement - in the rhythm of the building. It's all about working with architectural themes: how do I create a volume that belongs to a place?

And because the volume is already so textured and full of movement, the architectural language had to be more silent. We thought: if the building is already moving, if the windows start dancing too, then the whole thing becomes too loud. We didn't want that. So we kept the openings rational.

Francisco Barata had a strong relationship with Italian architecture - Rossi, Grassi - which I also appreciate. And we were also very interested in the Siedlung - we had pictures of them on the wall: Bruno Taut, Gropius, all those manifesto-like housing complexes. We loved that austere language.

So, if you look at this façade [points south] - this is Italian. And the other one? German. This one is more Rossi, Grassi. The other one, clearly, a Siedlung.

Another important topic was: how do you top the building? Barata thought the building should keep a continuous height - the roof should not break the volume. It needed to be a whole. So the roof finish was key.

In the 80s - I come back to the 80s - there were lots of ideas around flat roofs. Rossi, Grassi - always flat. But here, Barata decided to use a pitched roof. Why? Because when we drew the perspective from the landscape, all we saw were pitched roofs - the roofs of the warehouses. It was a crucial element to make the building belong.

But when we looked at the new street, we realised that side had nothing to do with the river landscape. So we hid the pitched roof behind a straight volume - a platibanda. On that side, you get a very urban, almost L-shaped wall. From the back, the pitched roof opens toward the landscape. So it blends.

One last thing about the form: because the building is so long, even with all the swerving, it was important to introduce slits. These vertical cuts bring shadows and give hierarchy to the volume. There's one here near the head of the building - it marks the start of the curve. Then another in the middle.

Each of these cuts responds to something. The first one marks the beginning - the head of the snake, if you will. Then it accelerates, turns. The middle one gives rhythm. And the corners - we always designed them with special housing units. Each corner has three façades, not two.

We had T3 units at the top - three-bedroom apartments on three levels. T3 in Portugal means three sleeping rooms. In Lisbon, they sometimes count the living room, but here, it's the bedrooms.

At the base, we have duplexes. So one T3 becomes two T2s, using the vertical split. We had to stay below 105 m², or else social housing wouldn't be eligible for financing. So we split them. This also helped us manage the slope.

You see the roof stays flat, but the street moves. We had to find a way for the street to drain properly, so the building hangs - like on a washing line. The street moves, the gallery mediates the levels, and we don't have to change the floor levels of the apartments.

We didn't want to start making different levels and door options - too complex. This way, it's simple. The structure remains regular.

You can see the first slit here - we're breaking the volume to say: something different is happening. Architecture

doesn't need a sign that says "this is the end". It should explain itself. It should have its own narrative. This is the beginning of that narrative - the head of the building. Then we cut it again to dissipate the energy.

We used volume, openings, rhythms - all as tools to write this urban story. At the corners, we have four-bedroom units - special conditions. The ones in the middle are the regular T3s. The project was done that way deliberately.

We didn't want just housing. We wanted to integrate into the city. At the ground floor, we always imagined shops - especially a café at the corner. It didn't happen, unfortunately. On the ends there's a shop, and in the middle corner a social space

When we started drawing, we understood that the building should move within the plot. So when you walk alongside, you think it's over - but it isn't. It continues. This movement also helps break the monumentality - that manifesto feeling you see in some social housing. The scale can be too much. Here, the swerve brings rhythm and care.

Look at the façade. It's quiet. A vertical slit marks the entrances. Each door has a colour - blue, red, yellow - like a wink to architectures we admire. The concrete staircase you see is special - it has a unique layout I'll show you inside.

And the shifting back of the staircase opens these slits - permanent ventilation for the washing areas. Each one has a laundry room. We didn't want to add elements. Just two things: a window and a door. That's enough. Like Donald Judd said: simple expression of complex thought. We ran the water pipes through those slits too. Everything integrated - no betrayal of the big idea.

This gallery here? It brings back something poetic - the Porto housing way. People used to sit outside, talk to neighbours. In the beginning, that was very present. Now, this gallery is shallow. But as you go up, it becomes deeper - because we had to lift the middle of the street to make water drain.

We closed the courtyard entrance eventually - it used to be public. Kids played here. Around 2000, we had to close it due to misuse.

Each unit has direct access via staircases. And we were able to go up to four floors without needing an elevator - because of the way we split the landings. Normally, if you go above three floors, you're forced to add a lift. But we worked with the municipality to make this solution legal - split landings, separate access - it worked structurally and socially.

That entrance movement - the shift in level - it also allowed the T3s to face the back, to open to the landscape.

So yeah, architecture is an art form. But it responds to technical needs. The beauty is in how it blends those - how one idea can solve multiple problems: technical, structural, functional. If you solve just the technical, the narrative disappears.

When you visit a building, there's always a problem. You respond. Someone else might have done it differently. But our answer has internal consistency.

Now let's go inside - it's very plain. Not fancy. The units are different because the owners finished them over time. No standard floor finishes. The builder handed them over bare - a good price. But only if we didn't include those finishes.

Why do I enter directly? Why don't I put the staircase going down and feed all of them? This helped the levels, but at the same time, I avoided the elevator. So it's almost like, with one idea, solving multiple problems - not architectural, but technical, functional. You try to concentrate - and not solve the technicals separately, solve the functions - because if you don't, it's a mess. You can't read the narrative that clearly.

You're going to go visit the apartment. When you're on the corner, this façade - which I think works very nicely - when I see this façade, there's a certain exchange. I don't see the other façade. So this idea of emphasising the corner - the corner is shifting like this - because it's really trying to solve the corner. We thought this corner was a transition, different from the other.

So each corner had its own configuration. Why? Because we believe that architecture should answer to the specific issue, the specific problem.

The only way we would do a curve here and a curve there is if the situations were exactly equivalent - or at least very similar. And even then, we would still ask: can we offer two interpretations of the same problem?

What we normally say is that we don't look for decoration. We don't believe in decoration in architecture. We believe in solving the issues at hand. And that gives you enough vibration and variation - you don't need to artificially bring things in. At least, we try not to.

So here you see this corner coming in - and you'll see it inside - it helps to fit in the two-room apartment. Because you have this direction and that direction. First thing. Second, you understand that this direction here, it's not 90 degrees. Can you see that? [points]

So we have this, and then there's a bend, a shift. Why? Because we considered that these two corners should be at 90 degrees - so the shift should be back there.

So the idea is: should I bend it? And then we built a model. And we realised: no, this doesn't work. They have to be like brothers. So how do you make them brothers? You introduce a shift. And by doing that, you're saying that the change - the bending - is not just formal, it's linked to the internal configuration. So when you look at the façade, you're actually seeing the plan - you're reading the layout. That's why it bends.. What happens inside? Wait - this room can shift. Ah, so this is 90 degrees. Then why would you bend here? Try the model. Let's see if it works.

apêndice b

Entrevista a Henrique Pedroso, ex-presidente da AMM

Local: Cooperativa de Habitação de Massarelos

Data: 28 de março de 2025

[Afonso Bernardo]

Gostava de começar por ouvir a sua história aqui em Massarelos, como é que tudo começou, como é que se envolveu na associação e o que se vivia naquela altura. A ideia desta conversa é recolher memórias, perceber o impacto da associação e da cooperativa na comunidade e entender como foi o processo de desenho do edifício, incluindo episódios marcantes e reflexões pessoais, se quiser partilhar.

Depois do 25 de Abril de 1974, a habitação tornou-se uma das grandes prioridades para muitas comunidades que viviam em condições precárias, em bairros como Massarelos. Esse momento abriu espaço à organização popular. Foi neste contexto que surgiu a Associação de Moradores de Massarelos, uma estrutura fundamental para responder às necessidades mais urgentes da população, não só na habitação, mas também na educação, na cultura e no apoio social.

Antes da Revolução, o Estado já tinha criado o Fundo de Fomento à Habitação, em 1969, com o objetivo de coordenar a política pública da habitação, mas o seu alcance foi muito limitado e pouco participativo. Só após o Dia dos Cravos se abriu uma verdadeira possibilidade de intervenção popular, com o surgimento do SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, um programa promovido pelo novo poder democrático. O SAAL oferecia apoio técnico às associações de moradores, permitindo que as populações participassem diretamente no desenho dos seus bairros. Em Massarelos, a associação conseguiu construir o primeiro bairro, mas o problema habitacional persistia.

A necessidade de dar resposta a mais famílias levou à criação de uma cooperativa, uma nova forma de luta coletiva por uma casa digna. Lembra-se de como se vivia aqui antes do 25 de Abril?

[Henrique Pedroso]

Sim, lembro-me. Era uma comunidade bastante grande, com muita população e, precisamente, com muita falta de habitação. Era isso que o pessoal aqui mais precisava: que existisse mais habitação. E ainda hoje há muita falta de habitação aqui em Massarelos.

[AB]

Como era a habitação antes de existir o bairro de Massarelos e a cooperativa?

[HP]

A habitação era muito precária. Casas muito pequeninas, mal divididas, construção antiga, muitas vezes autoconstrução. Sem esgotos, algumas sem água. Era mesmo muito precária. As pessoas tinham de se sujeitar, porque não havia alternativa e a população era numerosa.

[AB]

Sente que o 25 de Abril foi importante para a comunidade começar a falar entre si e criar a associação de moradores?

[HP]

Sim, precisamente por causa dessa falta de habitação, da falta de condições para os moradores e, principalmente, para os jovens, que não tinham espaços para brincar. Também a nível da educação, a escola era muito limitada, era só o estudo em si, não havia qualquer componente de lazer.

A associação surge por causa disso. Um grupo de amigos lembrou-se de fundar uma associação para tentar construir habitação, uma creche e outras valências. Foi assim que a associação começou.

[AB]

Foi fácil esse processo? Houve algum tipo de candidatura ou apoio técnico do Estado?

[HP]

Não. O Estado não nos deu nada, nem nos garantiu nada. Inclusive, a sede da associação surgiu de uma ocupação, porque estávamos no período pós-Revolução. Foi ocupado o antigo mercado do peixe, na Rua D. Pedro V, junto à Alameda Basílio Teles, porque o edifício não estava habitável.

A partir daí, com um pequeno espaço, conseguimos reunir-nos, elaborar estatutos, legalizar a associação e começaram a surgir as valências: a creche, o jardim de infância, o ATL e o centro de convívio da associação. Também havia desporto: canoagem, futebol de salão, hóquei em patins, entre outras atividades.

[AB]

Essas atividades começaram antes ou depois da construção do bairro?

[HP]

Começaram quase em simultâneo. Depois de termos instalações, uma parte foi dedicada à habitação, outra ao desporto e outra à educação. Tudo se foi agregando numa coisa só.

[AB]

Quanto tempo decorreu desde a formação da associação até à construção do bairro?

[HP]

O bairro de Massarelos começou a ser construído no final dos anos 70, por volta de 1978–79. Foi-se juntando tudo o que era necessário e elaborou-se um projeto com o arquiteto Manuel Sá e o arquiteto Fernando Barata, que nos deram uma ajuda enorme. Eles estavam muito envolvidos na questão da habitação e apoiaram-nos bastante. Na altura discutia-se muito onde se podia ou não construir. A associação queria que fosse aqui, nesta zona de Massarelos. Mais tarde, através do arquiteto Manuel Sá, surgiu a possibilidade de terrenos na Calçada da Boa Viagem, que pertenciam à Universidade, mas que não iam ser utilizados. Conseguiu-se avançar com essa construção, e eu estou lá desde 1982, que foi a fase final.

[AB]

Em que momento é que sentiram que era necessário fazer mais habitação e encontrar outra forma de luta?

[HP]

Isso surge praticamente no final do processo do bairro da associação. A associação já tinha conseguido construir um bairro, mas a população continuava a exigir mais habitação. Havia muitas famílias ainda sem resposta.

Como associação já não era possível continuar a construir, porque esse ciclo estava praticamente encerrado, começou-se a pensar noutra forma: a criação de uma cooperativa. Foi aí que se começou a discutir essa possibilidade.

Houve então reuniões com o que na altura era o Instituto Nacional da Habitação. Primeiro tinha outro nome, depois passou a Instituto Nacional da Habitação, e hoje chama-se IHRU. A direção da associação reuniu com o instituto e foi-nos dito que seria viável apoiar e subsidiar a construção de mais habitação.

Isso começou a ser pensado por volta de 1984–85, mas só no final dos anos 80, praticamente já em 1990, é que se conseguiu avançar de forma concreta para fundar a cooperativa e pôr o processo a andar.

[AB]

Foi fácil encontrar pessoas para formar a cooperativa? Houve muita procura?

[HP]

Na altura, a procura foi imensa. Havia muitas pessoas interessadas. Tudo dependia do terreno que se conseguisse arranjar.

Inicialmente foram vistos vários terrenos, mas eram todos muito caros. Acabámos por fazer negócio com um terreno que pertencia à família Cameira, que hoje tem ligação à cooperativa através de um dos advogados. Só depois de termos o terreno é que conseguimos perceber exatamente o que seria possível construir.

[AB]

Esse foi o primeiro terreno ou houve outras hipóteses antes?

[HP]

Foram procurados vários terrenos antes, mas eram caríssimos. Este acabou por ser um dos primeiros viáveis. Mais tarde ainda tentámos continuar a construção noutros locais, mas os preços dos terrenos tornaram-se incomportáveis.

A construção ficou concluída em 1995. No início tínhamos mais de 250 inscrições para habitação, mas rapidamente percebemos que não seria possível responder a toda essa procura.

O primeiro projeto previa cerca de 120 a 125 habitações, mas a Câmara Municipal não autorizou. Houve alguma luta com a Câmara, mas acabou por ser aprovado um projeto com 95 habitações.

[AB]

Nas atas aparece muitas vezes a referência a contactos com a Universidade do Porto. Pode explicar melhor essa relação?

[HP]

Sim. A Universidade do Porto tinha, e ainda tem, terrenos na zona, abaixo da faculdade. Chegou a haver reuniões com a direção da Universidade e colocou-se a hipótese de esses terrenos poderem ser cedidos.

No entanto, mais tarde a Universidade entendeu que poderia vir a precisar desses terrenos para expansão futura e essa possibilidade acabou por ser posta de parte.

Há uma parte do terreno, junto à antiga mina, que pertence à Universidade. Ainda se pensou fazer ali um parque para as crianças, mas isso nunca chegou a concretizar-se.

[AB]

Como é que foi o contacto com os arquitetos?

[HP]

O contacto com os arquitetos surge logo após a Revolução, no contexto da associação. Apareceu muita gente ligada à associação e alguns moradores conheciam o Manuel Sá de outras situações, dos estudos ou da universidade. Outros eram já alunos ou tinham ligação à escola.

O Manuel Sá era professor na Universidade nessa altura e estava muito envolvido com estas questões sociais. Era uma pessoa muito ligada ao espírito do 25 de Abril e deu-nos uma ajuda fundamental. O Francisco Barata também tinha sido aluno do Manuel Sá, tal como outros arquitetos que colaboraram mais tarde.

Houve ainda o Hélder, que também participou no processo e que tinha sido igualmente aluno do Manuel Sá. Criou-se um grupo de arquitetos com uma forte ligação à associação e à ideia de habitação social.

[AB]

Durante o desenho da cooperativa, houve assembleias com os moradores e com os arquitetos para discutir o projeto?

[HP]

Sim, houve assembleias. Mas o desenho do edifício foi essencialmente feito pelos arquitetos. A Associação, que na altura ainda não era formalmente uma cooperativa, pouco interveio no desenho em si.

A direcção da associação era composta por pessoas simples, pessoas carolas, sem formação em arquitetura ou engenharia. Eram pessoas do dia a dia, trabalhadores, que confiaram no trabalho dos arquitetos.

Ainda assim, algumas questões foram discutidas, sobretudo ao nível das tipologias: quantas casas, que tipos de fogos. Ficou logo claro que não se faria T0 nem T1. As tipologias seriam T2, T3 e alguns T4. Os T3 eram a maioria, os T2 surgiram em função da implantação do edifício, e os T4 eram casos mais pontuais.

[AB]

Houve momentos de fricção entre os cooperantes e os arquitetos durante esse processo?

[HP]

Houve algumas situações pontuais, sobretudo porque muitas das soluções eram novidades para as pessoas. Um dos temas foi o das portadas de madeira. Na altura, muita gente não concordava, porque estava habituada aos estores e não percebia bem como funcionavam as portadas.

Com o tempo, e depois de explicações e até de algumas demonstrações, a situação acabou por ser pacífica. Hoje posso dizer que as portadas são funcionais, embora haja sempre uma minoria que nunca gostou muito delas.

Outro tema foi o das varandas. Os arquitetos queriam varandas à moda do Porto, mais pequenas. O empreiteiro chegou a dizer que podia aumentar a varanda sem aumentar o custo, mas os arquitetos mantiveram a sua opção. As varandas acabaram por ser feitas com cerca de meio metro de largura. Algumas pessoas acham-nas pequenas, mas foi uma opção.

[AB]

Houve mais conflitos desse gênero?

[HP]

Não muitos. Há sempre pequenas fricções quando as pessoas não conhecem bem as soluções arquitetônicas. Lembro-me, por exemplo, de uma discussão em torno de uma porta entre a cozinha e um quarto, sobretudo nos T3.

Os arquitetos explicaram que era uma solução funcional: a pessoa entra em casa, tem acesso direto à sala, mas também pode circular para os quartos sem perturbar quem está na sala. É funcional, embora tenha o inconveniente de, por vezes, passar cheiros da cozinha. Ainda assim, passados quase trinta anos, muitas casas mantêm essa porta.

[AB]

Em relação à vida na cooperativa, sentia que a dinâmica do edifício era diferente da do bairro?

[HP]

Houve muita gente que veio para a cooperativa por conhecimento de outras pessoas que já eram sócias da associação. Para ser cooperante era obrigatório ser sócio da cooperativa e, ao mesmo tempo, sócio da associação. Muita gente da associação falou com amigos e conhecidos, dizendo que se estava a formar uma cooperativa, e essas pessoas acabaram por vir para aqui. A maioria das pessoas era desta zona de Massarelos, sobretudo da parte de baixo, e depois apareceram algumas de fora.

Mesmo assim, o que sempre notei é que as pessoas se davam bem. Havia um bom relacionamento entre os moradores, parecia que já se conheciam há muito tempo. Claro que aparece sempre uma ou outra situação mais complicada, mas, no geral, o ambiente era bom.

[AB]

Como funcionavam os espaços comuns? Sei que inicialmente o logradouro não estava fechado.

[HP]

O logradouro existe essencialmente como acesso às garagens. Inicialmente as garagens não estavam divididas, porque o projeto não previa divisões. Mais tarde, por exigência dos bombeiros e por questões de segurança, foi necessário compartimentar e fechar.

O logradouro é um espaço comum da cooperativa, mas está sobretudo associado às garagens. Quem tem garagem contribuiu diretamente para aquele espaço, mas mesmo quem não tem garagem também contribuiu para o terreno como cooperante.

Nunca ficou completamente resolvido do ponto de vista da perceção de justiça, mas, na prática, quem pagou diretamente aquele espaço foram as 39 pessoas que têm garagem. O acesso existe sempre por necessidade - por exemplo, se algo cai de uma varanda - mas não é um espaço de circulação ou recreio.

[AB]

Mas as crianças não brincavam ali?

[HP]

Não. O espaço nunca foi pensado como recreio. Claro que pontualmente podia lá estar uma criança de bicicleta ou alguém a dar uns chutos na bola, mas não era um espaço destinado a isso.

[AB]

Sente que a dinâmica do edifício mudou ao longo dos anos?

[HP]

Não mudou muito por causa do edifício em si. Talvez no início houvesse mais união, mais encontros entre as pessoas, o que é normal quando tudo é novo.

Com o passar do tempo, a forma de viver mudou. Hoje as pessoas vivem de maneira diferente: casa–trabalho, trabalho–casa. O convívio é menor, mas isso não é exclusivo da cooperativa, é uma mudança da sociedade em geral.

Antigamente havia muito mais convivência, não só aqui, mas em toda a zona de Massarelos. Havia mais gente, mais vida na rua. Hoje o convívio é mais restrito, mais entre pessoas que já se conhecem bem.

É verdade que antigamente as pessoas tinham um convívio diferente. Juntavam-se mais. Chegou a falar-se várias vezes, quando eu fui presidente da cooperativa, da hipótese de criar uma sala de convívio ou até um pequeno café no edifício, um espaço onde as pessoas pudessem estar.

Mas acabou por se concluir que isso não seria muito benéfico. Sobretudo por causa do barulho. Quem vive por cima ou ao lado desses espaços acaba sempre por ser afetado. Mesmo que se peça às pessoas para falarem mais baixo, basta haver um jogo de futebol, um golo, e o barulho aparece. E quem mora ali tem de levar com isso.

Eu sempre fui uma das pessoas que se opôs a essa solução. Não por não achar a ideia boa em abstrato, mas porque também é preciso garantir o sossego de quem vive no edifício. Quando houve venda de espaços no rés-do-chão, tivemos sempre cuidado em perceber que tipo de atividades iriam ali funcionar. Um escritório, como aconteceu num dos casos, não cria problemas. Um café criaria.

Se existisse um espaço desses noutro edifício ali perto, talvez promovesse mais convívio. Hoje em dia isso acontece mais junto ao rio. O convívio mudou de lugar, mas não desapareceu completamente.

[AB]

Porque é que a cooperativa não continuou a construir?

[HP]

A cooperativa deixou de construir essencialmente por falta de terrenos. Ainda durante algum tempo andámos a tentar encontrar terrenos aqui na zona de Massarelos, mas os preços eram incombustíveis.

Lembro-me de um terreno a que chamávamos o terreno da SONAP. Pediam um milhão de contos - não euros, contos. Era muito dinheiro e, mesmo assim, não permitia fazer a construção na escala que se pretendia. A ideia seria fazer muito mais habitação do que as 95 casas que acabámos por construir.

Houve outros casos de cooperativas que compraram terrenos caros, ficaram endividadas e acabaram por falir, ficando a dever dinheiro aos associados. Isso também nos serviu de aviso.

Tentámos outros locais, como na zona da Rua D. Pedro V, junto à torre, mas aí não era permitido construir mais do que três pisos, enquanto o terreno em causa permitiria muito mais. Além disso, os preços eram novamente demasiado elevados.

Ao fim de alguns anos percebeu-se que já não era viável continuar. A cooperativa acabou por se extinguir por essa razão. O problema da habitação manteve-se, e ainda hoje há filhos e netos de moradores da cooperativa e do bairro da associação que gostariam de viver aqui, se houvesse essa possibilidade.

[AB]

Qual foi, para si, o momento mais marcante desde o início da cooperativa até hoje?

[HP]

O momento mais marcante foi a entrega das habitações. O final da construção e a entrega das casas aos moradores. Nem toda a gente pôde escolher a casa, mas uma parte significativa conseguiu fazê-lo. Diria que cerca de metade das pessoas escolheu a sua habitação. A atribuição foi feita com base no número de sócio, que correspondia à antiguidade como sócio da associação.

Eu, por exemplo, era o sócio número 20 da cooperativa, porque havia sócios da associação mais antigos do que eu. Com algumas desistências, acabei por subir na ordem de atribuição. Foi assim que as casas foram distribuídas. A situação das garagens funcionou de forma semelhante. Só existem 39 garagens. Quem estava dentro desse número teve garagem, os restantes não. Algumas pessoas não quiseram garagem na altura, outras tinham outras prioridades. Hoje, olhando para trás, talvez tivessem feito escolhas diferentes.

[AB]

Já que estamos a falar de memória e legado, queria perguntar-lhe porque é que a rua tem o nome que tem. Foram vocês que o escolheram?

[HP]

A rua não existia antes da cooperativa. Foi criada com a construção do edifício. Inicialmente gostaríamos que tivesse o nome do doutor Henrique de Almeida, uma pessoa muito ligada à associação e à comunidade de Massarelos. Era médico e atendia muitas pessoas sem lhes cobrar, sempre disponível para ajudar.

Chegámos a pedir esse nome à Câmara, mas foi recusado porque ele ainda era vivo. Mais tarde, a Câmara apresentou uma lista de nomes possíveis e acabou por se escolher outro. Foi assim que o nome da rua ficou definido.

[AB]

Acha que a história da associação e da cooperativa devia ser mais conhecida?

[HP]

Acho que sim. A história da Associação de Moradores de Massarelos e da cooperativa deve ser divulgada, para que as pessoas saibam o que se passou, como foi a luta pela habitação e pelas condições de vida.

A associação fez recentemente 49 anos. Hoje os tempos são outros, já não estamos no pós-25 de Abril, mas não se deve esquecer tudo aquilo que se lutou para chegar aqui. A associação tem hoje um património importante, incluindo o bairro social, e teve também a cooperativa.

A cooperativa pertence agora às pessoas que lá vivem, enquanto o bairro continua a ser património da associação. É importante que esta memória não se perca, mesmo reconhecendo que nem tudo foi perfeito. No essencial, acho que a maioria das coisas foi bem feita.

[AB]

Muito obrigado, Henrique.

[HP]

De nada, Afonso.

apêndice c

Entrevista a Maria Teresa Aveiro, moradora do Bairro da AMM

Local: Bairro da AMM

Data: 13 de outubro de 2025

[Afonso Bernardo]

Qual é o seu nome, quantos anos tem e onde nasceu?

[Maria Teresa Aveiro]

Maria Tereza Faria Aveiro, há 89 anos e moro aqui desde que nasci.

[AB]

A Maria Teresa lembra-se das mudanças todas que Massarelos já passou?

[MTA]

Ora, eu morava ali ao pé da igreja.

[AB]

Ali ao pé do Cais das pedras.

[MTA]

Sim, Sim. Tem a igreja, depois há uma rua estreitinha, chamam-lhe a rua de Cristelo, porque tem lá um cristo ao meio.

Não sei se já lá passou...

E eu morava logo a seguir ao cristo. Sem ser a primeira porta, era a segunda. Era uma casa, uma espécie de um armazém.

[AB]

Vamos falar antes do 25 de Abril, vivia só com os seus pais ou vivia com mais pessoas?

[MTA]

Não, naquela altura eu vivia com o meu pai e outra irmã minha, porque já a minha mãe tinha falecido, então a gente morava ali em Cristelo. Praticamente a gente só saiu de Cristelo para vir para as aqui.

[AB]

Como é que eram as condições da sua habitação? Lembra-se como é que era a casa?

[MTA]

A minha casa era uma espécie de um armazém. Era mesmo como se fosse um armazém. A entrada era mais estreita do que esta sala, cabia uma mesinha, um frigorífico, uma cristaleira e depois lá para o fundo é tinha uma espécie de uma salinha onde eu tinha duas camas, que era a cama do meu pai de um lado, uma cortina, e a minha e da minha irmã do outro lado. E ali vivemos e ali criei também os meus sobrinhos, porque a mãe ia trabalhar.

[AB]

Um dos seus sobrinhos é o Sr. Henrique?

[MTA]

Não. O Henrique é que é da minha irmã. Mas o meu João, que é são os filhos da minha irmã, esses é que foram sempre aconchegadinhos a mim.

[AB]

Como é que era a vida aqui em Massarelos antes do 25 de Abril? Lembra-se?

[MTA]

Eu lembro perfeitamente. Olha, éramos muito dados, mais do que somos hoje. Em Cristelo, onde eu morava, ali era uma família, era muita gente, muitas crianças, mas tudo se dava como se fosse uma família.

Talvez houvesse algum desacato por causa das crianças, porque o seu bateu no meu, o meu bateu no seu, mas era uma coisa passageira e havia mais humildade uns entre os outros.

[AB]

As pessoas ajudavam-se mais.

[MTA]

Muito. Agora não. Agora cada um está na sua cota, na sua casa, não é?

Não sabe se tem de comer, não sabe como é que estão a viver. Fecham-se, e pronto, dantes não.

[AB]

E o que é que fazia durante o dia?

[MTA]

Olha, durante o dia estava em casa, não trabalhava, porque estava reformada* já naquela altura. Mas tinha os meus sobrinhos comigo e eu passava o tempo com eles.

[AB]

Isto antes do 25 de Abril...

[MTA]

Antes do 25 de Abril. Ainda me recordo quando foi o 25 de Abril. O meu sobrinho chegou ao pé de mim com umas chapinhas redondas, pareciam umas moedinhas de 25 tostões. Ele chega para mim e dizia, ó tia, ó tia, olha tanto dinheiro que eu trago aqui. Não tenho dinheiro, quem te deu, o meu filho? Olha, foram os "Manguelas" que me deram este dinheiro. E depois eu peguei nas chapinhas e disse, ó filho, isto não é... estamos a brincar contigo. Nisto, passam uma camioneta cheia de soldados e dizia para mim, olha tia, são aqueles "Manguelas" que... Que me deram os 25 escudos. Em vez de Magalas era "Manguelas".

[AB]

Vocês sabiam que viviam numa ditadura? tinham percepção disso?

[MTA]

Olha, nessa noite do 24 para o 25 de Abril, estava eu, o meu pai e a minha irmã, e senti na televisão que havia qualquer coisa. Mas saber o que era, não sei. Não sabia, e disse, ó pai, há qualquer coisa, isto aqui não está a correr bem, mas não sou capaz de apanhar o que se está a passar.

Prontos, passou-se. De manhã que a gente, ao sair à rua, é que soubemos da notícia do 25 de Abril.

[AB]

E quantos anos é que tinha?

[MTA]

Devia ter uns 30 e poucos.

Deram aquela ordem para as pessoas assaltarem as casas. Eu sabia o nome do senhor que estava a mandar. Agora não vem a cabeça o nome do que estava a mandar, e então disseram para assaltar as casas.

Nessa altura, nós viemos para a associação, que era do Campalimound. Quando a gente entra lá dentro... que sujidade, tudo sujo, muita papelada, parece que houve lá dentro uma revolta muito grande e parece que fugiram e deixaram papel para todo lado.

[AB]

E lembra-se quando é que foi isso?

[MTA]

Isto já foi mesmo, na minha ideia, que foi no 24 para o 25. À meia-noite, mais ou menos e então nós fomos para lá, que agora é um hotel. Fomos para ali, para as escadas acima, era muita sujidade e então, como eles precisavam de uma casa para fazer a associação dos moradores, foi ali que eles fundaram a associação dos moradores. Onde eles tinham a creche, tinham o futebol, tinham a canoagem, faziam baile, cinema, faziam muitas coisas maravilhosas.

[AB]

Notou muita diferença de antes para depois do 25 de abril?

[MTA]

Começou a fazer essa diferença depois do 25 de abril.

[AB]

Disse que na Rua do Cristelo havia muitas família...

[MTA]

Muita, muita família.

[AB]

Mas isso com a associação também continuou, ou não? Ou seja, quando criaram a associação, esse espírito também continuou.

[MTA]

Ora bem, lá em Cristelo, agora é um sítio morto. As pessoas vieram para aqui, as que tinham fé que isto ia avante seguraram-se sempre. Outros foram para outros lados.

Mas agora aquilo ali está morto. Não está lá ninguém. Que eu saiba.

[AB]

Agora vieram todos para aqui, não é?

[MTA]

Quase tudo que está aqui é tudo lá debaixo de Massarelos, à beira do rio, ao pé da igreja, Cristelo.

[AB]

Como é que surgiu essa ideia de criar uma associação?

[MTA]

Ora, quem criou esta associação já não está cá, que era o Sr. Camilo. O Sr. Camilo é que era o fundador da associação de moradores de Massarelos. Não havia mais ninguém. Era o Sr. Camilo, embora que tivesse o seu grupo, que ainda há pessoas desse grupo vivos, como o Manuel Matos, o homem da Ana Maria, mas o fundador já não está cá. E esse, para mim, é que foi o fundador da associação de moradores de Massarelos.

[AB]

Quais foram as diferenças que notou como mulher do antes do 25 de Abril para o depois do 25 de Abril?

[MTA]

Eu acho que não mudei muito. Eu já tinha a liberdade de falar e fazer o que queria. Só que sei que agora há mais outra expressão para a gente poder falar.

[AB]

Claro.

[Té – Sobrinha de Maria Teresa]

Tu, nessa altura, já não trabalhavas?

[MTA]

Não, já estava reformada.

[Té]

Porque a minha tia como teve problemas de ossos...

[MTA]

Fui reformada muito cedo.

[Té]

Reformou-se muito cedo. A atividade dela era tomar conta dos sobrinhos. De mim e dos meus irmãos. E se calhar não notar tanto a diferença porque como era mais em casa e junto da família e vizinhos, certamente não sentia muito.

[MTA]

A gente dava-se muito bem com vizinhos, juntos uns com os outros.

[AB]

E lembra-se das casas dos vizinhos? Ou seja, como é que eram? Não tinham boas condições?

[MTA]

Não tinham. Ali em Cristelo... então havia lá uma senhora que morava num quarto e ela tinha quatro filhos - o Miguel, era o Mário, o Avila... eram três ou quatro filhos e viviam num quarto. Porque antes se subalugavam muito os quartos. Por exemplo, alugavam uma casa e depois subalugavam aos bocados.

[Té]

Mas havia poucas condições.

[MTA]

E até para os quartos de banho.

[Té]

Mesmo nós, eu até aos 10 anos de idade não tive uma sanita, nem tive água quente, não tinha uma banheira, era uma bacia que a minha mãe tinha grande. Aquecia a água no fogão e tomávamos banho assim.

[MTA]

Primeiro eram os rapazes, depois eram as raparigas.

[Té]

As necessidades eram feitas para um balde que depois tínhamos que ir despejar...

[MTA]

Na maré. Ali na beira do rio, há um rodondo, dantes havia um guindaste muito grande, porque ali era quase como na alfândega... paravam os barcos porque o rio estava mais cheio e paravam ali os barcos grandes de carga e descarregavam ali naquele largo. Tanto que ainda está lá uma gruita que era do guarda fiscal. E a gente como crianças também andávamos sempre ali a brincar à volta daquilo tudo.

Era outra vida.

[AB]

Claro. Agora é muito diferente.

Mas aqui na associação ainda sente um bocadinho desse espírito.

[MTA]

Sim. Vamos para lá e temos dias de tudo. Há dias de costura, dias da gente conversar. Vão umas meninas estagiar e cada uma leva a sua ideia, uma tem a ideia de costura, apresenta a costura, uma tem a ideia de fazer uma coisinha qualquer engraçada e nós passamos ali assim o nosso tempo a fazer as coisinhas. Depois guardam tudo, seja desenhos, seja escritura, seja o que for. Guardam tudo numa pastae depois ao fim do ano entregam para a gente ver o que fizemos durante o ano.

[AB]

Eu lembro-me que no ano passado houve uma parceria com a associação dos estudantes da faculdade e vocês fizeram um crochêzinho para lá para uma festa.

[MTA]

Estava lá um de capa, já não sei se era um estudante dos grandes, se já tinha acabado ou não e então ele sentou só ao meu lado e disse- a senhora vai me ensinar. Eu ensino, vai fazer assim e então ele fez um cordãozinho comprido e ele dava o jeito. E dizia el para mim - aí minha senhora, isto é um bicho que está a entrar-me no corpo.

[AB]

Gostou de Aprender...

[MTA]

Isto é um bichinho que está a entrar no corpo.

[AB]

Então gostou desta colaboração também com os estudantes.

[MTA]

Sim, sim. Ainda esta semana estiveram lá as meninas a aprender. Quer dizer, as meninas vão, mas não vão ensinar nada a nós, aquilo que a gente sabe também ensinamos a elas. É uma partilha. E acontece que esta semana estava lá uma menina e eu ensinei-lhe a fazer uma rosotinha toda a volta. Como é que começa a aumentar e ela tinha muito jeitinho. E diz ela, se não tomasse a mal, eu ia levar isto para oferecer à minha avó, para ela ver que eu também já sei fazer.

Olha é bom ouvir assim estas coisinhas. É muito bom.

[AB]

E voltando agora para quando tomaram ali o mercado do peixe. E o antigo edifício da família Champalimoud. Vocês tomaram aquilo durante a noite, certo?

[MTA]

Foi durante a noite. E depois tiveram que limpar tudo. Tudo.

[AB]

E toda a gente se juntou. Como é que foi?

[MTA]

Cada uma fazia aquilo que podia. Porque aquilo estava mesmo um desordem. Parece que fugiram.

E deixaram aquilo tudo aqui no abandono. E depois foram construindo as coisinhas devagar. Onde fizeram a salinha para as crianças a peixe.

Para nós estávamos também no nosso convívio. Tinham o cafezinho. Os sócios à noite iam lá tomar o café.

[Té]

Era do meu tempo. Ia lá, mas era ver cinema.

[MTA]

Havia cinema. Havia tudo.

[Té]

Futebol. Agora tiraram tudo. Foi mau a associação ter perdido essas atividades.

Ainda para mais de com a mudança das instalações a associação ficou muito a perder.

[MTA]

Muito mesmo. A associação e a população. Mas mesmo agora ali está um sítio muito bonito.

Está muito arranjadinho. Mas o espaço não é daqueles grandes. Mas dá.

E tem tudo muito arranjado.

[Té]

Para quem tinha uma sala de cinema, de reuniões e perdeu-se isso tudo.

[MTA]

Nós tínhamos mesmo as cadeiras como no cinema.

[Té]

Havia lá uma salinha.

[MTA]

Havia atuações. Havia espetáculos.

[AB]

Havia teatro, não era?

[MTA]

Teatro feito pelas crianças que estavam no infantário que tinha a creche.

[Té]

E não só as crianças.

[MTA]

Até nós, os adultos. Havia iniciativas. Dava muita vida.

Está tudo um bocadinho mais morto. Mas há muita coisa. Ficou nas águas de Bacalhau.

[Té]

Ganhou no 25 de Abril e perdeu agora.

[AB]

E lembra-se como é que foi? Ou seja, no 25 de Abril começaram-se a construir estes bairros, certo? Lembra-se quando vieram falar com a associação?

Ou foi a associação que foi falar com a Câmara?

[Té]

Lembras-te?

[MTA]

A associação é que foi a fundadora disto. E depois até estavam com a ideia de fazer o segundo, que era na Rua de Entre-quintas. Mas não o construíram. Fizeram este.

Depois começaram a construir as casas. Mas antes de construir, nós também tivemos que dar os nossos nomes. E para ver o agragado de família que tínhamos.

Por exemplo, era só eu e a minha irmã. Naquela altura o meu pai já tinha falecido. Se o meu pai fosse vivo, eu tinha ficado com tipo 2 [tipologia de casa].

Mas como eu era doente dos ossos, eu precisava de um quarto só para mim. Fiquei com o tipo 2. A minha irmã tinha o quatinho dela e eu tinha o meu, que ainda hoje tenho.

[AB]

Lembra-se, se alguma vez foi alguma reunião com os arquitetos? Ou seja, uma reunião de associação em que os arquitetos tenham vindo?

[MTA]

Nesse ponto não me lembro. Sou franca, não me lembro. Lembro-me de ser o Sr. Camilo, a explicar tudo o que se passava.

[AB]

E depois, quando a associação foi criada e tomaram o edifício, ou seja, durante o dia, utilizavam muito esse edifício?

[Té]

A Tereza em específico utilizava. Ou seja, quando estava no dia a dia, como já estava reformada, ia para a associação durante o dia?

[MTA]

Não ia tarde como ia agora. Agora vamos mais. Porque agora tenho o centro do dia para fazer a classe. E naquela altura, não. Ia quem queria, quem não queria, não ia. Ia-se assistir às reuniões, às festas que havia.

Agora não. Agora temos uma salinha de convívio e lá está. Quem quer, vai.

Quem não quer, não vai. Mas está sempre ocupada. Está sempre a gente.

Estamos lá até às quatro e meia, mais ou menos. Pouco vem um carro buscar-nos. Àquela hora, às doze horas, está aqui à porta.

E leva-nos para baixo. E depois, às quatro, quatro e meia, trás-nos para cima. Porque também sou franca. Se não houvesse [a carrinha], eu não ia. É uma distância.

[AB]

E aqui é muito a descer, não é?

[MTA]

E temos aqui... Chamamos nós o cantinho. Há ali uma...

[AB]

Têm uma salinha, não é?

[MTA]

É... então, uma ou duas vezes por semana, fazemos ali. Ora, para mim, aqui já me dava jeito de ir. Mas para lá, para baixo, se não houvesse...

[MTA]

Se não tivesse o carro, a gente não ia.

[AB]

Então, e gosta de onde vive?

[MTA]

Gosto, sim. É muito segadinho. Até que antes diziam olha o bairro. É até pena chamar bairro a aquelas casas. Só estão retozinhas. Mas ainda hoje, falei com a minha irmã, há muitos sítios que não dizem uma construção. Por exemplo, apartamento.

Olha, há um bairro, olha ali outro bairro. Chamam bairro agora em qualquer sítio é bairro.

[AB]

Sim, eu para mim, ou seja, quando digo bairro, não associo a nada mal. Eu vivo num bairro. Ou seja, é um sítio onde vivem mais pessoas.

[MTA]

Mas antes, os bairros eram muito brilhantes. E eram assim. Estavam mais nos bairros camarários.

Eram.

[AB]

E agora é muito diferente. Ou seja, eu quando falo com mais pessoas, elas também me dizem que fazem a superação entre bairro e um edifício normal de habitação. Mas na realidade não há muita diferença. Mas aqui em baixo, na cooperativa, que para mim é um bairro. Só que eles lhes dizem lá em cima é um bairro e aqui é uma cooperativa.

[MTA]

Também foi a associação que fez esse bairro.

[AB]

Também foi a associação.

[MTA]

Mas quer dizer que ali foi feito de uma maneira e aqui foi feito de outra.

[AB]

Exatamente. Mas acho que não tem que ter problemas em dizer bairro.

[MTA]

É muito bonito. Mas nós só perdemos ali em baixo uma grande diferença.

Pois é, tem umas vistas. Porque, por exemplo, olha, da minha casa vejo até lá ao fundo tudo.

[Té]

É que a casa da minha tia não é esta. É no bloco da frente. Ah, então ainda é mais...

[MTA]

É só atravessar a rua e é a entrada 33.

[Té]

Mas ela está assim mais limitada.

[MTA]

Estou mais aqui em casa. Por exemplo, agora vem a hora de a gente ir para lá para baixo e vai a minha irmã a acompanhar. Ou a qualquer lado é a minha irmã ou a minha sobrinha que me acompanha.

E pronto, a minha vida é toda aqui.

[AB]

Notou diferença entre a casa onde vivia e a casa onde vive?

[MTA]

Eu estou num palácio. A minha casa era um armazém, como eu já disse. Isto aqui é um palácio. A minha casa atual é quase como esta, só que aqui é o tipo 3 e a minha é o tipo 2.

Agora neste momento até está lá o meu sobrinho.

[AB]

E acha que é importante contar esta história?

[MTA]

Ah, é muito! era bom que muitos pegassem nela e que houvesse um lugar e fosse da vontade e que alguém ajudasse essas pessoas a construir o que estes construíram. Porque se não, hoje eu não sei onde é que nós estaríamos. Porque se estava numa casa boa para dar...

[Té]

O que está a dar é despejar toda a gente e construir a hostela. Quem é?

[MTA]

Já foi dar a voltinha dela. Ah, é muito fofa. Em Vilar também em Vilar também fizeram quando a nós. Não sei se já ouviu falarem. Em Vilar também houve um bairro Lá em cima. E havia um senhor que vinha cá em baixo assistir às nossas reuniões Para aprenderem.

Para ele ter uma ideia mais ou menos de o que devia fazer. E também é um bairro enorme.

[AB]

É muito grande. E também está muito bem construído.

E lembra-se do arquiteto que fez isto?

[MTA]

Sou franca, não.

[AB]

Não?

[MTA]

Lembro-me de um senhor que andava aí que eu nem sei se era o mestre de obras Também era Mas para dizer se ouvisse hoje não o conheciam. Não falava assim com eles, não. A gente quando queria alguma coisa era cá a associação.

[AB]

Se pudesse voltar atrás, fazia alguma coisa diferente?

[MTA]

Eu acho que não. Tudo está bem. Não tinha nada a mudar.

[AB]

E para a frente?

[MTA]

Não sei. Sou franca. Eu sinto-me tão bem com aquilo que tenho. Que não desejo mais.

[AB]

Falou nesta diferença que havia antes de serem pessoas muito próximas e que agora estão a se afastar. Porque já não vivem tão perto, já não comunicam tanto.

[MTA]

Onde morávamos, eram as portas quase todas assim, não é? Porque havia um vizinho e havia outro. É que agora é totalmente diferente.

[Té]

Agora, porque no início as pessoas até conviviam mais assim na rua. Mesmo na minha infância convivíamos mais.

[MTA]

Havia mais crianças.

[Té]

Agora está tudo muito diferente. Está tudo muito reservado. Se calhar no verão é que há assim mais gente aí na rua.

[MTA]

Crianças que hajam, são os netos. Por exemplo, a minha sobrinha, se tivesse casada, podia ter já. Também aqui filhos pequenos, não é como muitos.

E a mocidade que havia quando nós viemos para cá, hoje são pais, avós e assim.

[AB]

Mas, por exemplo, no São João, como é que é aqui? Há festa? As pessoas saem?

[MTA]

Cada uma acende o seu fogueirinho, assávamos as sardinhas, quem quiser põe alguma coisinha, quem não quiser não está.

[AB]

Mas volta a sentir aquele espírito de...

[MTA]

De São João.

*Maria Teresa Aveiro reformou-se aos 30 anos porque tem problemas de ossos. A atividade dela era tomar conta dos sobrinhos

apêndice d

Entrevista ao Arquiteto Manuel Fernandes de Sá

Data: 23 de outubro de 2025

Nota editorial

A presente transcrição encontra-se incompleta, uma vez que parte dos ficheiros de áudio da entrevista se perdeu, não sendo possível recuperar a totalidade da gravação original.

[...]

[Afonso Bernardo]

Como surgiu o contacto entre o arquiteto e a Associação de Moradores de Massarelos?

[Manuel Fernandes de Sá]

Já havia uma disponibilidade mútua para esse contacto. Eu lembro-me de dizer: se aparecer alguma comissão, avisem-me; se aparecer alguma brigada, avisem-me. E, de certa forma, foi isso que aconteceu - cruzámo-nos e começámos a trabalhar juntos.

Eu não tenho a certeza absoluta se foi exatamente assim, mas, se não foi, foi muito perto disso. O que sei é que começámos a trabalhar com a Comissão de Moradores de Massarelos e foi um processo muito interessante. No início, a população estava ainda pouco envolvida e tinha pouco conhecimento destes processos. Nós próprios também não sabíamos tudo.

Apesar disso, havia um empenho muito grande na participação com a população. Logo a seguir ao 25 de Abril estávamos muito mobilizados para essa ideia de trabalho conjunto e de envolvimento direto das pessoas no processo.

[AB]

O 25 de Abril facilitou essas dinâmicas?

[MFS]

Facilitou muito. Foi um momento decisivo. Começámos a trabalhar com a Comissão de Moradores de Massarelos, que ainda não era formalmente uma associação. Rapidamente criámos uma relação de proximidade. Éramos mais ou menos da mesma idade e estávamos preocupados com as mesmas questões. Era uma relação de ajuda mútua: eles precisavam de apoio técnico, nós queríamos intervir naquele contexto.

Uma das coisas fundamentais, logo no início, era que a Comissão de Moradores tivesse presença e visibilidade, que as pessoas soubessem que ela existia. Lembro-me de ajudar a montar um infantário e de dar aulas de desenho às crianças pequenas, como forma de envolver as famílias num projeto comum.

Cheguei a andar com grupos de crianças a incentivar os pais a participarem na comissão. Fizemos até uma espécie de procissão de miúdos, todos com bandeirinhas, para entusiasmar as pessoas a aderirem. Isso foi muito importante naquela fase inicial.

[AB]

Como é que caracterizava Massarelos nessa altura?

[MFS]

Era um bairro pobre, com muitas carências. As pessoas viviam em condições muito difíceis, muitas vezes em casas sobrelotadas, com várias famílias a partilharem o mesmo espaço. Não eram propriamente ilhas, mas habitações muito fragmentadas, com subarrendamentos sucessivos.

Apesar disso, o bairro começou a ganhar um certo protagonismo. E houve uma decisão que foi absolutamente marcante: a ocupação do edifício da Associação de Moradores. Era um edifício projetado pelo arquiteto Godinho, muito interessante, que estava praticamente abandonado.

[AB]

Essa ocupação partiu de quem?

[MFS]

Foi uma ação conjunta entre a Comissão de Moradores e a brigada. Já trabalhávamos todos em conjunto. A operação foi muito bem organizada, quase como uma operação militar, e correu muito bem. De um dia para o outro, passámos a ter um espaço enorme.

Lembro-me que a festa de inauguração foi um jogo de futebol dentro do edifício, entre a equipa da brigada e a equipa da associação. Perdemos, levaram-nos uma grande tarefa, mas ficámos mais amigos e mais unidos.

A partir daí, começámos a organizar o edifício: um piso para atividades com idosos, outro para crianças, espaços comuns, Salas de reunião. Começámos verdadeiramente a apropriar-nos daquele espaço.

Entrámos em contacto com a Câmara, que nos disse que o edifício não era nosso, mas que o poderíamos usar enquanto fosse possível. Nunca soube se houve um documento formal a ceder o espaço, mas a verdade é que o utilizávamos como sede da associação. Fizemos obras, pintámos, arranjámos, tratámos o edifício como nosso.

[AB]

Quando é que começam a pensar na primeira operação de habitação?

[MFS]

Depois de estarmos instalados, começámos a pensar na primeira grande operação: o bairro. Havia um terreno que pertencia à Universidade do Porto, numa zona mais afastada do polo universitário, o que facilitou o processo. Falámos com a Câmara, foram feitos projetos e protocolos. Na altura, eu era um dos mais velhos da equipa. Havia também antigos alunos meus, como o Rui Louro, e foram-se juntando outras pessoas, sobretudo alunos. Eu dava aulas de Análise Urbana e apoiava projetos de arquitetura a partir do ponto de vista urbanístico.

Entretanto, por uma questão de coerência profissional, criámos uma cooperativa de trabalho - a CEAPE, Cooperativa de Estudos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia. Fomos crescendo como equipa, integrando engenheiros e outros técnicos.

A Câmara e o SAAL estiveram sempre envolvidos. A gestão financeira não era nossa, era da associação. Nessa altura, a associação já tinha personalidade jurídica, já tinha atividades diversas em funcionamento e uma forte presença no território.

[AB]

Quanto tempo decorreu entre o 25 de Abril e o início do desenho do bairro?

[MFS]

Cerca de um ano, um ano e meio. Foi muito rápido.

[AB]

A brigada era composta por técnicos de várias áreas, certo?

[MFS]

Sim. Havia arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, economistas. Trabalhávamos todos juntos. Tínhamos um pequeno escritório na Rua de Monte Cativo, mas o grosso do trabalho era feito no âmbito do SAAL. A maior parte das pessoas trabalhava diretamente para o SAAL, e algumas atividades paralelas serviam para garantir rendimentos mínimos.

[AB]

Como é que se articulavam a dimensão técnica, política e pessoal nesse trabalho?

[MFS]

Estava tudo misturado. Nós tínhamos mais formação política do que a população, mas eles estavam no terreno, na luta diária. O SAAL era uma instituição progressista, mas havia sempre o risco de captura partidária.

Uma das minhas maiores preocupações era garantir que a Associação de Moradores se mantivesse independente de partidos políticos. Caso contrário, aquilo poderia correr muito mal, como aconteceu noutros sítios.

A malta de Massarelos partilhava muito essa preocupação. Havia uma defesa clara da independência política. O projeto foi muito difícil, porque todos tínhamos pouca experiência: nós como técnicos, eles como clientes. Mas discutíamos tudo, e isso foi fundamental para o processo.

Havia, desde o início, uma vontade comum, nós queríamos fazer um projeto que a população queria, e eles queriam exatamente a mesma coisa. Era uma experimentação de ambos os lados.

Era um processo difícil, porque, como é natural, as pessoas não percebiam facilmente os desenhos técnicos. Para ajudar, fizemos uma maquete das casas, à escala, com camas e mobiliário, para que percebessem o que estavam a adquirir. Foi um processo muito interessante. As pessoas faziam perguntas concretas - porque é que isto não puxa para ali, porque é que isto não funciona assim - e isso foi uma aprendizagem enorme para nós. Para eles também, porque acabaram por construir aquilo que realmente queriam.

O projeto foi primeiro aprovado com a população e só depois seguiu para aprovação institucional. A partir daí, os concursos foram avançando. À medida que o processo avançava, as pessoas começaram a ganhar confiança e começaram também a surgir pequenas alterações: mudar uma parede, ajustar um espaço. Tudo isso era sempre discutido connosco.

Entretanto, a associação ganhou força. Tinha creche, centro cultural, centro de dia, atividades desportivas. Tornou-se uma estrutura muito completa, algo pouco comum na altura.

Havia outras experiências semelhantes, como a da Bolsa, na zona da Lapa, ou o bairro do Leal, ligado ao Sérgio e ao Alexandre Alves Costa. Mas, no nosso caso, a preocupação com o projeto e com o envolvimento das pessoas foi sempre central.

Desde o início houve também uma preocupação forte com os custos. Tudo tinha de ser o mais barato possível.

Por exemplo, as caixilharias foram dimensionadas em função do comprimento dos perfis, para maximizar o aproveitamento do material e reduzir desperdício.

Outra preocupação importante foi a flexibilidade das casas. Pensava-se em famílias que podiam crescer, em filhos ou até em sogras que viessem viver para casa. Os espaços eram pensados para permitir adaptações ao longo do tempo. Já na primeira fase havia essa preocupação, que se aprofundou ainda mais na segunda.

À medida que as casas iam ficando prontas, as pessoas iam mudando. Durante muitos anos, continuaram a funcionar no edifício atividades como a escola, a creche e a componente cultural, até que, pouco a pouco, os participantes se tornaram moradores. Havia muita solidariedade entre eles, festas, celebrações como o São João da associação. Com o tempo, tudo entrou numa certa normalidade.

[AB]

Houve conflitos ou situações mais caricatas durante esse processo?

[MFS]

Havia sempre algumas pessoas mais difíceis, algumas tentativas de controlo político, mas essas situações foram sendo ultrapassadas. Apareciam pessoas ligadas a diferentes correntes políticas, mas no fundo todos queriam a mesma coisa. O projeto avançou.

O primeiro conjunto de casas não era particularmente sofisticado do ponto de vista arquitetónico, mas cumpria o seu papel. E, acima de tudo, as pessoas gostam muito de lá viver. Ainda hoje se sentem confortáveis, conhecem os vizinhos e não querem sair.

Depois veio a segunda fase, já com a cooperativa de habitação. A associação percebeu que fazia sentido avançar para esse modelo. Eram duas entidades distintas, mas com as mesmas pessoas envolvidas. Já não funcionávamos como brigada, mas como uma cooperativa de trabalho.

O projeto da cooperativa foi muito diferente do primeiro. Já tínhamos aprendido muito. Houve uma preocupação maior com a arquitetura e com a responsabilidade urbana do terreno. Estávamos mais próximos do centro histórico e isso exigia outro cuidado.

As casas da cooperativa são mais elaboradas. A preocupação com a flexibilidade manteve-se, por exemplo através de habitações com dois acessos, permitindo diferentes organizações familiares. Isso refletia uma maturidade maior do projeto.

[AB]

Como surgiu a colaboração com o arquiteto Francisco Barata?

[MFS]

Foi uma coisa natural. Éramos amigos e eu precisava de um arquiteto para trabalhar. A associação também já o conhecia do contexto do SAAL.

O terreno da cooperativa não foi a primeira escolha, mas foi o que se conseguiu adquirir, sobretudo por ser mais barato. Houve outras hipóteses, como uma expansão pela Rua do Vilar, mas essa terceira fase nunca chegou a acontecer.

Mesmo assim, essa ideia de continuidade urbana está presente no projeto. A tipologia, a fenestração e a linguagem aproximam-se mais do Massarelos antigo.

[AB]

Houve dificuldades na aquisição do terreno?

[MFS]

Sim. A Câmara considerava o terreno muito nobre para habitação de custos controlados. Houve várias mediações e contactos, em que o arquiteto Manuel Sá teve um papel importante para que o processo avançasse.

Na fase da cooperativa já trabalhávamos de forma diferente. Sentíamo-nos mais realizados porque já estávamos a fazer arquitetura com mais cuidado. A Câmara também percebeu que valia a pena, porque o trabalho era sério, a construção era boa e os custos eram controlados.

[AB]

Em termos urbanos, como se relaciona este projeto com outros trabalhos que fizeram na cidade?

[MFS]

O pensamento urbano esteve sempre presente. Mais tarde trabalhámos, por exemplo, no plano da marginal, entre São Francisco e a Foz. Foi um processo diferente, mas com a mesma preocupação urbana.

Nessa altura também trabalhávamos noutros projetos importantes, como o plano de urbanização da Avenida da Liberdade, em Lisboa. Defendíamos que os planos urbanos não deviam ser apenas regulamentos quantitativos, mas também instrumentos de desenho.

A cidade é dinâmica e os planos são estáticos, o que cria sempre tensões. Em algumas zonas mais complexas era necessário desenhar, experimentar, propor formas de implantação.

Esse trabalho marcou muito a forma como sempre encarei a arquitetura e o urbanismo, como algo profundamente ligado ao território, às pessoas e ao tempo.

apêndice e

Entrevista a Rosa Almeida, associada da AMM e membro dos seus órgãos sociais

Data: 6 de novembro de 2025

[Afonso Bernardo]

Qual é o início da história da Associação de Moradores de Massarelos

[Rosa Almeida]

Então é assim, olha, a associação começou de uma forma simples. Antes do 25 de Abril, o bispo mandava para Massarelos todos os padres progressistas. Todos os padres que tinham umas ideias mais... que ele achava que eram mais de esquerda. Encaminhava-os todos para Massarelos.

Então passaram por lá muitos padres que hoje já não são padres. Casaram, têm família. Passou lá também o famoso padre Mário, só que esse foi rapidamente expulso.

[Afonso Bernardo]

Mas por causa das ideias?

[RA]

Pois, porque ele, por exemplo, nos cursos de padrinhos, aconselhava a não batizar as crianças. Dizia que a pessoa devia batizar-se em adulta e escolher o que queria. Portanto, muita gente não batizou as crianças naquele momento. Também a questão do casamento não era muito forte para ele. Então o bispo, claro, tirou-o de lá.

Mas os outros padres, os anteriores, foram padres muito bons. E quem ia à missa, quem frequentava a igreja, no fim de cada missa, íamos para uma salinha que a igreja tem ao lado e fazíamos ali reuniões, onde falávamos de tudo, onde as pessoas eram confrontadas.

[AB]

Naquela igreja que é ao pé da Rua do Cristo.

[RA]

Exatamente. Do Cristelo.

Então começou a sair dali um grupo, com ideias diferentes, muito mais virado para os interesses da população, já um bocadinho mais para a política e tal.

[AB]

Isto antes do 25 de Abril?

[RA]

Antes do 25 de Abril, muito antes.

Então, nessas reuniões que fazíamos, o que é que toda a gente dizia que fazia muita falta na freguesia? Uma creche, um infantário. Porque as mães queriam ir trabalhar e não podiam. Os rendimentos dos pais eram baixos, as pessoas viviam mal, e elas queriam ir trabalhar para ajudar e não conseguiam porque não tinham onde deixar os filhos.

Não se tratava propriamente de um infantário nem de uma creche estruturada. O primeiro sítio onde se puderam pôr as crianças, com pessoas da freguesia disponíveis para tomar conta delas, foi na própria sacristia da igreja. Tiraram tudo o que era santos e coisas assim, e os miúdos iam para lá e nós ficávamos a tomar conta deles. A minha mãe, por exemplo, e muitas senhoras que não trabalhavam, que estavam em casa, iam para lá tomar conta delas.

Naturalmente, a situação tornou-se difícil de gerir. Os miúdos assaltavam tudo quanto era lado, não estavam habituados. Estavam habituados a andar na rua, e de repente estavam ali presos numa sala. Aquilo não se aguentou. Claro que não deu certo.

Como aquilo não estava a resultar, começámos a procurar outro lugar. Sabíamos que o edifício da antiga Cruz Vermelha - que antes ainda tinha sido da PIDE - ficava ali no Bicalho.

[AB]

Mesmo em frente à Cooperativa.

[RA]

Exatamente. É onde está aquele largo com os caixotes do lixo, que depois dá para o bairro.

Essa casa tinha sido da PIDE, depois passou para a Cruz Vermelha, e mais tarde foi abandonada. Nós fomos para lá, para uma sala, umas águas-furtadas.

[AB]

Mas vocês ocuparam?

[RA]

Não, não. Deram-nos o espaço. Cederam-no. E nós fomos para lá com os miúdos. Mas também era um espaço morto, não tínhamos material, não tínhamos nada. Era só brincar com os miúdos e, pronto, também não estava a resultar muito.

[AB]

E onde é que a Rosa vivia nessa altura?

[RA]

Eu vivia mesmo em Massarelos, ali perto de onde é agora o Infantário Novo. Era uma rua que sobe, num prédio ali.

[AB]

E como é que eram as condições de vida?

[RA]

Naquela altura eram muito complicadas. Embora eu, como era jovem, não me apercebesse muito. Só depois do 25 de Abril é que comecei a ouvir as notícias e a perguntar à minha mãe se aquilo tinha sido mesmo assim tão difícil. Eu não me apercebia de nada, porque os meus pais tentavam dar-me o máximo. Estudei e tudo.

[AB]

E lembra-se da sua casa?

[RA]

Lembro.

[AB]

Como é que era?

[RA]

A primeira casa onde vivi era horrível. Tinha três divisões: um quarto para os meus pais e para mim, outro quarto para a minha madrinha - a irmã da minha mãe - e o marido, e a cozinha. A casa de banho era cá fora. Não tínhamos onde tomar banho, não tínhamos nada.

Depois passámos para a casa em frente, mais acima na rua. Essa casa era grande e fomos todos para lá, cada qual para o seu andar. Mesmo assim, foi o meu pai que improvisou um chuveiro, que fez uma casa de banho. No rés-do-chão vivia um senhor com a esposa e dois filhos, numa sala para tudo.

As condições habitacionais eram, de um modo geral, muito precárias.

As condições de habitação, de um modo geral, eram muito precárias. Continuámos a procurar soluções para instalar a creche e o infantário, mas não era fácil encontrar espaços adequados.

Entretanto, surgiu a possibilidade de ocupar o edifício que era conhecido como o Hotel 20, onde hoje funciona o hotel com o mesmo nome. Esse edifício estava abandonado. O Champalimaud tinha comprado o imóvel com a intenção de ali instalar uma fábrica de cimento, mas a Câmara Municipal não autorizou, por se tratar de um edifício de utilidade pública e com valor arquitetónico. Como perdeu o interesse, deixou lá apenas alguns funcionários e usava o espaço como armazém de cimento.

Isto ainda aconteceu antes do 25 de Abril. Mais tarde, já após a Revolução, no contexto das ocupações, começámos a questionar por que razão nós próprios não poderíamos também ocupar um espaço.

Foi um processo muito organizado. Contou com o apoio da equipa do Manuel Sá, de muitos estudantes de Belas-Artes e também de Economia - a mulher dele era formada em Economia. Tudo foi muito bem planeado e coordenado: carros a circular com megafones, distribuição de panfletos a convocar as pessoas, e uma ação concertada para a ocupação do edifício.

Assim que a ação começou, um dos responsáveis arrombou a porta e as pessoas entraram. Toda a gente que estava na rua entrou. A ocupação aconteceu ao final da tarde, quando as pessoas estavam a sair do trabalho. No primeiro dia apareceu a polícia, mas afirmámos que não sairíamos. A polícia acabou por se retirar e ficámos.

Nas primeiras noites, como o edifício tinha muitos vidros partidos e era fácil entrar, os homens começaram a dormir lá dentro, com sacos-cama e colchões improvisados, para garantir a segurança do espaço. Durante o dia, as mulheres iam para lá e tomavam conta do edifício e das crianças. Os miúdos ocupavam o antigo pavilhão onde se vendia o peixe, jogavam à bola e tinham ali um espaço que nunca tinham tido.

Foi assim que o edifício começou a ser apropriado coletivamente e a transformar-se num espaço da comunidade.

[AB]

A Rosa tinha que idade nessa altura?

[RA]

Eu teria por volta dos dezoito ou dezanove anos. No dia 25 de Abril sei que tinha dezoito anos. Pouco tempo

depois, quando quis entrar para a faculdade de Economia, tive de fazer um ano de trabalho com a comunidade - não se chamava estágio, tinha outra designação.

Muita gente foi colocada em bibliotecas ou câmaras municipais. Como eu já estava ligada à associação, perguntei se podia fazer esse ano ali, e aceitaram.

[AB]

O seu pai também fazia parte da associação, certo?

[RA]

Sim, o meu pai fazia parte. Foi na associação que fiz esse ano de preparação. Tinha então cerca de dezenove ou vinte anos.

[AB]

Portanto, lembra-se bem desse período.

[RA]

Lembro-me perfeitamente.

[AB]

E do próprio dia 25 de Abril, lembra-se?

[RA]

Lembro-me parcialmente. Sei que fecharam as escolas e mandaram-nos para casa. Ficámos a ouvir as notícias.

O meu pai era metalúrgico, e os sindicatos metalúrgicos eram muito fortes. Faziam muitas manifestações e, quando havia manifestações, iam sempre na frente. Eram muito organizados.

O meu pai ia às reuniões do sindicato. Não fazia parte de nenhum partido, nem percebia muito de política, mas tinha uma consciência muito clara das condições dos trabalhadores. Em casa, quando via o Salazar ou o Marcelo Caetano no jornal ou na televisão, criticava-os abertamente. Eu ouvia tudo isso e ia interiorizando.

Lembro-me de um episódio em que ia no elétrico com o marido da minha madrinha. Ele abriu o jornal e apareceu o Marcelo Caetano. Eu disse em voz alta que aquele era o homem de quem o meu pai não gostava. Ele ficou aterrorizado, mandou-me calar e saiu duas paragens antes, com medo de estar a ser seguido. Foi aí que percebi verdadeiramente o clima de medo em que se vivia.

Essas experiências ajudaram-me a compreender melhor o que significou o 25 de Abril e a importância do que estava a acontecer naquele momento.

[AB]

Há registos desse período? Fotografias, panfletos?

[RA]

Tenho a impressão de que não ficaram muitos registos. Naquela altura ninguém pensava em guardar coisas para a história. Não havia essa consciência. Não guardámos panfletos nem documentação.

Acredito que existam algumas fotografias na associação, mas sobretudo da creche. Há muitas imagens da creche, das crianças, das atividades. Das ocupações propriamente ditas, penso que há muito pouco.

[AB]

Nem os panfletos que distribuíam na altura?

[RA]

Não. Os jornais chegaram a ir lá, mas nós não ficámos com nada. Não tínhamos máquinas fotográficas. As pessoas não tinham esse hábito, nem essa possibilidade.

Lembro-me, no entanto, que fizemos um peditório pela zona, junto de pessoas mais favorecidas, que foram extraordinárias. Deram brinquedos, materiais, tudo o que já não precisavam. A creche ficou muito bem equipada. Recebemos camas, brinquedos, mobiliário.

Começámos também a fazer pequenas obras no edifício, sobretudo na parte onde morava o veterinário e o guarda, junto à Rua D. Pedro V. O resto do edifício manteve-se praticamente inalterado.

[AB]

Essas obras tiveram apoio técnico?

[RA]

Sim, com subsídios e com apoio do Manuel Sá. A partir de certa altura começámos a tratar da legalização da associação.

Houve muitas deslocações a Lisboa, muitas reuniões com ministérios. O meu pai e outros membros da direcção iam sempre por conta própria. A associação não tinha dinheiro para pagar viagens, refeições ou estadias. Ficavam em casas de familiares ou amigos.

Apesar de todas as dificuldades, aquele edifício tinha uma grande vantagem: permitia concentrar muitas valências. Na parte de cima funcionavam a creche e o infantário. No primeiro andar ficavam a terceira idade, o ATL e a secretaria. Chegámos também a ceder uma sala a um lar ligado à Nossa Senhora da Boa Viagem, enquanto se organizavam noutro espaço.

No rés-do-chão ficava o antigo pavilhão, que passou a ser usado para actividades diversas. Organizavam-se festas, bailes e eventos culturais. Foi assim que a associação começou também a gerar algum rendimento, sempre reinvestido nas actividades.

Essas iniciativas ajudaram a consolidar a associação como um verdadeiro espaço comunitário, com uma presença muito ativa na vida quotidiana de Massarelos.

[AB]

Para além das valências sociais, que tipo de actividades culturais se desenvolveram na associação?

[RA]

Para além dessas actividades, houve também um investimento muito grande na dimensão cultural. Passaram pela associação várias pessoas conhecidas, sobretudo ligadas à música e à cultura.

Lembro-me, por exemplo, de o José Afonso ter ido cantar à associação. Era algo que queríamos muito que acontecesse. Conseguimos que fosse lá e foi um momento muito marcante. Todo o dinheiro que se juntou nesse dia, até à última moeda, foi para lhe pagar. Não ganhámos nada com isso. Contámos o dinheiro moeda a moeda. Também lá foi o Sérgio Godinho, levado pelo Manuel Sá, num baile dos Santos Populares. Esse episódio foi mais conturbado, porque algumas pessoas queriam apenas continuar a dançar e não aceitaram bem a interrupção para o concerto. Houve alguma tensão, mas acabou por correr bem. O Sérgio Godinho ainda cantou algumas músicas.

Houve também a presença de um dos capitães de Abril, levado igualmente pelo Manuel Sá e pela mulher. Preparámos tudo com muito cuidado, e houve até um momento caricato com a música que devia tocar na receção. Apesar disso, foi um encontro vivido com grande entusiasmo.

Para além dos concertos, organizaram-se exposições e iniciativas muito diversas. Uma das que mais me marcou foi uma exposição intitulada Nós, artistas do dia-a-dia. Toda a gente participou: bordados, rendas, macramé, desenhos, pinturas, trabalhos manuais. As senhoras mais velhas faziam bolos, algumas peças estavam tão bonitas que as crianças nem queriam comer.

No ATL também se produziram muitos trabalhos com as crianças. Tudo isto contribuiu para criar um ambiente de grande envolvimento coletivo. A associação era um espaço vivido diariamente, onde se cruzavam gerações, atividades e experiências muito diferentes.

Essas iniciativas culturais tiveram um papel fundamental na afirmação da associação como um espaço de pertença, aprendizagem e expressão coletiva.

[AB]

Em que momento é que a questão da habitação se torna central para a associação?

[RA]

Depois dessas fases iniciais, começou a surgir com mais força a questão da habitação. Já tínhamos a creche, o infantário, o ATL, a terceira idade, e começámos a perceber que as condições de vida das pessoas eram, em muitos casos, extremamente graves.

Começámos então a fazer visitas às casas das pessoas que se inscreviam. Íamos ver as condições em que viviam. Foi um choque muito grande. Eu não tinha noção da realidade que existia ali, tão perto de nós.

Vimos situações verdadeiramente chocantes. Desde famílias inteiras a viverem em divisões únicas, sem condições mínimas, até casos que me marcaram profundamente. Um dos que mais me impressionou foi o de um casal que vivia num antigo pombal. Era um espaço inacreditável, e eu não conseguia compreender como conseguiam sequer lá viver.

Outro caso que me marcou muito foi o de uma senhora que vivia em Entre-quintas, numa zona junto a Vilar. A casa tinha sido, em tempos, uma casa senhorial, com cavalariças. O que aconteceu foi que lhe alugaram apenas a parte das antigas cavalariças. Era ali que vivia com o marido e os filhos.

Quando chegava a hora das refeições, montavam uma mesa naquele espaço. Depois de comerem, desmontavam tudo e montavam as camas no mesmo sítio, onde dormiam. Era ali que cozinhavam, comiam e dormiam. Foi, para mim, uma das situações mais duras que presenciei.

Essas visitas tornaram muito clara a urgência da questão da habitação e reforçaram a convicção de que era necessário avançar para uma solução coletiva. Foi nesse contexto que a ideia do bairro começou a ganhar forma, não como um projeto abstrato, mas como resposta direta a situações concretas de grande fragilidade social.

[AB]

Que tipo de conflitos surgiram nesse período, antes da construção do bairro?

[RA]

Um dos primeiros grandes combates que tivemos foi contra as sub-aluga. Havia pessoas que alugavam um único quarto a famílias inteiras. Nesses espaços fazia-se tudo: dormia-se, cozinhava-se, comia-se. Eram situações de enorme exploração.

Algumas dessas pessoas que exploravam os inquilinos tornavam muito difícil qualquer tentativa de intervenção. Houve casos de grande conflito. Lembro-me, em particular, de uma situação em que uma dessas senhorias não deixava ninguém entrar e reagia com agressividade.

Numa das tentativas de intervenção, um dos membros da direção acabou fechado dentro da casa. Quando soubemos do que se estava a passar, fomos todos para lá. Foi um momento de grande tensão. A nossa intenção não era confrontar, mas falar com as pessoas que lá viviam, explicar-lhes que estavam a ser exploradas e que tinham direitos.

Essas situações eram muito difíceis de gerir, sobretudo porque muitas das pessoas que viviam nessas condições tinham medo de perder o pouco que tinham. Ainda assim, com persistência, essas práticas foram sendo progressivamente combatidas. Algumas sub-aluga acabaram, outras deixaram de existir com o tempo.

Essa foi uma das primeiras grandes lutas da associação no território, ainda antes da construção do bairro. Mostrou-nos que a questão da habitação não se resolvia apenas com a construção de casas, mas também com a defesa ativa da dignidade das condições de vida existentes.

[AB]

Como é que se estruturou, na prática, o projeto do bairro?

[RA]

A partir desse momento, a ideia de construir um bairro começou a ganhar consistência. Já não se tratava apenas de reconhecer os problemas, mas de procurar uma solução concreta e duradoura. Sabíamos que havia outras associações que estavam a construir habitação e isso também nos deu alguma confiança para avançar.

O projeto do bairro foi pensado em várias fases. No total, estavam previstas sete fases de construção. A primeira destinava-se às pessoas que se tinham inscrito desde o início e que acreditaram verdadeiramente no processo. Inscrever-se era fácil; acreditar e manter-se envolvido ao longo de todo o percurso era muito mais difícil.

Uma das coisas que se tornou muito evidente foi o papel central das mulheres. Foram maioritariamente as mulheres que acreditaram, que se inscreveram como sócias, que pagaram quotas e que estiveram sempre presentes. Muitos homens afastaram-se ou participaram menos. Por isso, costumo dizer que aquele é, acima de tudo, um bairro de mulheres.

As fases seguintes destinavam-se a outros grupos, incluindo os membros mais novos da direção, que ficariam para as últimas fases, previstas para terrenos situados noutras zonas. No entanto, esse plano acabou por não se concretizar na totalidade.

Apesar das dificuldades, o bairro que se construiu resultou de um processo profundamente coletivo, marcado pela persistência, pela confiança mútua e por um forte sentido de justiça social. Não foi apenas um projeto de habitação, mas a materialização de uma luta prolongada pelo direito a viver com dignidade.

[AB]

Quando é que surgem os limites do apoio do Estado e a necessidade de criar uma cooperativa?

[RA]

A partir daí começaram também a surgir limites claros no apoio do Estado. Inicialmente houve financiamento e disponibilidade para avançar, mas, a certa altura, esse apoio foi sendo retirado. Foi-nos dito que, para continuar a construir, já não seria possível fazê-lo como associação.

A única hipótese colocada foi a constituição de uma cooperativa de habitação. Caso contrário, não haveria mais financiamento público para novas fases. Perante essa imposição, decidiu-se avançar com a criação da cooperativa, como forma de dar continuidade ao processo.

No entanto, essa transição não foi pacífica. Surgiram logo divergências internas, sobretudo em relação aos princípios da cooperativa. Uma das maiores preocupações era a possibilidade de as casas virem a ser vendidas no futuro. Para muitos de nós, isso contrariava o espírito inicial do projeto, que não tinha como objetivo a valorização patrimonial individual, mas sim garantir habitação digna.

A direção da associação era, numa fase inicial, a mesma da cooperativa. Ainda assim, estas diferenças de entendimento geraram conflitos. Algumas pessoas afastaram-se, outras mantiveram-se. Foi um momento de grande tensão interna.

Apesar disso, a cooperativa avançou e permitiu que o processo de construção continuasse, ainda que já num enquadramento diferente daquele que tinha marcado a fase inicial da associação. Essa mudança marcou profundamente o rumo do projeto e o modo como ele viria a ser vivido no futuro.

[AB]

No caso concreto da cooperativa, como foi resolvida a questão do terreno?

[RA]

No âmbito da cooperativa, houve também a questão do terreno onde ela veio a ser implantada. Esse terreno acabou por ser vendido à cooperativa pela família do advogado da associação. Foi um valor muito inferior ao que seria expectável, precisamente porque havia uma grande identificação com o projeto e com os seus objetivos sociais.

O advogado acompanhou todo o processo jurídico e esteve muito envolvido na defesa da associação e da cooperativa. Conhecia bem o percurso que tinha sido feito e acreditava no projeto, o que foi determinante para que a cooperativa pudesse avançar naquele local.

Apesar disso, eu própria já não acompanhei de forma próxima essa fase. Nessa altura estava muito mais dedicada ao infantário e às valências sociais. A questão da habitação passou a ser acompanhada sobretudo por outros membros da direção, que não estavam presentes diariamente na associação.

Com o tempo, fui-me afastando progressivamente do processo da cooperativa. Mantive sempre uma ligação afetiva e de proximidade, mas já não participei ativamente nas decisões nem no acompanhamento do desenvolvimento do projeto.

Esse afastamento marcou também uma mudança pessoal. A associação continuava a ser um espaço fundamental, mas a cooperativa passou a seguir um caminho mais autónomo, com dinâmicas próprias, diferentes daquelas que tinham caracterizado o processo inicial coletivo.

[AB]

Qual foi o seu envolvimento profissional na associação ao longo desses anos?

[RA]

Nessa altura comecei também a trabalhar formalmente na associação. Depois de terminar o trabalho com a

comunidade, tentei continuar os estudos, mas não me adaptei. Acabei por procurar emprego e surgiu a possibilidade de ficar a trabalhar na própria associação, o que gerou alguma resistência inicial, sobretudo por parte do meu pai.

Acabei por assumir funções muito diversificadas, sobretudo ligadas à creche, ao infantário e ao ATL. O trabalho era intenso e exigente. Durante um período, cheguei a ficar praticamente sozinha a assegurar o funcionamento do infantário, depois da saída das educadoras que lá estavam.

Essa fase foi particularmente difícil. O infantário estava muito desorganizado, com falta de regras e de materiais, e tive de assumir responsabilidades para as quais não tinha formação formal, mas às quais procurei responder com sentido de responsabilidade. Trabalhava muitas horas por dia, assegurando refeições, atividades e cuidados básicos às crianças.

Houve situações muito delicadas, nomeadamente quando alguns pais não conseguiam levar a comida para os filhos. Nesses momentos recorri à ajuda da minha família e de vizinhos para garantir que nenhuma criança ficava sem comer. Foram experiências muito duras, mas também muito marcantes.

Com o tempo, tornou-se claro que as condições de trabalho eram muito precárias e que não havia possibilidade de progressão nem de estabilidade. As vigilantes e auxiliares eram sempre as mais mal pagas, apesar de assegurarem grande parte do funcionamento diário.

Perante essa realidade, acabei por sair da associação para procurar outro emprego. Foi uma decisão difícil, mas necessária. Continuei ligada afetivamente à associação, mas já sem o envolvimento diário que tinha marcado os anos anteriores.

Esse afastamento coincidiu também com um período de transformação da própria associação e do bairro, marcado por uma participação cada vez mais reduzida dos moradores e por um enfraquecimento do espírito coletivo que tinha caracterizado a fase inicial.

[AB]

Como caracteriza a situação atual do bairro e da associação?

[RA]

Atualmente, a realidade do bairro é muito diferente daquela que existia no início. Nota-se uma participação muito reduzida por parte dos moradores. A maior parte das pessoas já não se envolve nas atividades da associação nem sente a necessidade de participar coletivamente.

O bairro envelheceu, e muitas das pessoas que estiveram na origem do processo já não estão presentes. Os filhos dessas primeiras moradoras continuam a viver ali, mas sem o mesmo sentido de pertença ou de responsabilidade coletiva. Existe uma relação muito mais individualizada com o espaço.

Faço parte da direção praticamente por necessidade, não por vontade própria. Em determinado momento, não havia ninguém disponível para assumir responsabilidades e temeu-se que a associação pudesse desaparecer. Por isso, juntamente com outras pessoas da família, aceitei integrar a direção.

No entanto, é muito difícil mobilizar os moradores. As reuniões têm pouca participação e, muitas vezes, as pessoas só se aproximam da associação quando surge um problema concreto, como infiltrações, obras ou pedidos de apoio financeiro. Não existe uma lógica de envolvimento contínuo.

Ainda assim, algumas valências mantêm-se ativas, sobretudo ligadas à terceira idade. São essencialmente as mulheres mais velhas que continuam a participar, a organizar atividades e a manter algum espírito de comunidade. Esta realidade obriga a uma reflexão profunda sobre a forma como os projetos coletivos evoluem ao longo do tempo e sobre as dificuldades em manter viva uma ideia de comunidade quando as gerações mudam e os contextos sociais se transformam.

[AB]

Quais são hoje os principais problemas ao nível da manutenção e da gestão do bairro?

[RA]

Há ainda um aspeto importante que tem a ver com a manutenção do bairro e com as responsabilidades atuais da associação. Muitas das casas precisam de obras profundas, nomeadamente ao nível das fachadas, coberturas e infiltrações. No entanto, como o bairro não é propriedade da Câmara Municipal, o apoio público é muito limitado. Os moradores tendem a recorrer à associação sempre que surge um problema, esperando que seja a direção a resolver ou a suportar os custos. Isso cria uma enorme pressão sobre quem está na direção, porque não existem recursos financeiros suficientes para responder a todas essas necessidades.

Chegou a ser discutida a possibilidade de os moradores se organizarem para contrair um empréstimo coletivo, de modo a realizar obras estruturais no bairro. No entanto, essa solução implicaria um compromisso financeiro individual que muitos não estavam dispostos a assumir.

Este tipo de situação revela uma mudança profunda na relação das pessoas com o projeto coletivo. Enquanto no início existia uma forte consciência de responsabilidade partilhada, hoje essa lógica é muito mais frágil. A associação acaba por funcionar, muitas vezes, como um último recurso, sem que exista uma verdadeira participação ativa dos moradores.

Apesar de tudo, continua a haver um esforço para manter o bairro e a associação em funcionamento, ainda que de forma muito mais limitada. Trata-se de uma tentativa constante de preservar um legado coletivo num contexto social profundamente diferente daquele em que o projeto nasceu.

[AB]

Que desafios se colocam atualmente à associação, em particular no que diz respeito às pessoas mais velhas?

[RA]

Outro problema importante prende-se com a mobilidade, sobretudo no caso das pessoas mais velhas. Muitas senhoras da terceira idade já não conseguem deslocar-se facilmente até à associação. Não há transportes adequados e a associação não dispõe de uma carrinha, o que dificulta muito a participação regular.

Existe um pequeno espaço junto ao muro de pedra, associado à associação, que se tem tentado legalizar para apoiar estas atividades. Esse processo tem contado com a ajuda de alguns estudantes, que têm colaborado na tentativa de regularização do espaço.

Uma pessoa fundamental neste momento é a Marina. É ela que dinamiza grande parte das iniciativas, que pensa projetos, estabelece contactos e consegue concretizar ideias que, à partida, parecem muito difíceis. Tem um papel absolutamente central na sobrevivência da associação.

Apesar disso, a direção atual existe mais por necessidade do que por vontade. Durante algum tempo não houve sequer direção constituída, o que colocava em risco a continuidade da associação. Por esse motivo, eu, a minha irmã e outros familiares acabámos por assumir funções, para evitar que tudo se perdesse.

Neste momento, a associação mantém-se graças ao esforço de muito poucas pessoas. Existe um grande contraste entre o envolvimento intenso que marcou o passado e a fragilidade da participação atual. Ainda assim, continua a haver uma preocupação em garantir que a associação não desapareça e que o bairro não perca totalmente a sua dimensão coletiva.

Agora, por exemplo, a Câmara Municipal pediu-nos uma árvore de Natal em tricô. E as senhoras já começaram a trabalhar nisso. A árvore vai ficar lindíssima e, para quem vê de fora, parece quase magia, mas não é. Está ali toda a gente envolvida, as senhoras mais velhas, todas a fazer quadrados de croché.

A associação precisava muito de uma carrinha, porque é a única forma de levar as senhoras da terceira idade a tantos sítios diferentes: à faculdade, às escolas, a eventos, a todo o lado. Elas participam imenso quando conseguem deslocar-se.

[AB]

Lembro-me de que, no ano passado, houve uma parceria entre a Associação de Estudantes e a Associação de Moradores.

[RA]

Sim, foi com o projeto “Olhó Nobel”. Foi muito bonito. Elas fazem tudo com uma simplicidade e uma calma extraordinárias. Estão ali a conversar, a rir, e isso é fundamental, porque são pessoas muito idosas. Se ficam fechadas em casa, isolam-se completamente.

Eu própria sinto isso. Agora fico muito em casa por causa do meu cão e percebo como o isolamento afeta uma pessoa. Quando morava no bairro, levava-o comigo, ele andava pelas ruas e vinha ter comigo. Hoje já tenho medo que se perca. Mas aquele convívio na associação é muito importante para elas, mesmo muito importante.

[AB]

Se tivesse de dar um conselho às gerações mais novas, o que lhes diria?

[RA]

Diria para se interessarem por estas instituições e para ajudarem. Precisamos muito de ajuda. Às vezes, a ajuda das pessoas é mais importante do que o dinheiro.

Gostava que os mais novos comessem a participar, a ajudar, porque saíam de lá muito maiores do que entraram, com uma aprendizagem enorme. Aprende-se muito sobre o dia-a-dia, sobre a forma como as pessoas se orientam, mesmo ganhando tão pouco, e ainda assim conseguem sorrir.

Tenho um amor muito grande à associação. Quando ela apareceu, quando foi criada, passávamos lá a vida inteira. Eu trabalhava lá durante o dia e à noite voltava. Havia turnos no bar, um por dia, e quando era o meu, tinha de lá estar a servir cafés, a jogar cartas, dominó, a conviver.

Gosto tanto daquilo que também fiquei muito cansada e desiludida. Houve muitas desilusões ao longo do caminho. Ainda assim, se algum dia me saísse o Euromilhões, fazia obras em todo o bairro. Punha aquele bairro num brinco. Tratava da minha família, claro, mas punha o bairro impecável, porque é um bairro muito bonito.

Digo muitas vezes aos moradores que têm de se interessar, porque aquela é a casa deles. Têm de lutar, de encontrar soluções para fazer obras e pôr tudo em condições. Caso contrário, um dia, se a associação não tiver direção, a Câmara toma conta daquilo.

Ou então alguém compra. Um grupo qualquer, um investidor. Fazem ali um condomínio, com aquelas vistas e aquele espaço, e os moradores acabam todos em casas da Câmara. Eles percebem isso, mas não fazem nada. Não

fazem mesmo nada.

[AB]

A primeira coisa a ser afetada seria a creche, certo?

[RA]

Exatamente. A primeira é a creche, depois o centro de dia. Somos das poucas creches que existem e estamos sempre cheios.

Quando me apercebi de que algumas moradoras até achavam que o encerramento da associação podia ser positivo, porque pensavam que o edifício seria vendido e o dinheiro revertia para o bairro, isso magoou-me muito. Não percebem que a Segurança Social já lá está instalada e que é ela que manda.

Se a associação acabasse, a Segurança Social ficava com tudo: infantário, creche, terceira idade. Para o Estado era perfeito. Já tinha instalações, pessoal e crianças. Mas as pessoas continuam a achar que o dinheiro da venda iria para a associação-irmã, ligada ao infantário, o que não corresponde à realidade.

[AB]

Atualmente a principal fonte de rendimento da associação vem da creche?

[RA]

O rendimento vem essencialmente dos subsídios da Segurança Social, e esse dinheiro é apenas para o infantário. Não chega para tudo. Ainda agora colocámos ar condicionado.

Há pais que já não pagam, por causa da nova lei, depende do rendimento. Mas a lista de espera, sobretudo para os bebés, é enorme. Estão sempre a nascer bebés e não há creches suficientes.

[AB]

O edifício atual da creche é pequeno, comparado com o que existia antes.

[RA]

Sim, é pequeno. E sendo um terreno vendido pela família Champalimaud, podiam ter construído algo maior. Mas também é verdade que o terreno disponível era aquele.

Agora estamos a tentar legalizar um espaço por cima da sala da terceira idade. Já existe um subsídio para ali funcionar um espaço para artistas, onde possam trabalhar e vender obras, dando também visibilidade à associação. O problema é que o espaço ainda não está legalizado.

Tem sido muito difícil tratar disso. Sem um papel que diga que o espaço está autorizado, não podemos avançar. E depois acontece outra coisa: a Segurança Social vem fazer vistorias e multa-nos.

Os subsídios são para as crianças. Depois há água, luz, manutenção, ar condicionado... e praticamente não sobra nada.

apêndice f

Entrevista ao Arquiteto Hélder Casal Ribeiro

Local: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Data: 27 de novembro de 2025

[Afonso Bernardo]

Queria falar consigo porque estive muito ligado ao projeto. Pensei organizar a conversa em três fases - antes, durante e depois. O "antes" prende-se com o início do projeto, com o arquiteto Francisco Barata. O meu objetivo não é apenas olhar para a arquitetura em si, mas também para aquilo que está por detrás dela. Claro que as referências, o desenho do edifício e as opções arquitetónicas são importantes, mas interessa-me particularmente aquilo que considero indispensável na arquitetura: a dimensão humana. Gostava que me falasse um pouco disso, sem nunca perder de vista a componente arquitetónica.

[Hélder Casal Ribeiro]

Antes de mais, eu era aluno do Francisco Barata. Fui aluno dele no terceiro ano e, quando esse ano terminou, ele convidou-me para ir trabalhar para o escritório. Fui colaborar na primeira entrega da Cooperativa de Massarelos. Na altura, ele estava a trabalhar com o Manuel Fernandes de Sá, num escritório que ficava perto da Praça do Marquês, ao lado do edifício onde hoje está a Polícia Judiciária. O Manuel já tinha esse escritório há alguns anos. Eu fui para lá no verão de 1988 e estive cerca de um mês e meio, talvez dois meses. O trabalho era sobretudo passar a tinta: plantas, cortes, alçados, muitas folhas. Era isso que se fazia na altura.

Essa primeira proposta foi submetida à Câmara, mas acabou por não ser aprovada. Foi necessário fazer um aditamento, e esse aditamento acabou por conduzir à proposta que viria a ser construída. Essa primeira versão tinha mais volumetria, mais um ou dois pisos.

Se fores ver a minha prova final, ela é precisamente sobre Massarelos. Trabalhei dois projetos: Massarelos e o Castelo da Feira. Mostro todo o processo de desenho - o primeiro, o segundo, o terceiro desenho - e dá para acompanhar a evolução. Tenho fac-símiles de tudo isso, ainda tudo fotocopiado, porque não havia computadores. A relação começou assim: eu era aluno, ele era meu professor de Projeto III, convidou-me para o escritório, correu muito bem, houve uma enorme empatia entre nós e ele convidou-me a continuar. A partir daí, deixei de estar apenas a passar a tinta e passei a trabalhar efetivamente no projeto.

No quarto e no quinto anos discutíamos o projeto em conjunto. Fiz o estágio com ele e com o Manuel Fernandes de Sá, sempre ligado a Massarelos e ao Castelo da Feira. Passei um ano inteiro a desenhar o projeto à mão, a lápis. Era um processo muito mais lento, mas também muito mais rico.

Depois, como eu estava tão associado ao projeto, comecei a acompanhar as reuniões. Inicialmente ia com o Manuel, depois passei a ir sozinho, tanto às reuniões com a Câmara como às assembleias da Cooperativa de Massarelos, que tinha a sede num edifício ali perto, onde hoje está um hotel. Eu ia explicar o projeto aos cooperantes.

Estive sempre muito ligado à cooperativa. Era uma cooperativa que vinha diretamente das ações do SAAL. Quando o SAAL mudou, transformaram-se em cooperativa, mas mantiveram esse espírito extremamente interventivo.

Havia uma militância muito forte, no sentido mais sério da palavra. Não era apenas uma estrutura técnica: eram pessoas muito envolvidas, muito comprometidas.

O Francisco Barata já tinha feito a primeira fase do bairro e tinha uma relação muito forte com aquelas pessoas. Havia uma empatia enorme. Foi um processo muitíssimo rico.

Quando a obra começou, fui eu que acompanhei tudo. Ia às reuniões de obra, chamava o Francisco Barata apenas para momentos chave. O empreiteiro também tinha esse espírito de compromisso. O mundo da construção no final dos anos 80 era muito diferente: havia margem para diálogo, para resolver problemas em conjunto.

Havia militância de todos os lados - dos arquitetos, da cooperativa, do empreiteiro - cada um sabendo qual era o seu papel. Acompanhei todas as fases do projeto e foi uma aprendizagem enorme.

[AB]

E o professor não acompanhou a fase da escolha do terreno?

[HCR]

Quando cheguei ao escritório, o terreno já estava escolhido e já existia uma primeira proposta. Mas lembro-me de discussões iniciais com o Manuel Fernandes de Sá e com o Francisco Barata sobre esse tema.

A escolha do terreno foi muito marcada pela leitura urbanística do Manuel. Era um terreno estranho, entalado entre armazéns, com acessos apenas nos topos. Ele percebeu que, apesar disso, havia ali potencial para criar uma nova frente urbana através da abertura de uma rua. Isso permitia não só criar uma nova frente de edificação como também estruturar aquele pedaço de cidade.

A grande contribuição do Francisco Barata foi perceber como implantar um edifício com mais de 120 metros de comprimento sem criar uma parede na paisagem. Daí surgem os movimentos sinuosos do edifício, que resultam da leitura da geometria irregular do lote. Em vez de corrigir essa geometria, decidiu-se utilizá-la para contaminar o edifício e ajudá-lo a integrar-se na paisagem.

No início havia duas quebras, depois uma curva e uma quebra, e só mais tarde surgiram os cortes que hoje identificamos como cabeça, corpo e cauda do edifício. Fizemos fotomontagens a partir do outro lado do rio, colagens manuais, tudo isso fazia parte do processo.

Houve também uma luta grande com a Câmara. A Câmara não queria cooperativa de habitação livre naquele terreno, considerava que tinha demasiado valor. Foi a cooperativa, e sobretudo o Manuel Fernandes de Sá, que conseguiu explicar pedagogicamente que aquele projeto teria qualidade arquitetónica e valor urbano.

[AB]

Gostava de perceber melhor que tipo de referências arquitetónicas estavam a ser usadas no projeto.

[HCR]

O processo de desenvolvimento do projeto era muito fluido. Não havia uma lista fechada de referências. Havia muitas conversas. O Manuel Fernandes de Sá estava muito mais preocupado com a gestão urbana, com a inserção na cidade. Não estava interessado em pormenores formais - se o edifício era branco, se tinha curva ou aresta - isso para ele era secundário. O foco era sempre a leitura urbana.

O Francisco Barata também estava profundamente preocupado com a cidade, e talvez por isso funcionassem tão

bem juntos. Trabalharam em vários projetos em conjunto, tinham uma grande sintonia.

As referências arquitetônicas mais diretas vinham sobretudo do Francisco Barata e estavam muito ligadas à cultura italiana. Ele tinha estado um ano em Itália com uma bolsa da Gulbenkian, em Milão, e essa experiência foi muito marcante. Aldo Rossi era uma referência fundamental, assim como Giorgio Grassi. Se fores ver a minha prova final, essa relação é explícita.

A ideia de alçados muito ritmados, de um edifício resolvido com poucos tipos de vãos, vem claramente daí. Trabalhar com um ou dois elementos arquitetônicos e repeti-los de forma sistemática é uma ideia muito russiana, ligada à noção de arquitetura análoga.

Havia também uma questão econômica muito presente. No final dos anos 80, fazer cem janelas iguais era muito mais barato do que fazer vários tipos diferentes. A estigmatização da habitação social era algo que se tentava evitar, mas os custos eram uma condicionante real.

Para além da referência italiana, havia outra influência muito forte, que vinha das Siedlungen alemãs. Tínhamos imagens das Siedlungen de Bruno Taut e de outros exemplos desse período. Se olhares com atenção, o edifício é muito informado por essa lógica.

Costumo dizer, talvez de forma caricatural, que o alçado voltado para o rio é mais rossiano e graciano, enquanto o alçado da rua nova é claramente mais próximo de uma Siedlung. São escalas diferentes, linguagens diferentes. A ideia de recuar escadas, trabalhar o vão como um elemento contínuo, usar portas de cores diferentes, tudo isso vem dessa tradição. Há também uma ligação ao Mondrian, a essa ideia de composição abstrata aplicada à habitação em série.

O edifício tinha de funcionar como um todo. Não interessava a individualidade de cada fogo, mas o desenho coletivo. Por isso, desde o início, houve uma grande preocupação em fazer um edifício urbano, quase como uma colagem ao sítio. Um edifício que compreendesse a cidade tradicional, mas que ao mesmo tempo tivesse a força de um manifesto moderno.

[AB]

Queria falar agora sobre a cobertura, a opção pela telha e essa ideia do edifício ter quase duas faces.

[HCR]

A questão da cobertura foi muito discutida. Desde o início houve a convicção de que o edifício devia manter sempre a mesma cota superior. O volume não devia quebrar em altura, porque, apesar de se integrar na paisagem, tinha de afirmar uma presença clara, uma unidade.

Nos finais dos anos 80 havia uma forte tendência para coberturas planas, muito associada às referências italianas, a Rossi e a Grassi. No entanto, quando fizemos os desenhos a partir da paisagem, olhando do outro lado do rio, percebemos que aquilo que dominava eram as coberturas em telha dos antigos armazéns industriais. A torre que hoje está ali atrás ainda não existia.

Do ponto de vista tecnológico, fazer uma cobertura plana com cerca de 160 metros de comprimento era muito arriscado na altura. Havia o receio de infiltrações e de um envelhecimento mau. A cobertura em telha parecia mais adequada para dialogar com a paisagem e garantir uma maior durabilidade.

Mas ao mesmo tempo havia a consciência de que o edifício não podia assumir a telha como um elemento vernacular ou nostálgico. Por isso surgiu a ideia de o edifício ter duas faces. Uma voltada para a paisagem, onde a telha aparece e dialoga com o contexto, e outra voltada para a rua nova, onde a cobertura é escondida por uma platibanda.

Na rua, o edifício apresenta-se como um volume claramente urbano, quase abstrato. A platibanda esconde a cobertura e permite que o edifício se afirme como um objeto arquitetónico autónomo. Do lado da paisagem, a telha surge como um elemento de integração.

Esta ideia do edifício com duas caras foi algo que nos entusiasmou muito. Uma face mais urbana, mais racional, e outra mais ligada à paisagem do Douro. Não se tratava de fazer um edifício tradicional, mas de criar uma mediação entre dois contextos muito distintos.

Se hoje olhasse para o edifício com o contexto atual, talvez fizesse opções diferentes. Hoje, com a escala dos edifícios que surgiram atrás, provavelmente não sentiria necessidade de recorrer à telha. Talvez optasse por uma cobertura plana. Mas isso não invalida o sentido que a decisão teve naquele momento.

Há também uma questão muito importante relacionada com o beiral. O beiral dá sombra, dá espessura e confere uma certa elegância ao edifício. Não é apenas um elemento funcional, é também um elemento arquitetónico que ajuda a qualificar a fachada voltada para a paisagem.

Esta duplicidade - telha de um lado, platibanda do outro - reforça essa ideia de um edifício que responde de forma diferente a contextos diferentes. Não é um edifício neutro, mas também não é um edifício mimético.

[AB]

E em relação aos vãos e à organização interior, havia também essa preocupação de flexibilidade?

[HCR]

Sim, essa preocupação foi central. Desde o início, os vãos foram pensados não como resposta direta a um compartimento específico, mas como elementos capazes de servir diferentes usos ao longo do tempo.

Nos anos 80 ainda era muito comum a ideia de que cada compartimento devia ter um vão próprio e claramente identificado. O Francisco Barata já se afastava completamente dessa lógica. Um mesmo vão podia servir uma cozinha, uma lavandaria, um quarto ou um espaço de trabalho.

No alçado voltado para a paisagem, por exemplo, tens vãos que dão para a sala, para quartos, para diferentes funções, mas que exteriormente se apresentam de forma unitária. Isto cria uma fachada pública que não denuncia a organização interior de forma literal.

Essa ambiguidade era muito importante. Há aqui uma certa influência venturiana, no sentido da complexidade e da contradição. A fachada pública não é a tradução direta do interior doméstico.

Do ponto de vista da organização interior, havia duas grandes condicionantes. A primeira era a profundidade do edifício. O lote era muito estreito e, no ponto mais apertado, o edifício tinha apenas nove metros de profundidade. Isso obrigava a soluções muito rigorosas.

A segunda condicionante era estrutural. A estrutura foi pensada para interferir o mínimo possível na organização dos fogos. As vigas principais estão nas paredes exteriores e existe apenas uma viga central com um pilar circular. Isto significa que, no futuro, alguém poderia teoricamente demolir quase todas as paredes interiores e reorganizar o apartamento.

Essa ideia de permitir adaptações futuras estava muito presente. Não era algo pensado de forma teórica, mas como uma possibilidade real. As casas de banho são os elementos mais fixos, mas o resto poderia mudar.

Outra preocupação era valorizar as áreas úteis em detrimento das áreas de circulação. A sala é um espaço distributivo. Há dois pequenos átrios, mas a circulação passa muito pela sala, o que levanta questões de hierarquia e de privacidade.

Para responder a isso, criou-se um núcleo central que permite diferentes percursos dentro da casa. É possível ir da

entrada para os quartos sem atravessar diretamente a sala. Alguns quartos têm duas portas, o que lhes permite usos muito distintos.

Este quarto junto à cozinha, por exemplo, podia ser um quarto de dormir, um quarto de trabalho ou um espaço de apoio. Nos anos 80 havia muitas famílias com crianças pequenas, e fazia sentido ter um espaço mais próximo da cozinha.

O objetivo nunca foi reforçar modelos tradicionais de organização doméstica, mas sim responder a modos de vida concretos da época, sabendo que esses modos de vida poderiam mudar.

As salas têm áreas generosas para a época, cerca de 21 ou 22 metros quadrados, o que era raro em habitação económica. Havia limites muito rígidos impostos pelo financiamento do Instituto Nacional da Habitação. Um T3 não podia ultrapassar os 105 metros quadrados.

Todas estas opções resultam de uma consciência muito clara de que se estava a desenhar habitação económica. Não se tratava de fazer apartamentos convencionais, mas de tirar o máximo partido das condições existentes.

[AB]

E a questão do desnível do terreno e da tipologia em duplex?

[HCR]

O desnível entre a rua e a cota dos antigos armazéns era de cerca de seis a sete metros. Em vez de lutar contra esse desnível, decidimos usá-lo a favor do projeto.

Foi daí que surgiu a tipologia em duplex na base do edifício. Essa solução permitia aumentar o número de fogos e, ao mesmo tempo, evitar a instalação de elevadores. Na prática, o edifício tem rés-do-chão mais três pisos, mas administrativamente o primeiro piso é considerado rés-do-chão.

A galeria de acesso funciona como um elemento de mediação entre os diferentes níveis. O edifício mantém-se horizontal, como se estivesse suspenso, enquanto é o terreno que se adapta.

Esta solução permitiu resolver vários problemas de uma só vez. Resolveu o desnível, aumentou o número de fogos, evitou o custo dos elevadores e manteve uma estrutura clara e legível.

Mais uma vez, há aqui essa ideia de concentrar várias soluções num único gesto arquitetónico, em vez de resolver cada problema de forma isolada.

[AB]

Queria ainda perguntar sobre o sistema construtivo, nomeadamente a opção pelo capoto.

[HCR]

Na altura, o capoto era visto como um sistema extremamente inovador. Estávamos muito influenciados pela experiência do edifício do Carlos Ramos, onde o sistema tinha sido usado de forma experimental.

O capoto permitia uma grande uniformidade exterior, reduzia fissuras e eliminava a caixa de ar tradicional. Acreditava-se que envelhecia melhor. Do ponto de vista térmico e construtivo, parecia uma solução muito avançada.

Ao mesmo tempo, havia a consciência de que o capoto era mecanicamente frágil. Por isso, optou-se por um embasamento em betão nos pisos inferiores e nas zonas mais expostas. O edifício precisava de uma base, quase como as arquiteturas clássicas.

A parede tinha apenas 27 centímetros de espessura, o que era muito pouco para a época. Isso permitiu ganhar

área útil no interior dos fogos. Num edifício com apenas nove metros de profundidade, cada centímetro contava. Houve também um cuidado grande com a definição dos vãos e dos peitoris. Introduziu-se um roda-teto pronunciado para absorver as transições entre materiais e controlar fissurações. Estas decisões parecem hoje evidentes, mas na altura exigiam um enorme controlo de obra. Havia a preocupação de garantir que todos os vãos ficassem rigorosamente à mesma cota.

[AB]

Queria agora falar da caixa de escadas, porque é um elemento muito forte no edifício.

[HCR]

A caixa de escadas não começou assim. Inicialmente era uma solução muito mais simples, quadrada, com dois lanços retos. Mas rapidamente percebemos que isso criava um espaço de entrada estranho, pouco qualificado. Houve um momento muito concreto de desenho, em cima do estirador, em que começámos a testar alternativas. Percebemos que, se em vez de um espaço retangular usássemos dois meios-círculos, isso não criava problemas funcionais na escada e, pelo contrário, tornava o movimento de subida e descida mais fluido.

Mas o mais importante era o efeito espacial. A curva valorizava muito o acesso ao fogo. Ao entrar, aquele movimento não só conduzia de forma mais elegante para a sala, como criava um nicho que resolvia a lavandaria e a relação com a cozinha.

Antes, o espaço funcionava quase como um L, com um estreitamento e depois um alargamento artificial. Era um espaço estranho, difícil de usar. A curva surgiu como um aperfeiçoamento dessa condição.

Na altura, a Câmara não gostou da solução. Tivemos de fazer uma pequena maquete para demonstrar que um caixão funerário conseguia passar na escada, como exigia o regulamento. Foi uma discussão séria.

Acabou por ser um dos últimos projetos no Porto a utilizar este tipo de caixa de escadas, porque pouco depois o regulamento dos bombeiros mudou e passou a exigir lanços retos e patamares sem degraus.

[AB]

E a cúpula e a claraboia no topo da escada?

[HCR]

Isso é muito próprio dos anos 80. Foi um momento de grande entusiasmo no desenho, muito contaminado por uma vontade de explorar geometrias complexas.

Não éramos propriamente pós-modernos, não estávamos a citar a história de forma direta, mas havia uma forte atração por uma certa exuberância geométrica. Era um tempo em que se acreditava muito na capacidade expressiva da forma.

A questão era como rematar aquele movimento ascendente da escada. Uma cobertura totalmente plana parecia-nos pobre, quase uma negação do percurso. Pensámos numa abóbada de berço, depois no rasgo, depois no quadrado.

Hoje, olhando para trás, provavelmente não teríamos feito essa combinação. Talvez tivéssemos escolhido apenas um gesto. Mas, na altura, havia esse entusiasmo em fundir geometrias, em experimentar.

Curiosamente, foi um dos elementos mais elogiados na época. Muitas pessoas falavam daquela experiência quase mística ao subir a escada.

Hoje reconheço que é um produto claro do seu tempo. Não invalida o edifício, mas denuncia uma época de experimentação formal intensa.

[AB]

Queria perguntar agora sobre o remate do edifício no encontro com a Rua D. Pedro V.

[HCR]

Esse remate foi dos aspetos mais difíceis de resolver. Demorou muito tempo e foi amplamente estudado em maquete.

Inicialmente, a caixa de escadas não se soltava do volume principal e não conseguíamos perceber como resolver aquele ângulo. Sabíamos que tinha de existir uma curva, mas não encontrávamos a medida certa.

Testámos várias hipóteses até chegarmos a um raio que funcionava. Acabámos por usar como referência o raio do edifício Bonjardim–Trindade, não como citação literal, mas como medida espacial que sabíamos funcionar na cidade.

Era uma curva que não era nem demasiado apertada nem demasiado solta. Conseguia resolver o canto sem o tornar agressivo e sem perder continuidade.

Mais tarde, com a reorganização das tipologias interiores, surgiu o recuo e o dente que hoje caracteriza esse remate. Esse dente acabou por potenciar o desenho, ajudando a quebrar a massa e a desacelerar o volume.

Provavelmente, hoje, essa solução seria mais contida. Mas na altura não havia pudor em assumir a complexidade geométrica, desde que ela fosse bem proporcionada.

[AB]

Durante a obra houve problemas ou desafios significativos?

[HCR]

Houve um problema sério relacionado com as linhas de água existentes na encosta. Aquela zona está cheia de minas e cursos de água subterrâneos.

Durante a obra, e também devido a intervenções noutros edifícios próximos, algumas dessas linhas foram desviadas. Houve um período de chuvas intensas em que parte da encosta cedeu. A rua atrás do edifício chegou a aluir.

Lembro-me de ir lá de noite e ver os pilares expostos, as sapatas visíveis. Foi um momento muito tenso. Foi necessário desviar águas, reforçar zonas e estabilizar a encosta.

Fora isso, os principais desafios tiveram a ver com a execução das geometrias. A quebra ficou muito bem executada. A curva principal, junto à Rua D. Pedro V, manteve-se muito próxima do projeto.

Houve mais dificuldades na chamada “lombriga”, a curva intermédia, que no projeto tinha um módulo duplo e acabou por ser ajustada em obra.

Ainda assim, para os padrões da época, foi uma obra muito bem conseguida.

[AB]

E a relação com os moradores e com as assembleias da cooperativa?

[HCR]

Não era pacífica no sentido de ser acrítica. Havia uma direção muito forte, muito alinhada com os arquitetos, e havia cooperantes muito interventivos.

Os associados confiavam muito no Manuel Fernandes de Sá e no Francisco Barata. Havia quem adorasse o projeto e quem levantasse constantemente problemas.

Lembro-me de assembleias muito intensas. Uma situação marcou-me particularmente. Um associado colocou uma questão sobre áreas e eu respondi dizendo que aquela área específica não era relevante.

Isso gerou um tumulto. Foi interpretado como arrogância. O presidente da mesa interveio e mais tarde explicou-me que, em assembleias, nunca se deve dizer que uma pergunta não é pertinente. Deve-se responder de outra forma.

Foi uma grande lição de urbanidade e de comunicação. Perceber que o papel do arquiteto ali não era ensinar, mas dialogar, traduzir, aproximar.

Essa experiência marcou profundamente a minha forma de trabalhar. Até hoje, quando explico um projeto, tento sempre simular espaços, usar o corpo, o chão, as dimensões reais, e não apenas plantas e desenhos.

Foi um período muito rico. Ainda estávamos, no final dos anos 80, muito próximos do espírito do pós-25 de Abril. Havia uma energia coletiva muito forte.

[AB]

E olhando para o projeto hoje, passado tanto tempo, como é que o vê?

[HCR]

Olho para aquele projeto com um enorme carinho. Foi um processo longo, intenso, que coincidiu com o final da minha formação e o início da minha vida profissional.

Acho que o edifício mantém validade nos seus temas fundamentais: o ritmo, a relação com a cidade, as opções de projeto. Continua a ser um dos projetos mais interessantes em que estive envolvido.

Ao mesmo tempo, é uma grande lição. Talvez hoje tivesse tido mais cuidado com a ideia de contextualização. Um excesso de ligação ao contexto pode, com o tempo, tornar o edifício mais vulnerável às transformações em redor. Dou muitas vezes o exemplo de projetos do Álvaro Siza, que conseguem criar lugares novos, quase autónomos, que resistem melhor ao tempo.

No caso de Massarelos, o edifício atrás alterou profundamente a escala e o contexto. Continuo a achar que o problema não está no edifício da cooperativa, mas no que foi construído depois.

Ainda assim, fico com a dúvida se o edifício não poderia ter sido mais autónomo. Não sei se teria sido melhor ou pior, mas é uma questão que hoje coloco.

Apesar dessas dúvidas, continuo a mostrar este projeto com orgulho. Foi uma escola enorme, um momento de grande entusiasmo coletivo, de discussão intensa, de compromisso.

Para mim, continua a ser um dos projetos mais marcantes do meu percurso.

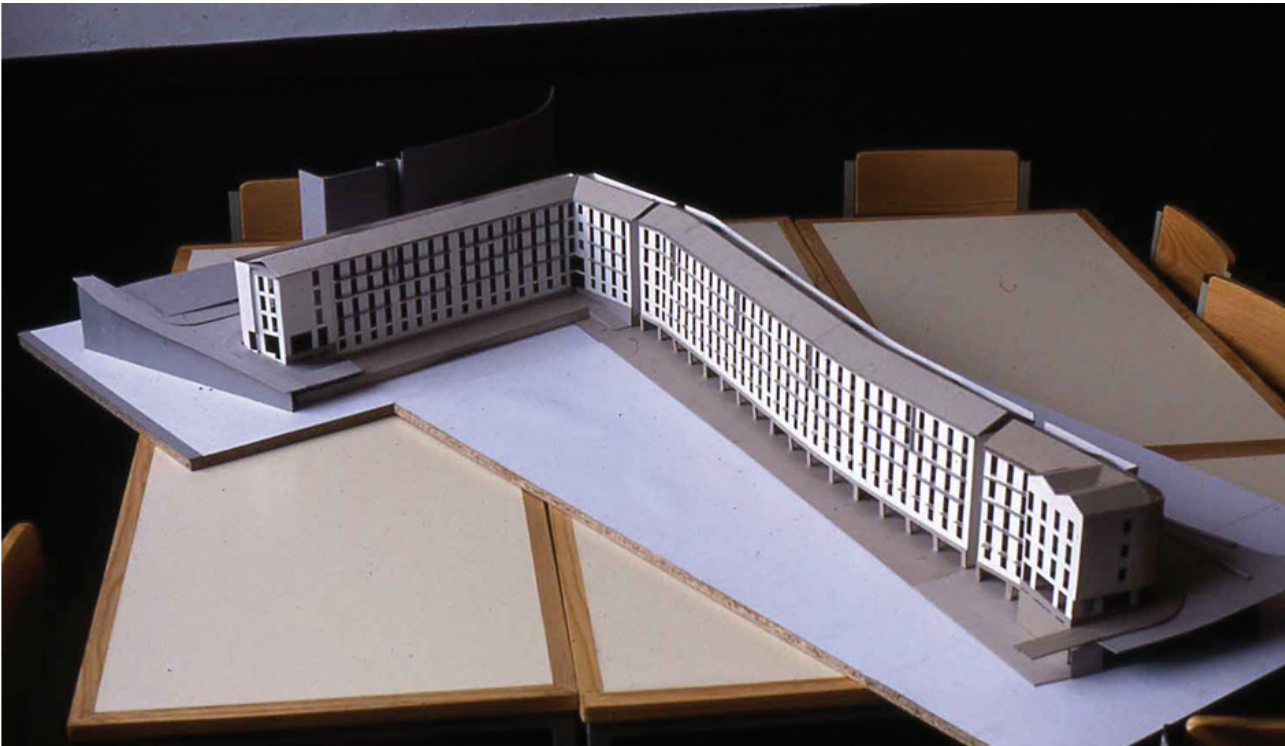
apêndice g

Fotografias do arquivo Barata Arquitetos















apêndice h

Fotografias do autor























Cooperativa de Habitação de Massarelos
Da criação coletiva ao projeto

José Afonso Santos Bernardo e Silva

FACULDADE DE ARQUITETURA

